

organizadora
Mariana Kimie da Silva Nito

Inventário participativo Arouche LGBTQIA+



fflch

FEUSP



apoio

INVENTÁRIO PARTICIPATIVO AROUCHE LGBTQIA+

organizadora
Mariana Kimie da Silva Nito



São Paulo - 2023

Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada.



Projeto gráfico: PC Marciano / Coletivo Arouchianos / REPEP

Capa: Mariana Kimie da Silva Nito

Revisão: Ana Paula Itocazo Soida, Helcio Beuclair e Simone Scifoni

Catálogo na Publicação (CIP)
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
Charles Pereira Campos – CRB-8/8057

162

Inventário participativo Arouche LGBTQIA+ [recurso eletrônico] /
organizadora: Mariana Kimie Nito. -- São Paulo : FFLCH/USP,
2023.
9200 Kb; PDF.

Recursos provenientes da Pró-Reitoria de Cultura e
Extensão da USP. Edital ODS/ONU 2021. Campo
temático: Cidades e comunidades sustentáveis. Título: O
Patrimônio Histórico e Cultural LGBTQIAPD+: Inventário
Participativo da região do Largo do Arouche.

Período de realização: Setembro de 2021 a dezembro de 2022.

ISBN 978-85-7506-448-1

DOI 10.11606/9788575064481

1. Homossexualidade - aspectos sociais, históricos. 2. Patrimônio
Histórico e Cultural LGBTQIAPD+. 3. Acolhimento. 5. Direitos da
população LGBTQIA+. I. Nito, Kimie da Silva, *org.*

CDD 306.76

Organização do Dossiê

Mariana Kimie da Silva Nito

Conselho Editorial

Ana Paula Itocazo Soida, Helcio Beuclair e Simone Scifoni

Instituições, Coletivos e Associações Participantes

Coletivo Arouchianos LGBTHQIAPD+

Repep – Rede Paulista de Educação Patrimonial

Laboratório de Geografia Urbana (Labur) do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo

Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP)

Integrantes da equipe

Coordenação: Simone Scifoni (FFLCH/USP, CPC/USP e Repep)

Vice-coordenação: Martha Marandino (FEUSP).

Equipe:

Mariana Kimie da Silva Nito (REPEP e Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo na FAU-USP).

Ana Paula Itocazo Soida (REPEP e Mestranda em Geografia Urbana na FFLCH-USP)

Helcio de Souza Beuclair (Jornalista e Coordenador Geral Coletivo Arouchianos LGBTHQIAPD+)

Anderson Sousa dos Santos (Coletivo Arouchianos LGBTHQIAPD+ e Instituto de Biociências/IB-USP)

Equipe de pessoas bolsistas e voluntárias

Maya Schneyder (Coletivo Arouchianos LGBTHQIAPD+)

Ghe Santos (Consulado das Famílias LGBTQIA+)

Maria Vitória do Nascimento (Curso de Lazer e Turismo, EACH/USP)

Raoni Marquez Ferolla (Curso de Lazer e Turismo, EACH/USP)

Carolina Mometto Perez (Curso de Pedagogia, FEUSP)

Anderson Sousa dos Santos (Curso de Ciências Biológicas, IB/USP)

Arthur do Valle Silva (Curso de História, FFLCH/USP)

Rafael Arakaki de Souza (Curso de Arquitetura e Urbanismo, FAU/USP)

Isabella Rocha (Curso de Geografia, FFLCH/USP)

Amala Malaman (Mestranda em Ciência Política, FFLCH-USP)

Recursos

Edital 02/2021- Inclusão Social e Diversidade na USP em Municípios de seus Campi, da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da USP. Campo temático: Cidades e comunidades sustentáveis. Título: O Patrimônio Histórico e Cultural LGBTHQIAPD+: Inventário Participativo da Região do Largo do Arouche.

Período de realização

Setembro de 2021 a dezembro de 2022



Sumário

Apresentação	09
Processo de ação e pesquisa.....	12
Resultados e avaliação final	13
Observação importante.....	14
Sobre o Projeto	15
A problemática central do Inventário	17
As categorias de referências culturais utilizadas no projeto	18
Entrevistas realizadas	18
Sobre o Território	21
Descrição do território inventariado.....	24
O Largo do Arouche na história	25
Caracterização Socioeconômica	28
Sobre o Museu	31
Materiais produzidos para Mona.....	33
Levantamento das Referências Culturais	37
Celebrações.....	41
Arraiá Comunitário LGBTHQIAPD+ Arouchianos.....	43
Atividades Culturais	45
Carnaval de Rua	48
Natal Comunitário LGBTHQIAPD+ Arouchianos.....	51
Edificações	53
Centro de Referência e Defesa da Diversidade Sexual Brunna Valin (CRD)	55
Coreto da Praça da República	57
Delegacia Seccional de Polícia Centro	58
UBS Santa Cecília.....	61
Formas de Expressão	63
Arte Urbana de Resistência.....	65
Atos Eventos Dominicais Arouchianos.....	67
Blocos LGBTQIA+.....	69
Pajubá	73
Performance Drag e Transformista	75
Publicações Marginais.....	78
Teatro de Grupo	81

Lugares.....	83
Aparelha Luzia.....	85
Café Vermont.....	87
Circuito de Acolhimento e Saúde	89
Circuito das Saunas e Cinemas	93
Circuito dos Bares, Baladas e Restaurantes	95
Ferro's Bar.....	99
Geledés: Instituto da Mulher Negra	101
Largo do Arouche	104
Museu da Diversidade Sexual	107
Ocupação em Arte e Cultura LGBTQIA+	110
Praça da República.....	112
Ruas de Trabalho.....	114
Sindicato dos Artistas	116
Sindicato dos Jornalistas	118
 Marcadores de Tempo	 121
Calendário LGBTQIA+	123
 Naturezas	 133
Chichá.....	135
Memória Viva LGBTQIAPD+ Arouchianos	137
 Objetos.....	 139
Estátua Amor Materno	141
Estátua Depois do Banho.....	143
Estátua Índio Caçador	145
Estátua Luiz Gama	147
Namoradeira.....	150
 Saberes	 153
Associativismo Comunitário.....	155
Conhecimentos da Montagem Transfomista e Drag.....	157
Famílias LGBTQIA+	161
 Mapa Ilustrado	 165

Apresentação

O patrimônio cultural de um território é composto por elementos que constituem a cultura local, interconectando um grupo social por meio de gerações. Por meio dele há o reconhecimento das múltiplas formas de fazer a cultura, o que permite fortalecer relações de identidade e de pertencimento.

O Largo do Arouche, objeto deste Dossiê, é um logradouro público situado no distrito da República, em São Paulo/SP. É um lugar historicamente ocupado por populações LGBTQIA+, pretas, pardas, indígenas, brancas, amarelas, imigrantes e que moram em bolsões periféricos no centro da cidade ou em periferias pobres na capital/região metropolitana. Esse território central da cidade vem sendo *locus* das mais importantes manifestações culturais e políticas em prol dos direitos humanos, como também de muitos eventos de extrema violência e descalço governamental com a população. Apesar de todos os embates, esse é o espaço onde muitas pessoas podem se sentir livres para se expressar e serem quem são, em sua integridade. O Largo do Arouche é um lugar de afeto, de identidades e, principalmente, de resistência na luta pelos direitos da população LGBTQIA+.

Em vista dessas características, o Coletivo Arouchianos LGBTHQIAPD+ foi criado em abril de 2016 e, desde então, são desenvolvidas ações desportivas, artísticas/culturais, de saúde, meio ambiente, cidadania, de política suprapartidária, de articulação com o poder público e ações sociais de suporte à comunidade LGBTQIA+, com foco na população em situação de vulnerabilidade e em extrema vulnerabilidade.

Desde a idealização, fundação e trabalhos desenvolvidos pelo Coletivo Arouchianos na região do Largo do Arouche, houve inúmeros contatos com atores, coletivos e instituições da sociedade civil, e, dentre eles, o encontro com a Repep (Rede Paulista de Educação Patrimonial), que é um coletivo educador que atua na área de cultura, memória e patrimônio e elaborou o Inventário Participativo de Referências Culturais Minhocão Contra a Gentrificação. A convergência de perspectivas de atuação entre ambos os coletivos resultou no projeto de um inventário

participativo de referências culturais no Largo do Arouche, com apoio e recursos da Universidade de São Paulo, por meio de um edital de Cultura e Extensão.

O projeto surgiu da necessidade de valorizar a ocupação histórica na região do Largo do Arouche, que é considerado um dos maiores bairros LGBTQIA+ do mundo. Assim, somou-se a vivência e o repertório construído pelo Coletivo Arouchianos com os conhecimentos e técnicas da Rede Paulista de Educação Patrimonial (REPEP), que desenvolveram em parceria o projeto intitulado *Patrimônio Histórico e Cultural LGBTHQIAPD+: Inventário Participativo da Região do Largo do Arouche*, entre os anos de 2021 e 2022.

O inventário participativo tem o intuito de reconhecer a importância da região do Arouche para estes grupos, compostos majoritariamente por travestis, homens e mulheres trans, pessoas não binárias, gays, bissexuais e lésbicas, racializadas e imigrantes. A proposta do projeto é mostrar parte significativa da realidade e vivência destes corpos, que muitas vezes são marginalizados e invisibilizados pela sociedade. Assim, dar visibilidade às narrativas por meio de um inventário participativo das referências culturais do território é também reconhecer a ocupação histórica da população.

As referências culturais identificadas permitem lançar outro olhar sobre o Largo do Arouche, rompendo com preconceitos e formas de discriminação à comunidade preta, pobre e LGBTQIA+ que lá se encontra. A proposta se enquadra nos seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU - Organização das Nações Unidas: (4) Educação de qualidade; (5) Igualdade de Gênero; (10) Redução das Desigualdades; (11) Cidades e Comunidades Sustentáveis; (16) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; e (17) Parcerias e Meios de Implementação.

Além disso, o inventário Participativo é uma estratégia que visa colaborar para que o poder público reconheça o Arouche como um bairro LGBTQIA+, o primeiro do Brasil, da mesma forma como ocorreu em outras grandes cidades que possuem um território ou bairro com público majoritariamente pertencente à

comunidade. Boystown, Chapinero, Chueca, Le Village e Soho são alguns exemplos de bairros ao redor do mundo ocupados pela população LGBTQIA+ e assim declarados pelo poder público. Neste sentido, busca-se com esse reconhecimento a possibilidade de ampliar as políticas públicas culturais e sociais, como forma de reduzir a precariedade existente no espaço e a vulnerabilidade da população no entorno. Esse é um passo essencial para reconhecer não só a existência e resistência dos grupos sociais que ali estão, como também de afirmar a necessidade e urgência por direitos humanos.

Processo de ação e pesquisa

O projeto começou com a escrita coletiva do texto do projeto, considerando as experiências prévias do Coletivo Arouchianos e da Repep. O início do projeto contou com a seleção dos bolsistas de acordo com requisitos de identidade de gênero, orientação sexual, raça, condição social e conhecimento sobre o território do Largo do Arouche. Sendo assim, deu-se prioridade para estudantes LGBTQIA+, pretas/indígenas, de baixa renda.

O projeto contou com a realização de atividades online e de campo, considerando as medidas de prevenção à COVID-19. Inicialmente foram realizadas reuniões para a criação de um cronograma de ações e a organização das atividades que seriam realizadas.

Como primeira atividade foram realizadas algumas oficinas de formação, sobre os temas de destaque como: história do Largo do Arouche, luta LGBTQIA+, inventários participativos, museologia social, patrimônio e memória. As atividades foram realizadas inicialmente por meio remoto, por conta das limitações de um período pandêmico, o que levou a adaptação para as plataformas virtuais. Durante as reuniões foram debatidos textos sobre temáticas raciais e LGBTQIA+, que subsidiaram o repertório conceitual para o trabalho, tendo como base autores como Frantz Fanon e João Silvério Trevisan. Também

foram consultados trabalhos semelhantes como o Inventário Participativo do Minhocão e o projeto Wikipraça, além de textos sobre o conceito de referência cultural.

No início da incursão presencial, fizemos caminhadas pelo entorno do Largo do Arouche para conhecimento da área, mapeamento e registro de informações para a construção de fichas de referências culturais, com base na metodologia do Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), que será apresentada mais adiante. No trabalho de campo foram realizadas conversas com pessoas que têm trajetórias significativas na região. Neste sentido, cabe destacar o papel do Coletivo Arouchianos que garantiu ampliar o alcance do projeto, expandindo-o para outros contextos das ações políticas com enfoque humanitário.

Posteriormente, iniciamos a fase de reflexão preliminar sobre referências culturais, esboçando as fichas da metodologia do inventário participativo do Iphan, com base em relatos e transcrições de entrevistas e documentação bibliográfica. Também foram realizadas entrevistas com pessoas importantes na história de ocupação LGBTQIA+ da região do Arouche. Em diversas reuniões de articulação foram construídos os conhecimentos registrados nas fichas, bem como debatidos na revisão e categorização das referências culturais. Os resultados foram produto de diversas reuniões semanais realizadas, seja de forma digital ou presencial, para o constante alinhamento de conteúdos, expectativas e entendimento mútuo.

A partir do material produzido pelo Inventário Participativo, foi realizado projeto de criação de um museu *online*, com objetivo de reunir e organizar um acervo relativo à presença histórica destes grupos sociais no Largo do Arouche e como um lugar de guarda de memórias e de valorização de seu patrimônio cultural. Assim, surgiu MONA, o Museu de Ocupação e Narrativas do Arouche LGBTQIA+, que será apresentado a seguir. Trata-se não apenas de um recurso *online*; MONA é também um museu territorial, na medida em que ele é resultado de ações que buscam a musealização do

território, reforçando as relações identitárias construídas nesse espaço. MONA é, também, um instrumento de educação para a cidadania, para a cultura dos direitos humanos, instrumento de valorização e preservação do patrimônio cultural dos grupos LGBTQIA+

Além das entrevistas transcritas e em audiovisual, do mapa e dos levantamentos das referências culturais, MONA traz também um registro visual 360 graus do Largo do Arouche e um material educativo inédito, um jogo de tabuleiro que explora situações enfrentadas no cotidiano dos grupos sociais e as práticas culturais inventariadas no Largo do Arouche.

Resultados e avaliação final

Como o projeto foi iniciado em meio a pandemia do COVID-19 houve dificuldades para a realização de atividades presenciais, o que demandou tempo e esforço coletivo na busca por soluções via remota. A partir da experiência proporcionada pelo uso de uma metodologia de levantamento participativo, foi possível a identificação de inúmeras referências culturais presentes na região, entre elas fazeres artísticos, festas, atividades, lugares, edificações e objetos, como são os monumentos que foram ressignificados pelos frequentadores, se tornaram parte de suas memória e identidade.

Os relatórios de bolsistas do projeto demonstram os esforços de formação e construção coletiva do projeto. Segundo Raoni Ferolla, estudante de lazer e turismo da EACH/USP:

Foi muito gratificante fazer parte de um processo que fala de um assunto tão emergente, pois como uma pessoa trans, me enxergo dentro desta população que habita o arouche, e ver o campo da pesquisa olhando para fora dos muros da universidade, ampliando seu campo de desenvolvimento e trabalho. O projeto conseguiu dar voz a aqueles que sempre se sentiram sem voz ativa, e foi possível

que aprendêssemos sobre vivências e histórias raras e únicas. Todas as atividades realizadas resultaram em um enriquecimento muito significativo no meu repertório acadêmico e social, o aprendizado foi único e por isso, agradeço imensamente a todos que participaram deste projeto.

Outro relato é o de Carolina Mometto, estudante de pedagogia da FEUSP que revela como o projeto foi importante para sua formação profissional e pessoal:

Faço parte da comunidade LGBTQIA+ e foi extremamente simbólico e significativo registrar e pesquisar sobre a História e as referências de um grupo no qual faço parte. Além disso, o Largo do Arouche me traz muitas lembranças sobre o meu próprio período de descoberta e entendimento enquanto mulher lésbica e ser político. Adorei poder viver novas narrativas e revisitar a minha durante o processo de produção do museu.

Como futura pedagoga e muito interessada em atuar em espaços não formais de educação, pude participar de todas as etapas para a criação de um museu, em conjunto com a população que habita e resiste no Largo do Arouche. Assim, pude colocar em prática diversos aspectos do fazer pedagógico e tive liberdade para incluir meus conhecimentos adquiridos na universidade durante todo o processo. A diversidade de cursos e profissionais que compuseram a equipe também merece ser destacada, pois esse também foi um dos principais pontos que tornou o processo de aprendizagem nessa experiência tão rico.

A relação com o Coletivo Arouchianos também mostrou-se fundamental para a realização do projeto, uma vez que seus integrantes pos-

suem maior conhecimento como atores sociais presentes no cotidiano desse espaço, o que auxiliou nos processos de aproximação e relação com os grupos sociais. Cabe destacar que esse fazer científico próximo das comunidades vulneráveis segue como desafio para as instituições, uma vez que demandam estratégias específicas e pouco discutidas no âmbito acadêmico. Dessa forma, pode-se concluir que o Inventário Participativo do Largo do Arouche foi o primeiro passo para manter a ocupação popular por parte da população LGBTQIA+ no território e destacar a necessidade de implementação de políticas públicas no local.

Observação importante

Uma última nota importante deve ser feita em relação à organização deste Dossiê. Como os textos elaborados seguem o formato das Fichas do Inventário Participativo, conforme a metodologia do Iphan, tais conteúdos foram transpostos em texto corrido para facilitar a leitura, mas preservando-se a formatação original. Neste sentido, é possível perceber que as referências bibliográficas citadas estão divididas e indicadas a cada capítulo e subcapítulo, mantendo-se a formatação original das fichas.

Sobre o Projeto

A problemática central do Inventário

Em 2019, a Prefeitura Municipal iniciou um projeto de intervenção no Largo do Arouche, denominado de “requalificação urbana”. A ação foi resultado de uma parceria com a Associação Viva o Centro que recebeu a doação de recursos dos patrocinadores e administrou as etapas da obra. O projeto ficou a cargo do escritório de arquitetura Triptyque e a iniciativa contou ainda com o apoio do consulado da França e da Câmara de Comércio França-Brasil.

A imagem ilustrativa do projeto, conforme se vê na imagem a seguir, deixa claro o caráter gentrificador do projeto, uma vez que se vê a pretensão de substituir o uso socialmente diversificado que é a característica histórica desse território, por um novo público homogêneo do ponto de vista da classe social.

Nesse sentido, o Inventário Participativo LGBTQIA+ da região Arouche se articula com iniciativa anterior semelhante, o Inventário Minhocão Contra Gentrificação (Repep, 2019), buscando um olhar crítico em relação às iniciativas público-privadas voltadas à promoção de mudanças sociais no espaço, com a exclusão dos grupos sociais mais pobres. Essa crítica também esteve presente nas ações do Coletivo Arouchianos LGBTHQIAPD+ que, entre as ações, reivindicou audiências públicas participativas para debater o projeto de reforma e, em parceria com a Casa da Lapa, realizaram intervenção artística e política com fotos de pessoas LGBTQIA+ nos tapumes das obras no Largo do Arouche.

Assim sendo, o Inventário Participativo é um instrumento para a produção de conhecimento sobre os usos e formas de apropriação do espaço público que se deram historicamente, assim como os atuais (Iphan, 2016). Essa forma de entendimento do patrimônio ocorre a partir da noção de referência cultural que permite compreender a dinâmica socio-cultural do território, colocando em destaque a forma como os grupos sociais que moram, trabalham ou usam aquele espaço compreen-

dem esse patrimônio cultural. Como diz Maria Cecília Londres Fonseca (2000), o trabalho com a noção de referências culturais significa tomar os grupos sociais como intérpretes do patrimônio e não meramente como informantes. Significa compreender, como afirma Ulpiano B. de Meneses (2012) que o ventre gerador dos valores atribuídos ao patrimônio são os grupos sociais, cabendo ao estado o papel de reconhecimento desses valores.

O Inventário, como uma ferramenta de produção de conhecimento sobre o patrimônio cultural, foi tomado como uma estratégia para a criação do Museu do Território na região do Arouche, permitindo organizar e elaborar ações voltadas à musealização do espaço. Assim, surge MONA - Museu de Ocupação e Narrativas do Arouche LGBTQIA+ - como uma estratégia de preservação da memória e valorização das referências culturais identificadas, apresentando-se como instrumento de luta, afirmação cultural e política. É mais uma possibilidade para grupos disputarem o direito à cidade e resistirem às frequentes tentativas de apagamento histórico.



Simulação do projeto para o Arouche. Fonte: CCI França Brasil.



Intervenção nos tapumes das obras do Largo do Arouche com imagens do #FamíliasNArouche da Casa da Lapa. Fonte: Coletivo Arouchianos, 2019



Batismo do “Largo da Diversidade” no Largo do Arouche. Fonte: Coletivo Arouchianos, 2019.

As categorias de referências culturais utilizadas no projeto

A metodologia do Inventário Participativo do Iphan (2016) organiza as referências culturais em 5 categorias: Celebrações, Formas de Expressão, Lugares, Objetos e Saberes. As categorias organizam a forma como as diferentes referências culturais podem se dar, ora como um saber sobre a prática cultural, ora como uma forma de ser, de fazer ou de viver, mas também como suportes físicos de manifestações. São diferentes possibilidades de compreensão dos significados e sentidos atribuídos às referências culturais.

As categorias têm, também, uma relação com o tecido social onde as referências estão enraizadas, portanto, são possibilidades de interpretar as culturas.

A metodologia do Inventário Participativo do Iphan pressupõe o uso livre e adaptações às diferentes realidades existentes. Nesse sentido, além das 5 categorias indicadas anteriormente, acrescentou-se mais outras 3 que apareceram no horizonte do trabalho: Edificações, Marcadores de Tempo e Natureza. A categoria Edificações está presente na expe-

riência do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) do Iphan, designando imóveis independentemente de sua qualidade arquitetônica ou artística, que são valorados por suas significações históricas, representações sociais e narrativas que conservam em sua forma construída. Já a categoria Marcadores de Tempo diz respeito a eventos representativos da memória LGBTQIA+, que situam os grupos no tempo e no espaço, diferenciando-se de Celebrações por serem eventos únicos e sem intenção de repetição. Por fim, a categoria Natureza compreende elementos naturais vinculados à dinâmica da cultura e, portanto, que constituem suportes físicos de memória, identidade e ação dos grupos sociais.

Entrevistas realizadas

As entrevistas foram realizadas em dois momentos distintos: no Inventário Participativo do Arouche LGBTQIA+ e no Inventário Participativo Minhocão Contra Gentrificação (Repep, 2019). As entrevistas feitas em 2022 estão gravadas em vídeo e disponibilizadas no site MONA. As pessoas entrevistadas foram: Fernanda Frazão, Victória

Principal, Eduardo Luis, Adriana Simone Arco Íris, Ghe Santos, Cícero de Oliveira, Thais Azevedo, Diana Pequeno, Neon Cunha, Katrevisa, Helcio Beuclair, Maria Vitória do Nascimento e Anderson Sousa dos Santos.

As entrevistas realizadas no âmbito do Inventário do Minhocão deram-se entre 2016 e 2017 e foram transcritas pela equipe de bolsistas, estando disponíveis no site MONA. As transcrições são das entrevistas de: Alexia Twister, Chico Tchello, Don Valentin e Ginger Moon, Hilton Have, Ivana Wonder, Julian e Luana, Leila Stungis, Miss Biá e Darbi Daniel, Rodrigo Roberman Lima e Sheila Muller.

Também na oportunidade do Inventário do Minhocão foram elaboradas entrevistas informais, que foram selecionadas para o presente Dossiê. Entre as quais destacam-se os relatos das conversas com: Bia, Lilian, Veronica e Bruna, Marcelly, Loren, Bruna, Jenifer, Paloma, Paula, Melissa, Valéria Rodrigues, Carol, Gabriel, Lucas, Jaqueline, Kananda, Caíque, Jonathan e Jefferson, Jéssica da Conceição, Rute Esteves, Jean Grey, Agatha, Wilson, Matheus Ribeiro Marques, Diego Simpson, Ricardo Silva, Stephane. Os relatos dessas entrevistas também se encontram no site MONA.

Referências bibliográficas deste texto

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências Culturais: Base para novas políticas de patrimônio. In: IPHAN. **Inventário Nacional de Referências Culturais**: Manual de Aplicação. Brasília: IPHAN/ Minc/DID. 2000.

IPHAN. **Educação Patrimonial**: Inventários Participativos: Manual de Aplicação. Brasília-DF: IPHAN, 2016.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, I, **Anais**[...]. Brasília: Iphan, 2012, p. 25 a 39.

REPEP. **Dossiê do Inventário Participativo Minhocão contra gentrificação**. São Paulo, 2019. Disponível em: bit.ly/minhocaocontragentrificao

Sobre o Território

Largo do Arouche e imediações



Largo do Arouche. Foto: Simone Scifoni, 2018

O Largo do Arouche localiza-se na área central do município de São Paulo e pertence administrativamente ao Distrito da República, estando nos limites do Distrito de Santa Cecília. As vias que delimitam o Largo são: à oeste a Av. Amaral Gurgel e o Elevado Presidente João Goulart; à leste a Rua Vitória; ao norte a Av. São João e a Praça Júlio Mesquita; e ao sul a via pública traz a própria denominação do Largo do Arouche.

O Largo localiza-se na área que foi chamada, ao final do século XIX, como a cidade nova, resultado da expansão e do crescimento em direção a oeste, ultrapassando o Vale do Anhangabaú. Outras vias importantes que estão relacionadas ao Largo são: Rua do Arouche, Av. Vieira de Carvalho, Rua Aurora, Rua Rego Freitas e Rua Bento Freitas; todas estão relacionadas historicamente com vivências e experiências de sociabilidade de corpos dissidentes, ou daqueles que são considerados como fora da norma imposta pelo sistema sexo-gênero, conforme apresenta Preciado (2020). Assim, neste espaço se configurou uma centralidade dos grupos LGBTQIA+ na cidade.

Para fins de levantamento de informações e produção de conhecimento sobre o território, delimitou-se inicialmente dois setores identificados na mapa 1 e que compreendem:

- **Área core (núcleo):** corresponde ao polígono principal no qual concentram-se as principais referências culturais ligadas ao tema do inventário. Essa é a área onde, historicamente, se concentrou

as formas de sociabilidade e modos de ser vinculados aos grupos LGBTQIA+. Ela se constitui em uma poligonal que abraça o Largo do Arouche propriamente dito englobando ruas e avenidas que partem do Arouche em todas as direções, e que, ao longo da história, mantiveram o sentido e significado do Largo. Nesse caso, trata-se de um uso e de formas de apropriação que configuraram uma identidade para esse fragmento do espaço, ligada à pauta da diversidade sexual e de gênero.

- **Zona tampão:** ela constitui, grosso modo, uma área de entorno na qual se espriam para várias direções as formas de sociabilidade, os usos e apropriação do espaço que se concentram historicamente na região do Arouche.



Mapa de identificação da área core (em vermelho) e zona tampão (em roxo). Fonte: Geosampa. Elaborado pela equipe.

Descrição do território inventariado

O território delimitado no Inventário Participativo não se restringe aos limites específicos do Largo do Arouche, pois a região concentra um conjunto de atividades e estabelecimentos ligados à sociabilidade LGBTQIA+, entre os quais bares, boates, cinemas, saunas, entre outros, e um conjunto de comércio e serviços complementares a esse uso, como hotéis, sex-shop e lojas especializadas na montagem drags (comércio de roupa e perucas). Trata-se de uma região singular da cidade para a comunidade LGBTQIA+. Assim, o território do Inventário Participativo abrange duas poligonais, uma mais central, chamada de área *core* (em roxo), e outra poligonal mais ampliada (vermelho), que foi definida como uma espécie de zona tampão. (vide mapa 1)

O Largo do Arouche é um espaço público que, em realidade, funciona como uma grande praça, composta por 5 áreas verdes que se encontram fragmentadas, formando uma poligonal de formato irregular. O Largo se estende desde os pés do Elevado, o Minhocão, até a Avenida São João.

O traçado do Largo do Arouche e sua da vegetação arbórea é tombado pelo CONPRESP, conforme a Resolução nº 22 de 2016, sendo caracterizado pela preservação ambiental no zoneamento da cidade (Zepec-APPa). Atualmente, também se encontra em estudo de tombamento no CONDEPHAAT, caracterizando, assim, inequivocamente como um patrimônio cultural da cidade e da metrópole paulista.

Para descrever o território inventariado, foi realizado um trabalho de campo, no segundo semestre de 2021, com base na teoria da deriva, conforme apresentou Debord (1958). Foram identificadas na região do Arouche, pelos menos 8 unidades de ambiências distintas, de acordo com o que se apresenta a seguir. As unidades de ambiência representam as variações psicogeográficas encontradas durante o exercício da deriva e que foram definidas a partir da observação das relações afetivas estabelecidas com os lugares a partir de suas condições apresentadas.



Trabalho de campo no Arouche, mapeando ambiências. Fotos: Simone Scifoni, 2021.

- **Ambiência 1: Alto Arouche.** Pela manhã verifica-se um determinado uso social (idosos com cadeiras na praça, famílias, gente passeando com cães). Área bem cuidada, com zeladoria urbana (caminhão da prefeitura). Ao meio dia, frequência de trabalhadores. Nas imediações, prédios novos e estabelecimentos comerciais voltados a novo público de classe social mais abastada;

- **Ambiência 2: Baixo Arouche.** Pedaco mal cuidado por falta de zeladoria urbana. Grande parte dos canteiros estão em terra batida, há presença de muito lixo e entulho. Local em que pessoas em situação de calçada residem, utilizando o bebedouro, localizado na lateral do Mercado das Flores, para beber água e, eventualmente, realizar higiene. Observada ausência de políticas públicas sociais efetivas que visam restaurar e preservar a dignidade humana de pessoas em situação de vulnerabilidade social;

- **Ambiência 3: Corredor de comércio central.** Eixo das Avenidas Duque de Caxias e São João, com presença LGBTQIA+ a noite em estabelecimentos comerciais. Prédios antigos se misturam a novos edifícios de moradia. Há movimento intenso de carros;

- **Ambiência 3a: Av. São João, mais popular.**

Local com presença de população em situação de calçada. Falta de manutenção nas calçadas, gerando problemas de mobilidade urbana, principalmente para pessoas com dificuldade de locomoção. Menor intensidade de trânsito. Há alguns estabelecimentos voltados para pessoas LGBTQIA+, como bar, cinema e cabine;

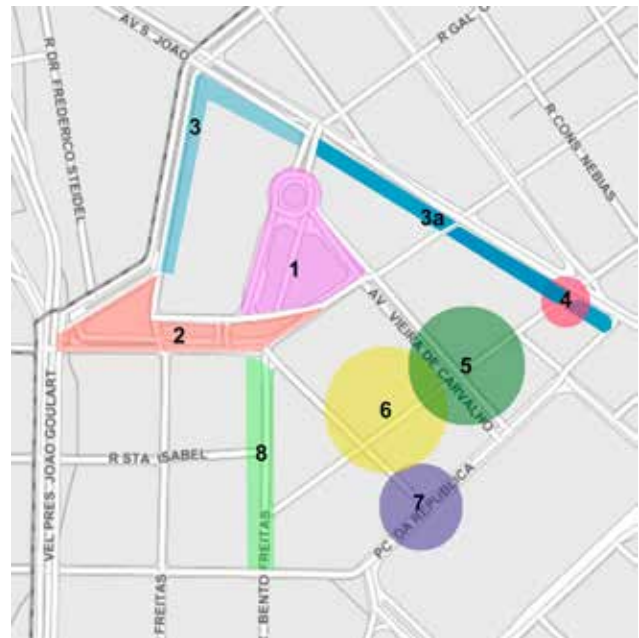
- **Ambiência 4: Fluxo e contradições.** Destaque para pensão, bares e restaurantes, voltados ao público LGBTQIA+. Presença de dependentes químicos em situação de calçada que ficam em grupos, principalmente, ao lado da academia;

- **Ambiência 5: Rua Aurora, gentrificação.** Bares e restaurantes e cabines voltados ao público LGBT. Presença de empreendimentos imobiliários novos, com maior presença de pessoas brancas, de classe média, sendo algumas pertencentes à comunidade LGBTQIA +. A rua Vieira de Carvalho é o principal ponto de circulação e empreendimentos comerciais voltados ao comércio LGBTQIA +;

- **Ambiência 6: Rua do Arouche e imediações.** Presença de comércio, moradia, estacionamentos que estão virando novos prédios residenciais. Forte presença comercial, incluindo bares e restaurantes voltados ao público LGBTQIA+;

• **Ambiência 7: LGBTQIA+ em situação de calçada.** Há concentração de pessoas LGBTQIA+ neste ponto e também no coreto da praça da República, bem como debaixo do Minhocão. Para algumas destas pessoas, o Arouche é diferente de República (territórios distintos), sendo que a República é local de trabalho para prostituição e Arouche, local de lazer e sociabilidade;

• **Ambiência 8: Rego e Bento Gourmet.** Presença de estabelecimentos comerciais gourmetizados, em contraste a outros lugares em conexão com o território, como hotéis, bares, baladas, inferninhos, cabines, assim como estabelecimentos voltados para público trans, como lojas de vestuário e salões de beleza. As ruas Bento Freitas e Rego Freitas e adjacências são pontos histórico de trabalho de travestis e mulheres trans.



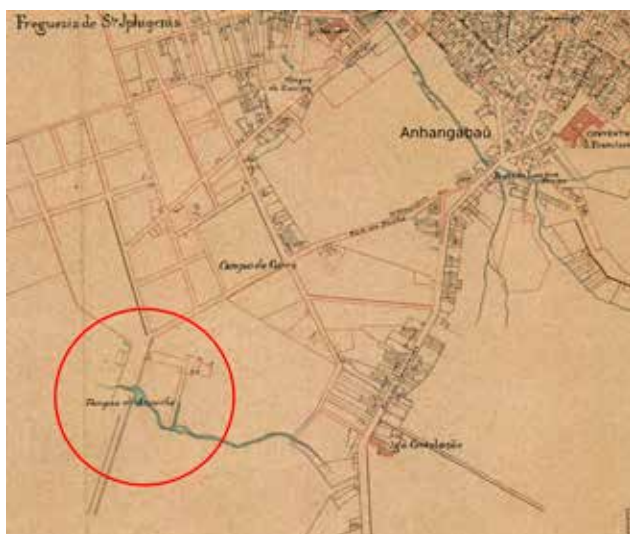
Mapa Síntese das unidades de ambiência observadas no trabalho de campo, novembro de 2021. Fonte: base Geosampa. Elaborado pela equipe.

O Largo do Arouche na história¹

Situado na área central da cidade de São Paulo, o Largo do Arouche acompanha os diferentes momentos da urbanização paulistana, desde seu nascimento junto à fronteira oeste da cidade até a sua modernização nos anos 1930, quando ganhou a sua configuração mais próxima da atual.

A origem do logradouro público encontra-se nas primeiras décadas do século XIX, momento em que a cidade iniciava sua expansão rumo oeste, em terras além Rio Anhangabaú onde existiam várias chácaras, propriedades de famílias abastadas. Entre elas, a Chácara do tenente-general José Arouche Rendon, advogado e militar, que também foi o encarregado de promover o arruamento dessa parte da cidade (RIBEIRO; CAMPOS, 2007). Foi ele que, no começo do século XIX, demarcou dois largos contíguos em formatos diferentes e destinados a exercícios militares.

¹ Este texto foi retirado de publicação de Simone Scifoni e Helcio Beuclair (2021).



Mapa da Cidade de São Paulo e seus Subúrbios, de 1847. Pode-se constatar o crescimento da cidade em direção à oeste, passando o Vale do Anhangabaú. No círculo, em vermelho, indica-se a localização do atual Largo do Arouche, que naquela época era conhecido como tanque do Arouche. Fonte: Arquivo Histórico Municipal, modificada pelos autores.

Nesse sentido, o largo tem sua origem situada naquela porção que foi chamada de “cidade nova”, termo utilizado pelos viajantes para diferenciá-la da “cidade velha”, o núcleo de ocupação inicial. A diferença apresentava-se na morfologia, já que a cidade nova era composta por um traçado mais regular, com quadras amplas e ruas mais largas e extensas. Segundo Matos (1954), ao longo

do século XIX a cidade de São Paulo deixava de ser um burgo tranquilo, de aspecto colonial, transformando-se em um centro comercial, cheio de vida. Foi assim que, em fins de XIX, o logradouro público recebeu melhorias como calçamento e, em 1913, o nome oficial de Largo do Arouche, em homenagem ao tenente-coronel. Ao longo das duas primeiras décadas do novo século, essa parte oeste da cidade vivenciou um grande crescimento, com o parcelamento das antigas chácaras para usos urbanos, o que fez com que o Largo do Arouche deixasse de ser o limite final da cidade, à oeste.

A partir de 1930, entretanto, o Arouche já era outro, testemunhando as mudanças marcantes que se deram na cidade em função dos planos de modernização. A abertura e ampliação de vias, no âmbito do Plano de Avenidas de Prestes Maia, redirecionou o trânsito da cidade e resultou, também, em mudanças no largo para viabilizar a ampliação do trânsito de automóveis. O Arouche foi reformulado, ganhou ares europeus com passeios em traçado orgânico e amplos gramados, já que ele fazia parte, na década de 1930, dos trechos de terras mais nobres da cidade. Além de ser servido por modernas linhas de bondes elétricos, que circundavam seus jardins, estava próximo àquela que constituía a avenida central paulistana, a Av. São João, e aos bairros das classes abastadas como Higienópolis e Campos Elíseos.



Mapa de 1930, do Sara Brasil, onde já é possível notar, nesse momento, o crescimento e adensamento urbano da cidade. O Largo aparece ajardinado e remodelado com traçado orgânico. Fonte: CESAD-USP

Além de sua modernização como logradouro público, outro marco dos anos 1930 no Arouche foi a instalação de um monumento em homenagem à principal liderança abolicionista em São Paulo, Luiz Gama. O busto esculpido em bronze foi resultado de uma campanha liderada pela imprensa negra paulistana, em particular pelo jornal *Progresso*. Luiz Gama foi advogado autodidata baiano que atuou na capital paulista consagrando-se pela libertação de inúmeros escravizados, sendo considerado liderança política e intelectual. O busto foi inaugurado em novembro de 1931 e seguido por um cortejo que foi do Largo do Arouche até seu túmulo no Cemitério da Consolação. O monumento é, assim, um marco simbólico para o movimento negro, que organiza essa mesma caminhada todos os anos (STUMPF; VELLOZO, 2018).



Busto de Luís Gama, situado no canteiro do Largo do Arouche. Fonte: Alessandro M. Shinoda/ reprodução Folha S. Paulo, 2020.

Ao longo das décadas do século XX, o Largo do Arouche foi se consolidando como um importante lugar de encontro, lazer e sociabilidade, não somente pelo uso do espaço público, mas também pelos equipamentos comerciais e de lazer que o circundam, como bares, boates e restaurantes.

O marco da constituição dessas formas de sociabilidade foi a ocupação do espaço pelos grupos hoje representados na sigla LGBTQIA+. Isso se deu a partir de finais da década de 1970, como resultado da intensa perseguição e controle policial aos seus anteriores espaços de sociabilidade da cidade, o que pro-

vocava frequentes deslocamentos. Por conta disso, nos anos 1980, o Arouche se tornou o epicentro do chamado desbunde gay, expressão que na época designava a atitude de assumir-se homossexual ou sair do armário (PERLONGHER, 1987).

Há mais de 60 anos, o entorno do Largo do Arouche é ocupado pela comunidade LGBTQIA+. Os registros oficiais dessa ocupação são encontrados na esfera de segurança pública estatal, cujo objetivo descrito era de combate à criminalidade quando, de fato, era reprimir a comunidade, principalmente as travestis que ocupavam e ocupam até hoje parte das ruas próximas como Amaral Gurgel, Rego Freitas, Major Sertório e Marquês de Itu, e a Praça da República, para exercerem suas profissões como garotas de programa.

Nos anos 1980, o Largo do Arouche foi marcado por batidas policiais, como a Operação Limpeza ou Richetti com enquadramentos, prisões arbitrárias, agressões físicas e verbais. A operação foi batizada com o nome do delegado que comandava a batida, José Wilson Richetti. Sobre essa violência, o:

[...] relatório da Comissão da Verdade, em seu capítulo 7, atenta para as perseguições que aconteciam no local, principalmente focando nos grupos das travestis e transexuais, durante a ditadura militar. Na década de 1980, a região foi palco de uma manifestação de grupos de negros, feministas, estudantes contra a repressão em que culminaram com o grito “O Arouche é nosso!”, demonstrando o uso plural e reprimido da região. Hoje, o Arouche ainda abriga a comunidade LGBTQ+, sendo um ponto de encontro de gays, lésbicas, travestis, transexuais, góticos e qualquer um que queira explorar sua identidade vindos de diversas regiões da cidade, principalmente da periferia, mas também do interior do estado. (REPEP, 2019).



O jornal Lampião, exemplar de julho de 1980, denuncia os abusos e a violência da Operação Richetti, na área central da cidade. Fonte: Lampião, Fernando Uchoa



Manifestação realizada por 13 organizações contra a violência policial. Fonte: reprodução Memorial da Democracia.

Caracterização Socioeconômica

O distrito da República onde se localiza o Largo do Arouche, nos últimos anos mostra uma tendência de **crescimento da população moradora**, revertendo aquele movimento anterior, iniciado em 1970 e até 2000, de esvaziamento populacional dos distritos da área central.

Os dados mais recentes disponíveis no Censo IBGE (2000-2010) mostram a tendência de crescimento, nos últimos anos, tanto do número de domicílios (+ 27%), quanto da população (+ 19%).

Do ponto de vista da renda dos responsáveis pelos domicílios no distrito da República observa-se, nos dados disponíveis, um movimento de ampliação de população nos estratos de renda mais baixos, que passou nos últimos 10 anos (2000 a 2010) a predominar como população moradora. Isso significa que o distrito assumiu um perfil mais popular, com predominância de 52% de responsáveis por domicílio com renda de até 5 salários-mínimos (sendo 14,8% até 2 salários-mínimos e 36,8% de 2 a 5 salários-mínimos). Esse **fortalecimento de um perfil mais popular** para o distrito é acompanhado pela redução da porcentagem dos que ganham mais de 5 salários-mínimos, que passou de 76% para 48%, de 2000 a 2010.

Seria fundamental para entender o que acontece hoje no distrito, do ponto de vista socioeconômico, dados atuais que pudessem ser indicativos para comparar se permanece ou se modifica essa tendência apresentada nos dois casos analisados, tanto o crescimento da população moradora como um perfil majoritariamente popular para o distrito. Entretanto, a não realização do censo IBGE em 2020 e a indisponibilidade de dados, ainda em 2022, prejudicou essa leitura.

Dados complementares sobre o lançamento de imóveis verticais (apartamentos) no período 2006 a 2017, mostram que o distrito da República é uma das **áreas que concentram esses lançamentos**. Em comparação com os demais distritos da subprefeitura da Sé, a República foi o distrito que teve o maior número de lançamentos de apartamentos no período mais recente. (Fonte: Informes Urbanos nº 33, maio de 2018).

Em relação ao tipo de empreendimento lançado, o estudo da Prefeitura aponta apartamentos pequenos, com média de 40 m² e único cômodo, chamados de studios ou loft. (Fonte: Informes Urbanos nº 34, ago 2018)

Ainda para esse mesmo período, segundo dados da Prefeitura observa-se a queda no número

dos imóveis vazios na área central, caindo para mais da metade, ou seja, de uma taxa de vacância de 25% em 2000 para 10,3% em 2010.

Esses dados mais recentes e complementares indicam um **novo interesse imobiliário** no distrito da República que tem levado ao crescimento de população moradora, mas provavelmente com um novo perfil, já que se trata de aquisição de imóveis novos, trazendo em consequência um impacto de **elevação dos preços dos aluguéis**, o que leva, portanto, a expulsão de população moradora mais pobre. Tem-se, assim, evidências de processo de **gentrificação** no distrito da República.

Referências bibliográficas

BEUCLAIR, Helcio; SCIFONI, Simone. Largo do Arouche, São Paulo. Por um patrimônio LGBTQIAPD+ nacional. In: NAKAMUTA, Adriana (org.). Arte, cidade e patrimônio. Futuro e memória nas poéticas contemporâneas. Rio de Janeiro: Automática Edições, 2021.

DEBORD, Guy-Ernest. Teoria da deriva. Internacional Situacionista n.2, dezembro de 1958 [1956]. In: BERENSTEIN, Paola (org.). Apologia da deriva. Escritos situacionistas sobre a cidade. RJ: Casa da Palavra, 2003.

PRECIADO. B.Paul. Um apartamento em Urano: Crônicas da travessia. Rio de Janeiro: ZAHAR. 2020

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Informes Urbanos nº 33, maio de 2018.

____. Informes Urbanos nº 34, agosto de 2018.

REPEP. Dossiê do Inventário Participativo Minhocão contra gentrificação. São Paulo, 2019. Disponível em: bit.ly/minhocacontragentrificacao

Sobre o Museu

Mona é um museu diferente. É um espaço virtual e real construído para dar visibilidade às referências culturais ligadas ao movimento LGBTQIA+ da região do Arouche. Guarda memórias, testemunha vidas e valoriza o patrimônio cultural LGBTQIA+.

Assim, a Mona tem como objetivo reunir, organizar e sistematizar um acervo relativo à presença histórica LGBTQIA+ no território do Arouche, bem como manter inventário de referências culturais sobre as práticas e manifestações culturais e desenvolver ações de memorialização do território.

MONA é território, festa, acontecimento, bafado, revelação e denúncia. É um espaço político de luta e de resistência no Arouche. É a presença LGBTQIA+ no centro de São Paulo. É uma maneira de lutar contra preconceitos e todas as formas de discriminação à comunidade racializada, de baixa renda e LGBTQIA+ que vive, ocupa, gera riqueza social, cultural, artística e econômica. É uma estratégia de permanência no centro da cidade por meio de políticas públicas.

Então, MONA é processo. Trata-se de uma ferramenta de mobilização social, pela diversidade, igualdade e respeito aos direitos humanos, à orientação social e à identidade de gênero. Apesar de MONA ser um Museu, o uso do termo como substantivo feminino justifica-se em razão de sua origem no Pajubá, já que faz referência a uma pessoa, a forma como as travestis se denominam entre si.

A MONA é lugar de identidade e pertencimento, mas também de mobilização social no sentido de uma educação para os direitos humanos. Significa um museu instrumento de educação para a cidadania, para a cultura dos direitos humanos. É importante destacar também a lógica comunitária do museu, pois sua origem não se deu no interior de instituições ou por dentro do poder público, ao contrário, MONA nasceu por iniciativa de um dos grupos sociais detentores desse patrimônio, o Coletivo Arouchianos LGBTHQIAPD+, e foi desenvolvido de forma colaborativa e compartilhada, com apoio da universidade e coletivos culturais.

MONA- Museu de Ocupação e Narrativas do Arouche LGBTQIA+

Acesse MONA em: www.arouchianos.com.br/mona.html

Materiais produzidos para Mona

Em parceria com o Suplab desenvolvemos o espaço virtual do museu que reúne e disponibiliza todo o material produzido no projeto. Além disso, o site propõe outras formas de conhecer e experienciar o patrimônio LGBTQIA+: uma deriva pelas referências culturais e visita virtual com imagens 360° feitas no território do Arouche. A deriva na cidade é uma investigação de como o espaço provoca sensações, propondo uma forma de romper as normativas locais. No site, a deriva propõe uma ruptura do ambiente virtual, instigando a descoberta inesperada de referências culturais que estão dispostas em globo. Com o site, cria-se maior possibilidade de divulgação além de permitir a continuidade do trabalho desenvolvido.

Print do site na proposta de deriva pelas referências.



Fonte: acervo do projeto, 2022.

Dentre os diversos conteúdos do site há a aba intitulada Entrevistas. Neste espaço disponibilizam-se as entrevistas realizadas com personagens da história e da ocupação LGBTQIA+ no território do Arouche. Ao todo foram realizadas 9 entrevistas gravadas com figuras importantes da cena do movimento LGBTQIA+, incluindo o Coletivo Arouchianos e bolsistas do projeto. Além delas, incorporamos também as entrevistas antigas, herança do Inventário Participativo Minhocão Contra Gentrificação (Repep, 2019). Elas foram transcritas, já que os arquivos estavam em formato áudio. Todo o acervo de entrevistas está organizado em formatos diferentes. As entrevistas feitas em 2022 estão em vídeo na íntegra e editadas. As entre-

vistas antigas se encontram em documentos transcritos de gravações de 2016 e 2017; e compiladas em relatos com resumos de encontros feitos em 2016 e 2017.

Assim, as referências culturais que constituem MONA foram identificadas pelas vozes dessas pessoas. Foram elas que interpretaram o patrimônio cultural LGBTQIA+.

As entrevistas foram subsídio para o desenvolvimento de outros vídeos de divulgação que são conteúdos do site. Em junho de 2022, foram realizadas capturas de gravações no Largo do Arouche durante a Marcha do Orgulho Trans Parada do Orgulho LGBTQIA+, juntamente com a realização das entrevistas que foram registradas. A partir desse material audiovisual, ocorreu a produção de vídeos com recortes temáticos para sensibilização e divulgação do patrimônio LGBTQIA+. Os temas foram: performance e montagem; luta, sobrevivência e resistência; Arouche como lugar de encontro; Arouche por Arouchianos. Além desses 4 vídeos, foram produzidos 2 minidocumentários: um sobre o projeto e outro com compilado das entrevistas. Nossa parceira de produção e edição foi XisGênera.



Entrevista com Neon Cunha e momentos de captura da XisGênera. Foto: acervo do projeto, 2022.

Outro material produzido no projeto foi a identidade visual da MONA, a partir da elaboração de um logotipo que teve como inspiração a identidade visual do Coletivo Arouchianos LGBTHQIAPD+. A logomarca do museu foi feita para ter diferentes aplicações, sendo realizada pela empresa Fonte Design.



Aplicações da logo marca do museu. Fonte: acervo do projeto, 2022.

Por fim, MONA se destaca pela elaboração de um conjunto de materiais educativos inéditos: um mapa/folheto ilustrado e um jogo. A diagramação e a construção dos materiais foram feitas em parceria com a Fonte Design e serviços gráficos de PC Diagrama Soller Impressões

O mapa ilustrado tem uma representação do território do Arouche com todo seu patrimônio vivo que se transforma em folheto provocação para ser distribuído gratuitamente a todes. Na parte da frente apresenta o mapa e no verso as referências culturais, conforme se vê a seguir.



Trecho do mapa folheto produzido. Fonte: acervo do projeto, 2022.

Joga Mona! é um material educativo que possibilita vivenciar as referências culturais a partir de situações comuns e momentos importantes da trajetória LGBTQIA+. No início, a ideia do jogo era elaborar uma releitura do jogo de Corrida dos Privilégios, comumente utilizado para debater temáticas das desigual-

dades sociais. Porém, por experiências anteriores, notou-se a forma depreciativa para com as identidades estigmatizadas. Logo, foi proposto um novo jogo, cujos propósitos são: despertar o olhar sobre o território a partir das referências culturais; reforçar positivamente a experiência de marcadores sociais estigmatizados; estimular a cooperação durante o jogo; propor formas de se relacionar com problemáticas recorrentes/comuns no território.

Assim, Joga Mona! é um jogo coletivo e colaborativo que tem como objetivo fazer a Revolução. O caminho para a revolução é construído a partir das cartas e pontos conquistados por meio delas (cada carta possui pontuação). Em um tabuleiro circular, cada participante move-se a partir do número de casas que sair no dado. Cada casa corresponde a um baralho de cartas que são divididos em três propostas diferentes: situações (acontecimentos cotidianos e momentos LGBTQIA+), referências culturais (identificadas no inventário participativo) e calendário (datas marcantes da trajetória LGBTQIA+).

Para jogar são distribuídos personagens para cada participante, o qual passará a assumir uma nova personagem. Cada personagem possui marcadores sociais específicos que influenciarão sua experiência no jogo. Ao caminhar no tabuleiro, os jogadores encontrarão: casas de calendário, que informam datas interessantes para a resolução de problemas; casa de situações, contextos com problemáticas que desafiam os jogadores a tentar resolvê-los de forma cooperativa; e casas de referências culturais, que auxiliam na resolução de problemas. No decorrer do jogo ocorre a aquisição de pontos coletivamente, que ajudam a construir o caminho para a Revolução. O jogo termina quando, com os caminhos completos para a revolução, os participantes chegarem na casa Revolução.

Para o jogo, foram criadas 8 personagens inspiradas em personalidades históricas e recriadas com marcadores sociais que estão presentes nos corpos que habitam o território. Detalhe importante: só se ganha o jogo coletivamente!

Personagens de Joga Mona.



Fonte: acervo do projeto, 2022.

Mosaico Baralhos de Calendário, Referências Culturais e Situações Joga Mona.



Fonte: acervo do projeto, 2022.

Tabuleiro de Joga Mona.



Fonte: acervo do projeto, 2022.

Levantamento das Referências Culturais

Nos próximos capítulos são apresentados os resultados dos levantamentos feitos no sentido de identificar o conjunto de práticas culturais, lugares, objetos e construções que compõem a identidade, memória e ação dos grupos LGBTQIA+ na região do Largo do Arouche.

As referências estão organizadas conforme as categorias a seguir.

<i>Categorias</i>	<i>Referências Culturais</i>
CELEBRAÇÕES (4)	Arraiá Comunitário LGBTHQIAPD+ Arouchianos Atividades Culturais Carnaval De Rua Natal Comunitário LGBTHQIAPD+ Arouchianos
EDIFICAÇÕES (4)	Centro De Referência E Defesa Da Diversidade Sexual Brunna Valin (CRD) Coreto Delegacia Seccional De Polícia Centro UBS Santa Cecília
FORMAS DE EXPRESSÃO (7)	Arte De Rua De Resistência Atos Eventos Dominicais Arouchianos Blocos LGBTQIA+ Pajubá Performance Drag e Transformista Publicações Marginais Teatro De Grupo
LUGARES (14)	Aparelha Luzia Café Vermont Circuito Dos Bares, Baladas E Restaurantes Circuito Das Saunas E Cinemas Circuito De Acolhimento E Saúde Ferro's Bar Geledés: Instituto Da Mulher Negra Largo Do Arouche Museu Da Diversidade Sexual Ocupação Em Arte E Cultura LGBTQIA+ Praça Da República Ruas De Trabalho Sindicato Dos Artistas Sindicato Dos Jornalistas
MARCADORES DE TEMPO (1)	Calendário LGBTQIA+
NATUREZA (2)	Chichá Memória Viva
OBJETOS (5)	Estátua Amor Materno Estátua Depois Do Banho Estátua Índio Caçador Estátua Luiz Gama Namoradeira
SABERES (3)	Associativismo Comunitário Conhecimentos Da Montagem Transformista E Drag Famílias LGBTQIA+

Celebrações

Arraiá Comunitário LGBTHQIAPD+ Arouchianos
Atividades Culturais
Carnaval De Rua
Natal Comunitário LGBTHQIAPD+ Arouchianos

Arraiá Comunitário LGBTHQIAPD+ Arouchianos



Apresentação do grupo “Arraiá Sacode a Poeira” no Arraiá Comunitário LGBTHQIAPD+ Arouchianos no Largo do Arouche. Fonte: Acervo Arouchianos.

O Arraiá Comunitário LGBTHQIAPD+ Arouchianos é uma celebração realizada pelo Coletivo Arouchianos ocorrendo em sua primeira e, até então, única edição por conta da Pandemia de COVID-19, em julho de 2019. Em razão das situações de pobreza, racismo, xenofobia, transfobia e homofobia muitas pessoas encontram-se privadas de usufruir das celebrações tradicionais com seus familiares e amigos, como as festas tradicionalmente nordestina de São Antônio, São João e São Pedro (festes juninos). Dessa forma, é realizado ato-evento comunitário que busca compartilhar recursos alimentares, proporcionar acolhimento, lazer e companhia para pessoas em situação de vulnerabilidade e extrema vulnerabilidade. Por outro lado, o Arraiá busca ressaltar e valorizar elementos da cultura nordestina na cidade de São Paulo, possibilitando maior conexão com a população migrante que frequenta o Largo do Arouche. No Arraiá Comunitário as figuras da tradicional festa junina são ressignificadas.

Para a realização do evento, o Coletivo Arouchianos faz arrecadações a partir de suas

redes sociais de forma a obter contribuições em dinheiro, alimentos e recursos estruturais como enfeites. No dia do evento são mobilizados voluntários de dentro e fora do coletivo, comumente caracterizados para o clima da festa de São João, para auxiliar na montagem das estruturas e condução do evento. São montadas tendas com comidas típicas da tradicional festa nordestina como pipoca, refrigerante, tortas, canjica, milho cozido, amendoim e bolo para distribuição gratuita durante o evento. São dispostas também decorações como bandeiras e cartazes com ressignificação das figuras associadas ao evento, como São João (Santa Joana), São Pedro (Sante Pietra), Santo Antônio (Santa Antonia), representadas com fotos de integrantes LGBTQIA+ do Coletivo Arouchianos. Em seguida, iniciam-se as atividades desportivas, como a queimada LGBTQIA+ Arouchianos, com frequentadores do Largo do Arouche. Em paralelo às atividades desportivas, também ocorre a distribuição de alimentos e bebidas nas barracas. Ao final, é feita a apresentação de grupos culturais de

“quadrilhas juninas”; em 2019, o grupo “Arraiá Sacode a Poeira”, que apresentou uma performance especial sobre São José.

O público participante da atividade contempla frequentadores da região do Largo do Arouche, ou seja, trabalhadoras(es) do sexo, migrantes e imigrantes LGBTQIA+, trabalhadores, moradores, turistas e, inclusive, a população em extrema vulnerabilidade social, ou como denominada pelo Coletivo Arouchianos em “situação de calçada”. Dentre as celebrações que ocorrem em espaço público, comumente essa população tende a ser excluída e retirada do espaço no qual, por vezes, é sua moradia. As festas juninas tradicionais brasileiras são folclóricas e religiosas, referência culturais nordestinas seja na música, dança e comidas.

Dessa forma, o coletivo busca ressignificar essa relação excludente e gentrificante, possibilitando que as pessoas mais vulneráveis também sejam acolhidas, se alimentem e possam celebrar coletivamente. Os detentores do evento são integrantes do coletivo Arouchianos, com ressalva, a liderança do coletivo que é conduzida por Helcio Beuclair.

FONTES DE PESQUISA

Coletivo Arouchianos

OUTRAS REFERÊNCIAS CULTURAIS RELACIONADAS

Atos Eventos Dominicais Arouchianos; Performance Drag e Transformista; Associativismo comunitário.

Atividades Culturais



Festa Buraco da Minhoca. Foto: Chico Tchello/ Reprodução Facebook, 2014.

As atividades culturais são festas, encontros poéticos, sessões de cinema, aulas e debates, queimadas, saraus, reuniões de grupos, batalhas vogue, Bizarre e Runaway, points, ballrooms, batekoos, caminhadas, *happenings* e performances conhecidos por tensionar e reinventar o espaço público urbano e/ou a cena cultural da cidade, tanto como formas de apropriação dos espaços como uma resposta/provocação a um estímulo existente na cidade. Variam de acordo com a época, estações do ano ou contextos sociais e políticos, podendo, por vezes, ter caráter de protesto, utilizando linguagem artística e promovendo o encontro de pessoas. A celebração é efêmera, às vezes única ou constante por um período e até itinerante, caracterizando-se pela concentração de corpos, unidos por um propósito comum. Importante destacar que as atividades culturais que ocorrem no Largo do Arouche tem como público participante, direta ou indiretamente,

a comunidade LGBTQIA +, fazendo emergir a luta identitária e política, principalmente de pessoas travestis e transexuais. As atividades são ações públicas que englobam também a população em situação de vulnerabilidade social. Por meio das atividades culturais são pautados e reivindicados identidades e direitos, seja nos temas ou na presença dos corpos na rua. A ação é política, pois a atividade cultural é parte da mobilização social dos grupos.

Atividades culturais dialogam diretamente sobre aqueles e com aqueles que vivem uma determinada realidade, sendo um meio próprio de se fazer ouvir e ser visto por outros. Dessa forma, tais encontros estão muitas vezes relacionados a diversas culturas urbanas. Carregam em cada encontro o potencial de cidade disponível para todas as pessoas por meio de práticas múltiplas e plurais, desafiando códigos de representação dominantes ao introduzir outras narrativas e valores de se usar livremente o espaço público. Corres-

ponde ao movimento de abertura e ao estímulo de outras possibilidades de apropriação e usufruto dos espaços urbanos físicos e simbólicos.

Em geral, quando atividades culturais de rua ocorrem no Arouche relacionam-se diretamente com a temática LGBTQIA+ ou indiretamente, como o Slam Fluxo. Os Slams são batalhas de poesias entre pessoas e o Slam Fluxo circula pela cidade, atuando com o Movimento Cultural Ermelino Matarazzo, na zona leste de São Paulo. Em 2017, realizaram um slam no Largo do Arouche em parceria com o Centro de Cidadania LGBT. Embora o slam não tivesse temática LGBTQIA+, as questões identitárias emergiram improvisadas nas poesias, bandeiras de arco-íris compunham o palco e o público reunido frequentador do Arouche se aglomerava para apreciar as batalhas. Outro exemplo de atividade cultural de rua foi o ato Mulheres pelas Diretas e por Direitos, em 2017, evento organizado por mulheres e com programação 100% feminina que reuniu Slam das Minas e do TranSarau, rappers mulheres, cantoras de outros gêneros musicais, falas de movimentos e coletivos presentes, como Marcha das Mulheres Negras e ONG AMPO. Entre apresentações musicais e falas de protesto, o evento denunciava o avanço do machismo do governo de Michel Temer e seus retrocessos para os direitos das mulheres.

Outra manifestação importante são as *ballrooms*. A *ballroom* é uma cultura, oriunda dos Estados Unidos, criada na década de 1960 por Cristal Labeja, mulher transexual negra que deu início ao movimento como forma de protesto contra a maioria de homens cis brancos das competições drags. Cristal criou a lendária *House of Labeja* no intuito de acolher pessoas trans e corpos dissidentes negros e latinos. Marcada pelos bailes e competições, as *ballrooms* foram multiplicando-se e transformando-se em lugares seguros para a expressividade artística desses corpos, onde se fortalecia e se propiciava a criação de novas categorias de exaltação das vivências da comunidade pertencente. A comunidade *ballroom* criou a dança *vogue*, inspirada na revista de mesmo nome, pois mistura poses de fotografia com movimentos de artes marciais e passos de break.

Com o tempo a *vogue* ganhou o mundo e as televisões, sofrendo um processo de apropriação de cantoras, como Madonna em sua famosa apresentação da música *vogue* em 1990.

Há aproximadamente 10 anos, os pioneiros Felix Pimenta e Eduarda Kona trouxeram o movimento *vogue* e *ballroom* para o Brasil, abrindo lugares para tais expressões, com a *House of Pimentas* e *Hands UP*, respectivamente. O movimento é presente em todo o Brasil, mas a cena São Paulo se destaca pela produção frequente de bailes, em locais como o Espaço Esponja, localizado no Arouche. Outra particularidade brasileira e paulistana é a atuação no trabalho de conscientização sobre ISTs e no acolhimento de pessoas LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade. Ademais, as *ballrooms* paulistanas possuem destaque relevante na grande mídia como um dos principais movimentos LGBTQIA+ existentes.

Entre as outras atividades culturais destacamos: Buraco da Minhoca (festa em espaço residual embaixo da praça Roosevelt), WIKIpraça, Voodohoop, Festa Junina Minhocão (ocorreu no Minhocão e na praça Marechal Deodoro), Festival A cidade precisa de você (percursos pelo centro, incluindo arredores do Minhocão), Caminhada Queer (Lanchonete+Cidade Queer+Repep), os Points (encontros de pessoas que pixam, lugar de sociabilização e troca de folhinhas, memória escrita do pixo), Slams (Slam Marginália- poesias com pajubá, Slam das Minas), Sarau (TRANSarau, performances e expressões de pessoas trans, travestis e não binárias, Sarau Manas e Monas, Sarau Bixa Literária), atividades esportivas (queimadas, futebol, voley e rubgy). Para as atividades de rua acontecerem os grupos e coletivos LGBTQIA+ tem enorme importância, entre eles citamos: APOGLBT, ONG responsável pela parada do orgulho LGBT+; A Revolta da Lâmpada, grupo que promove a ocupação dos espaços públicos como luta pela liberdade dos corpos. Fervo também é luta!; Coletivo AMEM, Unidos pelo fervo, fervidos pelo amor, promovem Ballrooms e festas com protagonismo do público feminino, LGBTQIA+ e periférico; Coletivo Arouchianos, coletivo que ocupa o Largo do Arouche como espaço de cultura e convivência LGBTHQIAPD+ a partir

de ações educativas, sociais e culturais; Gayma-daSP, grupo que organiza jogos de queimada para o público LGBTQIA+ que entre jogo e torcida promove ações educativas de saúde e prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST); Ralachão - Festa P R E T A, onde a cultura periférica negra ocupa o centro da cidade.

FONTES DE PESQUISA

REPEP. **Dossiê do Inventário Participativo Minhocão contra gentrificação**. São Paulo, 2019. Disponível em: bit.ly/minhocaocontragentrificacao

OUTRAS REFERÊNCIAS CULTURAIS RELACIONADAS

Circuito de Bares, Baladas e Restaurantes, Largo do Arouche, Praça da República, Coreto.

Carnaval de Rua



Bloco Minhoqueens no Arouche, carnaval de 2017. Fonte: Rovená Rosa/Agência Brasil

Trata-se de uma celebração tradicional brasileira e urbana que ocupa lugares públicos da cidade, incluindo praças e ruas, em blocos de música e/ou marchinhas de carnaval. Os blocos são embalados por bandas ou músicas gravadas, reproduzidas por caixas de som, de diversos tamanhos e perfis de público. É comum as fantasias e adereços dos mais famosos historicamente até de assuntos atuais. Em São Paulo, a retomada do carnaval de rua a partir do final dos anos 2000 é parte de um movimento maior da sociedade paulistana que busca utilizar e ocupar mais os espaços públicos como locais de sociabilidade e vivência. Seguindo o caráter de uso livre da rua, na cidade é proibido, por lei, o uso de abadás, comuns em cidades do Nordeste, por exemplo. Na região do Arouche, diversos grupos se já se apresentaram durante as semanas do carnaval, atraindo grande público dessa e outras regiões da cidade, como o Filhos da Santa, Tucanistão,

Agora Vai, Baixo Augusta, Minhoqueens, A Espetacular Charanga do França, Tarado Ni Você, Ilú Obá De Min, entre outros. Para a comunidade LGBTQIA+, o carnaval é em sua essência a liberdade de expressão, momento de montagem, possui força política e de entretenimento. Também é uma festa importante para geração de renda e fomento da arte e cultura. Enquanto celebração pública, o carnaval no centro de São Paulo é a festa da inclusão de corpos à margem da sociedade.

O carnaval de rua é formado por um conjunto de manifestações artísticas, culturais e políticas que acontecem nas ruas de toda a cidade de São Paulo. Das mais distintas e peculiares formas, o carnaval explora normalmente em suas expressões a cultura do público e/ou local inserido, mas também transita essas culturalidades para outros espaços fazendo assim um intercâmbio cultural que estimula a arte e a criatividade. A região do Arouche e República costuma concentrar os blocos LGBTQIA+ pela identidade com o local.

Embora a festa seja tradicional e histórica na cidade, passando por períodos de modernização e influências tanto de outras urbes como Rio de Janeiro e até estrangeiras como o carnaval de Veneza, nas últimas décadas do século XX, o carnaval de rua encontrou-se cada vez mais enfraquecido e mal visto tanto pelo governo quanto por parte dos munícipes que viam no festejo origens de sujeira e violência. Em 1991 a Prefeitura inaugurou o Sambódromo do Anhembi, onde se concentraram então as apresentações antes celebradas na av. Tiradentes e, anteriormente, no Largo do Arouche e Av. São João. A fuga dos blocos das ruas da capital paulista seguiu um movimento maior de esvaziamento dos espaços públicos da cidade no qual a rua perdia seu uso como local de sociabilidade. Nos espaços públicos abertos, o carnaval chegou a ser proibido pela municipalidade, mas sobreviveu em pequenos blocos, por vezes reprimido pela Polícia Militar. Nas primeiras décadas do novo milênio, no entanto, movimentos diversos tentam recuperar o uso dos espaços públicos, das praças e parques e das ruas. Em 2014, o decreto 54.815 de 5 de fevereiro da Prefeitura legalizou a celebração, considerando-a um “conjunto de manifestações voluntárias, não hierarquizadas, de cunho festivo e sem caráter competitivo”. Pelo aspecto livre descrito acima, no carnaval de rua de São Paulo não são permitidos abadás ou outros elementos de segregação do espaço e de obstrução de circulação do público. Desde então, a festa na rua vem crescendo em número de foliões e blocos de rua. Em 2018, a cidade de São Paulo superou o Rio de Janeiro em número de blocos de rua, com quase 500 blocos cadastrados (Rossi, 2018).

A seguir destacamos alguns blocos do Carnaval de Rua da região do Arouche:

Minhoqueens

Bloco da drag Mama Darling, iniciou em 2016 com um carro que tinha a intenção de reunir amigos no Minhocão com música eletrônica, funk e outros gêneros musicais. Em 2019, o bloco atraiu 250 mil pessoas e teve a participação de

drag queens de várias regiões do Brasil. Dos roteiros iniciais que se concentravam na região do Minhocão e Largo do Arouche, o bloco cresceu e lotou a Praça da República e as ruas do entorno. O lema do bloco em 2019 era “resixto, logo existo”. O Bloco organiza festas LGBTQIA+ em diferentes baladas paulistanas. Na pandemia, o carnaval ocorreu em apresentações ao vivo transmitidas online comandadas por Mama Darling e Alexia Twister, com a presença e performance drag e DJs, como Kaya Conky, performances de Thalia Bombinha, Regina Schazzitt e Mahina Starlight, Marcinha do Corinthians, Drag Baiana e Xaniqua Laquisha e DJs Will Medeiros e Luis Giusti. Os blocos Meu Santo é Pop e Desculpa Qualquer Coisa também participaram das festas. Toda a arrecadação do evento foi para a Casa Florescer. Ao longo da pandemia outras festas foram organizadas com a presença de Silvety Montilla, Jade Odara e Mackaylla Maria, e mais de 40 atrações drag queens e transgênder, e debates com Rita Von Hunty, Salete Campari, Tchaka e Duda Navara e performances de dança e lypsync com Ikaro Kadoshi, Danny Cowlt, Lysa Bombom, Paola Cadillac, Ginger Moon, Pablllo Vittar Cover e Gloria Groove Cover, entre outras.

Filhos da Santa

O bloco Carnavalesco Filhos da Santa possui sede no bairro de Santa Cecília e entoa marchinhas de carnaval. O principal público é a população mais idosa, crianças e jovens que buscam uma alternativa aos blocos mais recentes dissipados pela cidade que trazem uma outra lógica de organização. O bloco é organizado pelos moradores do bairro, que iniciam o roteiro de trabalho nos meses de dezembro e janeiro e durante a semana de carnaval, percorrem ruas do centro. Demétrio, presidente e um dos fundadores do grupo, nascido do bairro, conta que no início tocavam numa das alças de acesso ao Minhocão. Numa sexta-feira santa, em 2013, o grupo ocupou um imóvel da TELESP abandonado há mais de década, com acúmulo de entulho e lixo. A recuperação do imóvel foi possível com a colaboração dos comerciantes e frequen-

tadores do bloco. Paralelamente às reformas, o grupo desenvolveu ações sociais para a comunidade, através de voluntários como dança afro, capoeira, dança de salão, muay thai, futsal, canto, cavaquinho, bateria mirim e adulta, yoga e inglês. Contudo, a falta de financiamento fez com que alguns projetos fossem descontinuados. A manutenção financeira se dá por contribuição voluntária e por venda de cervejas na roda de samba no Largo da Santa Cecília. Além das aulas, o grupo também realiza festas de páscoa, junina, dia das crianças e natal onde há a intenção de se oferecer tudo gratuitamente ao público. Para Demétrio, o espaço do bloco é um local de resistência no bairro, do samba, mas também da cidadania.

Bloco Tucanistão

O Tucanistão foi um bloco pequeno que atuou em 2015 e 2016, criado por pessoas ligadas ao Festival Baixo Centro, entre eles Thiago Carrapatoso e Cauê Almeida. Era um grupo pequeno com uma pequena caixa de som, auto-financiado pelos participantes e, em parte, pelo Festival Baixo Centro, sem pretensões de formar público cativo. O nome do grupo faz referência a um artigo do filósofo Vladimir Safatle no jornal Folha de São Paulo que, em 2014, ironizou os anos de gestão do PSDB no estado de São Paulo com realizações fracassadas que marcam a atuação da sigla. Como o nome demonstra, a ideia do grupo era resgatar o carnaval político e crítico e levá-lo para as ruas com doses de humor e ironia. A ironia era uma das bases de criação do grupo perceptível nos folhetos de divulgação que imitavam o famoso anúncio público da Revolução Constituinte de 1932, com um soldado e as frases “Você tem um dever a cumprir” e “Consulte a sua consciência”.

O cortejo era iniciado no Largo do Arouche, seguia por cima do Minhocão e descia pela Santa Cecília. Era um bloco que não tinha a pretensão de atrair um grande grupo de foliões, mas sim causar um “estranhamento” de passantes com seu mote político. Durante a apresentação há foliões que se juntam por conta das críticas ao governo vigente do PSDB e há também

aqueles que, identificando o tucano do partido, se juntam por empatia à sigla sem se dar conta das críticas. Para Thiago Carrapatoso, atos como estes são sintomáticos do conservadorismo do centro da capital e não deixa de ser irônico que sua figura (vestido com um tucano de pelúcia e um quepe militar) seja celebrado em um evento cultural e de ocupação de rua. Em 2015, o grupo distribui panfletos como referência aos panfletos que ocorriam na época.

FONTES DE PESQUISA

REPEP. **Dossiê do Inventário Participativo Minhocão contra gentrificação**. São Paulo, 2019. Disponível em: bit.ly/minhocaocontragentrificacao

ROSSI, Marina. Carnaval de rua de São Paulo cresce e bate o Rio em número de blocos. **Portal El País**. Cultura, 2 de fevereiro de 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/31/cultura/1517417828_870212.html: Acesso em 2019.

SÃO PAULO [Cidade]. **Decreto 54.815 de 5 de fevereiro de 2014**. Disciplina o Carnaval de Rua da Cidade de São Paulo.

OUTRAS REFERÊNCIAS CULTURAIS RELACIONADAS

Blocos LGBTQIA+, Largo do Arouche, Praça da República.

Natal Comunitário LGBTHQIAPD+ Arouchianos



Wanessa Carolina, a mamãe noel do coletivo arouchianos no Natal Comunitário LGBTHQIAPD+. Fonte: Coletivo Arouchianos

O Natal Comunitário LGBTHQIAPD+ Arouchianos é uma iniciativa desenvolvida pelo Coletivo Arouchianos que busca proporcionar acolhimento, lazer, empoderamento e alimentação à população LGBTQIA+ que em razão das situações de racismo, xenofobia, transfobia, homofobia e pobreza encontram-se privadas de usufruir das celebrações tradicionais, sendo por vezes expulsas de casa, morando sozinhas em pensões e vivenciando a data em boates. Enquanto festa cristã que ressalta os valores da fraternidade, família e união, o natal e seus símbolos comumente praticam a exclusão cultural e material de pessoas LGBTQIA+. Sendo necessária a ressignificação dessa celebração, ou como é chamado pelo Coletivo Arouchianos *Hackeamento*, procuram-se meios de garantir o prota-

gonismo das populações comumente excluídas, garantindo a elas também o sentimento de representatividade, acolhimento e pertencimento por meio do Natal Comunitário. Tradicionalmente em dezembro, o evento iniciou em 2017, com edições anuais, sendo que em 2021 não ocorreu por falta de recursos para o evento.

A realização da celebração depende de arrecadações feitas pelo Coletivo Arouchianos a partir de suas redes sociais de forma a obter contribuições em dinheiro, alimentos (panetones, bolos, refrigerantes, bolos, tortas e afins), roupas para doação e recursos estruturais como enfeites para a praça. Em 2020, em razão da situação de pandemia de COVID-19, o coletivo realizou também a arrecadação de cestas básicas em parceria com o padre Júlio Lancelotti (Pastoral Povo de Rua) para que

fossem distribuídas na praça para pessoas cadastradas nas Ações Humanitárias LGBTQIA+ Arouchianos Contra a Covid19.

Para o dia do evento são mobilizados voluntários de dentro e fora do coletivo, comumente caracterizados para o clima natalino com gorros de natal para auxiliar na montagem das estruturas e condução do evento. É realizada varredura comunitária da praça e são organizadas tendas e mesas para disposição dos alimentos e doações. O evento também é caracterizado por releituras das figuras tradicionais natalinas. Em 2019 o evento contou com Mamãe Noel Trans, performada por Wanessa Carolina, e em 2020 com a Mamãe Noel Travesti Preta, performada por Fernanda Frazão, e o Papai Noel Preto, performado pelo atleta da ginástica artística brasileiro Ângelo Assumpção.

O público participante da atividade contempla frequentadores do Largo do Arouche, ou seja, trabalhadoras(es) do sexo, migrantes e imigrantes LGBTQIA+, trabalhadores, moradores, turistas e, inclusive, a população em extrema vulnerabilidade social, ou como denominadas pelo Coletivo Arouchianos como em “população em situação de calçada”.

FONTES DE PESQUISA

Coletivo Arouchianos

OUTRAS REFERÊNCIAS CULTURAIS RELACIONADAS

Atos Eventos Dominicais Arouchianos; Performance Drag e Transformista; Associativismo comunitário.

Edificações

Centro De Referência E Defesa Da Diversidade Sexual Brunna Valin
Coreto
Delegacia Seccional De Polícia Centro
UBS Santa Cecília

Centro de Referência e Defesa da Diversidade Sexual Brunna Valin (CRD)



Rua Major Sertório, 292 – Vila Buarque. Entrada do CRD em dia de testagem para hiv, sífilis e HCV em abril de 2022. Fonte: CRD/ reprodução Facebook.

O Centro de Referência em defesa da Diversidade é uma iniciativa da prefeitura da cidade de São Paulo que há mais de 11 anos promove o acolhimento e a reinserção de pessoas pertencentes à comunidade LGBTQIA+ que estejam em situação de extrema vulnerabilidade social, em especial, profissionais do sexo, travestis e mulheres transsexuais e homens trans. No centro são oferecidos atendimento social, psicológico, jurídico, cursos profissionalizantes entre outras ações. O CRD leva o nome de Brunna Valin, homenageando a ativista que foi tão importante na luta contra o HIV/AIDS e pelos direitos das pessoas

trans. Valin atuava na gestão do grupo Pela Vida e era orientadora educacional quando trabalhava no centro.

O CRD tem como objetivo promover o acolhimento e a reinserção na sociedade de pessoas LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade. Para isso, o centro organiza periodicamente diversas atividades que desenvolvem múltiplas capacidades e promovem a auto estima das pessoas acolhidas pela instituição, desde oficinas de montagem de currículos à cursos de maquiagem para mulheres trans e travestis (sendo este o público que mais frequenta e usufrui os serviços oferecidos pelo CRD). Também são organi-

zadas ações para o público interessado em temáticas de diversidade no geral, como oficinas livres de yoga e audiovisual.

O CRD também tem um papel fundamental quanto à garantia de direitos de pessoas da comunidade, em especial, das pessoas trans. O local oferece uma série de serviços e auxílios, seja para a retificação de nome ou até mesmo oferecendo apoio psicoterapêutico coletivo e individual. Além de encaminhar as pessoas acolhidas para outras unidades médicas, se necessário.

O Centro de Referência surgiu em 2008 e atualmente é tutelado e gerido pela ONG Pela Vidda SP. Apesar de se situar no centro da cidade, o centro oferece serviços para pessoas de todas as regiões da metrópole paulistana. É um espaço essencial para o combate da LGBTfobia e da luta pelo respeito à diversidade.

Em 2021, o nome do CRD passou a homenagear Bruna Valim, ativista das causas LGBTQIA+ e HIV/Aids de São Paulo, que faleceu em 2020. Dedicou a vida na luta política para um mundo mais justo para comunidade LGBTQIA+, sobretudo para travestis e transexuais. Mulher trans militante, participou de vários movimentos no estado de São Paulo, estando à frente do Grupo Pela Vidda, na vice-presidência do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo e representou o Estado de São Paulo na Rede Nacional de Pessoas Trans vivendo com HIV/Aids no Brasil (TransBrasil). Em suas palavras: “Não queremos nenhum direito a mais, queremos direitos iguais aos de todos, queremos ser reconhecidas enquanto pessoas. Antes de ser transexual ou de ser o que quer que seja, eu sou a Brunna.”

Assim como Brunna Valin foi orientadora socioeducativa no CRD, em 2009, muitas trabalhadoras e trabalhadores do CRD também são profissionais LGBTQIA+. É uma forma de inclusão social que torna-se fundamental no serviço prestado pelo CRD, no qual as ações são feitas por pares, garantido o acolhimento por meio do diálogo identitário e de vivências semelhantes e/ou conhecidas.

FONTES DE PESQUISA

Grupo Pela Vidda/SP (Valorização, Integração e Dignidade do Doente de aids), <https://www.aids.org.br/>

OUTRAS REFERÊNCIAS CULTURAIS RELACIONADAS

Circuito de Acolhimento e Saúde

Coreto da Praça da República



Imagem do coreto e, à direita, Adriana Silva, diretora da Parada LGBT de São Paulo, distribuindo roupas no Coreto em janeiro de 2019. Fonte: Acervo Arouchianos

O coreto é uma edificação coberta, localizada no centro da Praça da República, local de extrema importância para a comunidade LGBTQIA+. O coreto é um ponto de encontro para o lazer e também para o trabalho, considerando que a Praça da República é um local que se destaca historicamente pela concentração de profissionais do sexo que atuam no território. No coreto já ocorreram importantes atividades sociais, culturais e políticas da comunidade LGBTQIA+.

Ao longo dos anos, a Prefeitura de São Paulo já organizou diversas atividades culturais no coreto, incluindo shows e outras apresentações culturais, como uma tentativa de incentivar a ocupação do centro da cidade. Inclusive, a referência passou por um recente restauro, iniciativa também organizada pela prefeitura. Além da função geográfica e cultural do Coreto, a edificação também já serviu como moradia para pessoas em situação de rua, que ocuparam o local com seus pertences e barracas.

Do ponto de vista da construção, o coreto é um espaço coberto em ambiente público, o que favorece o encontro de pessoas. Essa possibilidade é marcante numa região como a República, em que há grande prevalência de pessoas em situação de calçada. O coreto já foi palco de eventos importantes para a comunidade LGBTQIA+ como a apresentação do bloco Ka Trevosa, performances

e chás de beleza, sendo, inclusive, ponto de encontro para a distribuição de insumos para população em situação de vulnerabilidade social, entre outras iniciativas independentes.

FONTES DE PESQUISA

Coletivo Arouchianos

CORETO da Praça da República tem restauração finalizada. Visite Centro de São Paulo, [S. l.], p. 01, 7 dez. 2019. Disponível em: <https://visitecentrodesaopaulo.com.br/coreto-da-praca-da-republica-tem-restauracao-finalizada/>. Acesso em: 25 abr. 2022.

OUTRAS REFERÊNCIAS CULTURAIS RELACIONADAS

Atividades culturais, Praça da República, Ruas de trabalho

Delegacia Seccional de Polícia Centro



Rua Aurora, 322. Manifestação contra os Rondões do delegado José Wilson Richetti, responsável pela delegacia Seccional de Polícia Centro, em frente ao Theatro Municipal de São Paulo, que ocorreu em 13 de junho de 1980. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo/ Reprodução Memorial da Resistência.

A delegacia é símbolo da perseguição policial e da violência do Estado Ditatorial aos grupos LGBTQIA+ e grupos vulneráveis e estigmatizados durante a Ditadura Militar. Foi neste lugar que, com respaldo da Secretaria de Segurança Pública, sob coordenação do coronel Erasmo Dias e durante governo de Paulo Maluf (1979-1982), o delegado José Wilson Richetti comandou a intensificação de rondas policiais na região central de São Paulo para “limpar a cidade dos assaltantes, prostitutas, traficantes, homossexuais e desocupados” (TREVISAN, 1980). A ação conhecida como “Operação Limpeza” prendia pessoas nas ruas, em especial travestis, e em estabelecimentos frequentados

pelos grupos LGBTQIA+ que, após serem presas na delegacia, eram extorquidas e/ou sofriam torturas. Segundo apurado no relatório da Comissão da Verdade, por dia eram levadas à delegacia de 300 a 500 pessoas.

Com o golpe militar de 1964, ampliaram-se as forças de controle social por parte da polícia. Com a promulgação do Ato Institucional N. 5 (AI-5) e a suspensão do *habeas corpus*, ficou mais fácil para as autoridades o encarceramento. Segundo o relatório da Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, 2014), o comportamento fora dos valores tradicionais eram vistos pelos militares como formas de subversão, parte da conspiração comunista que, na ideologia do Estado, ameaçava a segurança nacional.

Como parte do controle social, o Estado organizou ações de repressão e reclusão para “limpar” o centro da cidade dos indesejados: homossexuais, prostitutas e travestis. Segundo a ativista Neon Cunha, quando ela chegou às ruas em 1982 já havia um “burburinho” sobre os chamados rondões. Em 1986 e 1987, tais ações já eram parte da rotina. Durante a gestão de Paulo Maluf (1979-1982) as ações ostensivas de policiamento (civil e militar) se intensificaram, comandadas pelo delegado Wilson Richetti, personagem que hoje dá nome à delegacia. O método de Richetti era, principalmente, fazer batidas em locais frequentados pelo público alvo. A arbitrariedade das rondas era tamanha que a operação Sapatão, centrada em bares frequentados por lésbicas como o Ferro’s Bar, Bixiguinha e Cachação, enclausurou mulheres sob o argumento de “você é sapatão” (BRASIL, 2014).

A Operação Tarântula, em 1987, mirou as travestis, tendo como pretexto o controle da Aids. Há relatos de execução sumária e cruel violência sexual contra travestis (PONTE JORNALISMO, s/d). Para se protegerem dos policiais, as travestis desenvolveram uma estratégia de proteção que consistia em esconder uma lâmina de barbear na boca e, na ameaça de um policial, cortar os braços. O sangue escorrendo de seus membros mutilados afastaria os policiais, com medo do HIV.

A repressão e a violência eram tamanha que, mesmo com o sistema opressivo estatal, um grupo de cerca de 100 prostitutas resolveram enfrentar o aparato policial e realizaram, em 1979, um protesto contra a violência policial. O ato foi finalizado em frente à Delegacia Seccional de Polícia (QUINALHA, 2017). Depois disso, em retaliação, as rondas se tornaram mais intensas. Em 13 de junho de 1980, em frente ao Theatro Municipal, um outro ato pediu a destituição de Richetti do comando da delegacia: “Exigimos a imediata destituição do Sr. José Wilson Richetti, o responsável direto pela barbárie. Exigimos também a abertura de uma sindicância para apurar as responsabilidades.” (Memorial, s.d). O grupo de quase mil pessoas que corajosamente se opunham à ordem imposta pela polícia era formado por ativistas homossexuais, feminis-

tas e negros. Entre gritos, rumaram pela avenida São João até o Largo do Arouche com gritos “Ada, ada, ada, Richetti é despeitada” e “Abaixo o subemprego, mais trabalho para o negro”.

Com a redemocratização a partir de 1985 e o avanço das pautas LGBTQIA+ no Brasil nas últimas décadas, é certo que o discurso das polícias tem mudado. Contudo, os relatos de discriminação e abusos voltados à comunidade jamais cessaram. De fato, ainda persistem apologias à repressão pelas mãos da polícia e casos de abusos perpetrados por esses agentes da Lei são comumente noticiados. Atualmente, o Ministério Público investiga casos de extorsão de comerciantes no centro executado por policiais civis lotados na Delegacia Seccional do Centro (Ponte Jornalismo, 2022). Esse caso exemplifica como o autoritarismo, a distorção das leis e o abuso do poder jamais deixaram as instituições de policiamento e vigilância civil.

Em 1989, na incipiente democracia brasileira, um deputado estadual encaminhou um Projeto de Lei para nomear a delegacia Seccional do Centro de “Dr. José Wilson Richetti”. O projeto foi aprovado pela Lei nº 7.076 de 30 de abril de 1991 e ainda permanece como nome oficial da delegacia. Propostas para alteração do nome da delegacia existem, mas ainda não foram contempladas. A manutenção desse nome é um aparato repressivo e que perpetua estruturalmente a memória de opressores e torturadores. O Relatório da Comissão da Verdade indica que a denominação de “Dr. José Wilson Richetti” dada à Delegacia Seccional de Polícia Centro seja revogada e que na delegacia seja construído um espaço de memória dos segmentos LGBTQIA+ ligados à repressão e à resistência durante a ditadura.

FONTES DE PESQUISA

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade. Brasília, 2014.

GUMIERI, Julia; Arouca, Leonardo; QUINALHA, Renan. **Orgulho e resistências: LGBT na ditadura**. São Paulo: Memorial da Resistência de São Paulo, 2020. (catálogo de exposição)

JOZINO, Josimar: Policiais civis da 1ª Seccional são acusados de extorquir lojistas no centro de SP. **Ponte Jornalismo**, abril 2019. Disponível em <<https://ponte.org/policiais-civis-da-1a-seccional-sao-acusados-de-extorquir-lojistas-no-centro-de-sp/>> Acesso em 8 jul 2022.

MANCINI, Rose. Do outro lado do Mappin, mesmo com chuva. **Um Outro Olhar**. 2012. Disponível em <<http://www.umoutroolhar.com.br/2012/02/do-lado-do-mappin-mesmo-com-chuva.html>>. Acesso 8 jun 2022.

MATHEUS Mazzafera. Neon Cunha: perseguição LGBTQIA+ na Ditadura Militar!!!. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=Q8SvwjXe-fA>> Acesado 8 jun 2022

MEMORIAL da Democracia. **LGBT e prostitutas denunciam violência**, s.d. Disponível em: <http://www.memorialdademocracia.com.br/card/lgbt-e-prostitutas-denunciam-violencia>. Acesso em: julho 2022.

MEMORIAL da Resistência. **José Wilson Richetti**. <http://memorialdaresistencia.org.br/pessoas/jose-wilson-richetti/>. Acesso em julho de 2022.

PONTE JORNALISMO. **Pluralidades**, Ep. 6: Neon Cunha. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=W8MbkApI5eQ&t=1594s>> Acessado dia 2 jun 2022

QUINALHA, Renan H. **Contra a moral e os bons costumes: A política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)**. Instituto de Relações Internacionais-USP. São Paulo, 2017

GONÇALVES, Maria Eugenia. Operação Tarântula e os “rondões” contra trans e travestis durante a Ditadura Militar, **Revista Híbrida**, s.d. Disponível em <<https://revistahibrida.com.br/brasil/operacao-tarantula-e-os-rondoes-contratrans-e-travestis-na-ditadura-militar/>>

TURCHI, João. Quero uma Anita Silva para presidente. **Opinião SP-Arte**, 2019. Disponível em <<https://www.sp-arte.com/editorial/quero-uma-anita-silvia-para-presidente/>>. Acesso 8 jun 2022

OUTRAS REFERÊNCIAS CULTURAIS RELACIONADAS

Calendário LGBTQIA+, Ruas de trabalho

UBS Santa Cecília



Rua Vitorino Carmilo, 599. Ato contra o fechamento da hormonioterapia na UBS Santa Cecília, 2020. Fonte: SINDEP-SP.

A UBS/AMAE Dr. Humberto Pascale, conhecida popularmente como UBS Santa Cecília, é um posto de saúde referência no processo de hormonização que é parte do processo transexualizador. A UBS Santa Cecília foi uma das primeiras a oferecer o tratamento de hormonização iniciado em 2015 na cidade de São Paulo. Segundo o Dr. João Paulo Tavares, especialista em sexualidade humana, o consultório de hormonização é a implementação, dentro de uma unidade de saúde, da política pública para travestis e transexuais, visando a abordagem integral dessa população considerando todos os aspectos de saúde e bem estar psicossocial (IABAS, 2021). De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), o único centro de referência, entre as 28 unidades da Prefeitura de São Paulo, que cumpre o “fluxo de hormonização” estabelecido pelo Ministério da Saúde é a UBS Santa Cecília (REIS, 2021). A UBS Santa

Cecília também é um centro de acolhimento e humanização voltada para pessoas transexuais cujo atendimento é feito por todas as pessoas que trabalham na unidade, como fonoaudiologia, enfermagem e assistência social.

O Processo Transexualizador compreende um conjunto de estratégias direcionadas para a atenção e o cuidado integral da população de Travestis, Transexuais e Homens Trans que desejam realizar modificações corporais com o objetivo de obter maior conformidade com sua identidade de gênero. A regulamentação e incorporação do Processo Transexualizador na saúde pública é essencial enquanto direito dessa população, uma vez que automedicação é uma realidade muito comum, produzindo efeitos graves para saúde como anemia ou trombose. (Juliano, 2020; Santosi et. al., 2019).

Qualquer pessoa que more na cidade de São Paulo pode agendar consultas no consultório de hormonização da UBS Santa Cecília, não é neces-

sário encaminhamento, apenas portar carteirinha do SUS. Luan Souza Pirovani relata que foi na UBS, onde conseguiu informações de como iniciar seu processo: “Lá, fui orientado a fazer minha carteirinha e, no mesmo dia, marquei a primeira consulta com a endocrinologista, que me fez muitas perguntas sobre a questão da minha saúde e da minha vivência” (Vasconcelos, 2020). Em seu depoimento Luan relata ainda que o atendimento recebido foi excelente e marcou o início de uma nova vida. E Gabriel de Oliveira Lima, que também é atendido na UBS, aponta a importância do atendimento para pessoas trans:

As travestis são marginalizadas, os transgêneros são tratados como se tivessem transtorno mental, sendo que é totalmente errônea essa afirmação desde sua criação. Na UBS temos um tratamento digno, que além da opção de remédio mais segura, nos dá acompanhamento e exames preventivos (Vasconcelos, 2020).

Em 2020, durante a gestão Bruno Covas, o atendimento a pessoas Travestis, Transexuais e Homens Trans na UBS sofreu grave abalo após a gestão terceirizada. O Instituto de Atenção Básica e Avançada em Saúde (IABAS), considerou a transferência de três profissionais das áreas de endocrinologia, psicologia e ginecologia, experientes com o trabalho com a população trans. Isso ocorreu alegando-se a implementação de uma estratégia de descentralização do serviço. No entanto, sem suporte para a manutenção do serviço com qualidade, o resultado comum é o desmonte e a precarização de um serviço já consolidado. Para Symmy Larrat, presidenta da ABGTL (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos) e ex-coordenadora da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania:

É muito ruim você trocar uma equipe que já trabalha com essa população. Essa desculpa da descentralização é uma desculpa que o governo tucano usa sempre, já foi feita com o Transcidadania, falaram que iam descentralizar, mas na verdade

tiraram um acompanhamento personalizado que o programa fazia. Eles descentralizam, mas os lugares, os territórios, não tem suporte. (Vasconcelos, 2020).

FONTES DE PESQUISA

IABAS TV. Conheça o Consultório de Hormonização da UBS Santa Cecília. Disponível em: <https://youtu.be/WKq4Oe6imFE>. Acesso em 06 jul. 2022

JULIANO, Rodrigo M. **Transgeneridade e Transição: Hormonização e Possíveis Consequências a Longo Prazo**. 2020. 31p. Trabalho de Conclusão de Curso de Farmácia-Bioquímica – Faculdade de Ciências Farmacêuticas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020

REIS, Vivian. Prefeitura de SP diz que oferece hormonização para transexuais em 28 UBSSs, mas ao menos 8 unidades não fazem o atendimento. **G1**, 09 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/02/09/prefeitura-de-sp-diz-que-oferece-hormonizacao-para-transexuais-em-28-ubss-mas-8-unidades-nao-fazem-o-atendimento.ghtml>

SANTOSI, Manoel Antônio dos *et al.* Transexualidade, ordem médica e política de saúde: controle normativo do processo transexualizador no Brasil. **Est. Inter. Psicol.**, Londrina, v. 10, n. 1, p. 03-19, abr. 2019. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072019000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 06 jul. 2022

SINDSEP-SP. **Ato contra fechamento do programa de hormonioterapia na UBS Santa Cecília**. 9 dezembro de 2020. Disponível em: <https://admin.sindsep-sp.org.br/fotos/ato-contra-fechamento-do-programa-de-hormonioterapia-na-ubs-santa-cecilia/>

VASCONCELOS, Caê. Gestão Covas esvazia aparelho de saúde que atende quase mil pessoas trans em SP, **Ponte**, 23 novembro de 2020. Disponível em: <https://ponte.org/gestao-covas-esvazia-aparelho-de-saude-que-atende-quase-mil-pessoas-trans-em-sp/>. Acesso em: julho de 2022.

OUTRAS REFERÊNCIAS CULTURAIS RELACIONADAS

Circuito de Acolhimento e Saúde.

Formas de Expressão

Arte De Rua De Resistência
Atos Eventos Dominicais Arouchianos
Blocos LGBTQIA+
Pajubá
Performance Drag e Transformista
Publicações Marginais
Teatro De Grupo

Arte Urbana de Resistência



Detalhe do mural que por dois anos coloriu a parede de prédio no Minhocão, retratando as cantoras Linn da Quebrada e Raquel Virgínia + Assucena Assucena (As Bahias e a Cozinha Mineira). Fonte: Reprodução UOL, 2019

Arte Urbana de Resistência são intervenções de cunho político e social que são inseridas no espaço público. A Arte Urbana de Resistência é responsável por tensionar e reinventar a cidade, tanto como formas de apropriação dos espaços como uma reivindicação por direitos e provocações sociais. Elas ganham uma dimensão política e social na medida em que são colocadas mensagens visuais na reivindicação por um espaço poético de vida mais justa. Dessa forma, tais expressões estão muitas vezes relacionadas a diversas culturas urbanas e grupos sociais que expressam suas lutas políticas, identitárias, raciais e sociais por meio de intervenções. Entre as expressões destacamos: pixo, graffiti e seus diferentes estilos (como o bomb), lambes, stencils, pinturas murais e stickers (adesivos).

Possuem a função de quebrar o cotidiano, questionar ações e provocar os transeuntes que se deslocam pela cidade por meio da criatividade. É um meio de expressão que dialoga diretamente sobre aqueles e para aqueles que vivem uma determinada realidade, sendo um meio próprio de se fazer ouvir e ser visto por outros. Por isso, alguns grupos como forma

de se comunicar no meio público utilizam algumas dessas técnicas, mesmo não tendo experiência ou conhecimento da origem. Como exemplo, os grupos que pixam reconhecem na cidade as escritas que não foram feitas por grupos ou pessoas que não fazem parte de seu grupo social. A seguir caracterizamos algumas expressões gráficas que se destacam pela quantidade e singularidade: Pixo, Lambes, Graffiti e Murais. Ressaltamos que existem outras práticas como a escrita livre, feita em protestos, por pessoas que não fazem pixo e graffiti, mas que se apropriam da linguagem da escrita urbana como forma de expressão na cidade, como é possível observar na imagem com a mensagem “Lá vem Goumertização”.

Pixo: O pixo é uma expressão urbana que possui características únicas em suas grafias e que se utiliza de uma gramática própria enraizada na atuação social daqueles que o praticam. É uma comunicação com a cidade excludente e com aqueles que fazem parte do seu círculo social. Assim, conforma um sistema fechado que provoca quem não o entende. Pode ser feito como forma de expressão para “marcar território” como símbolo de

conquista (pessoal ou de grupos) e para protestar/ chamar atenção (por meio expressões de ódio ao sistema e insatisfações diversas). O centro da cidade é o local de maior visibilidade para os pixadores e é onde fica o maior lugar de encontro (o point).

Lambe: Lambe, lambes ou lambe-lambe são papéis impressos e colados com cola branca ou goma em superfícies. É uma forma rápida de espalhar a mensagem pela cidade que mistura arte e poesia. A agilidade da técnica também contribui para o anonimato e a transgressão de espaços, evitando repressões e conflitos. Existem grupos de artistas e coletivos que se especializaram nesse tipo de mensagem visual gráfica. Algumas mensagens se transformam em gírias urbanas ou palavras de ordem, como: “Mais amor por favor” e “Não existe amor em SP”.

Graffiti: Desenho conhecido pelas diferentes cores e estéticas, nos quais são utilizadas diferentes técnicas de pintura. Assim como o pixo, possui regras em sua prática que marcam territorialidades de um artista ou grupo de graffiti. Embora tenha adquirido maior aceitação na sociedade nas últimas décadas por sua estética mais próxima às artes plásticas convencionais, seu caráter transgressor ainda carrega os valores da contracultura, carregando em si mensagens sociais e políticas, tensionando e ressignificando espaços, muitas vezes sem autorização dos proprietários dos imóveis.

Murais: A pintura mural ou muralismo, caracteriza-se por suas dimensões grandes e monumentais, podendo ocupar empenas inteiras de prédios, muros ou pilares como os do Minhocão. Este apresenta diversos murais que conversam com questões urbanas do centro, como o tráfego de carros e os problemas sociais e ambientais da cidade. Essa forma de expressão possui uma dupla dimensão ao relacionar-se à gentrificação, muitas vezes utilizadas para acelerar esse processo já que alguns murais, que exigem alto investimento, são apropriados por grandes empresas e investidores.

FONTES DE PESQUISA

REPEP. **Dossiê do Inventário Participativo Minhocão contra gentrificação**. São Paulo, 2019. Disponível em: bit.ly/minhocaocontragentrificacao

OUTRAS REFERÊNCIAS CULTURAIS RELACIONADAS

Atividades Culturais

Atos Eventos Dominicais Arouchianos



Registro de Ato-evento do Coletivo Arouchianos. Fonte: Acervo Arouchianos

Os Atos-eventos Dominicais Arouchianos são uma forma de expressão auto-organizada proposta pelo Coletivo Arouchianos que surge em 3 de abril 2016 e até o período anterior a pandemia de COVID-19 ocorreu todo domingo entre 17:00 e 22:00 no Largo do Arouche. A configuração em Ato-evento ocorre a partir da necessidade de viabilizar os encontros do coletivo em manifestação política, englobando atividades desportivas, ações em saúde, cultura e lazer. Essa forma de organização do coletivo foi criada para evitar conflitos com autoridades locais e moradores da região, respeitando também a lei do PSIU.

Para a execução do ato-evento, os detentores do coletivo, sob coordenação de Helcio Beuclair, reúnem-se no Largo do Arouche, levando uma barraca, caixas de som, microfones, bandeiras LGBTQIA+, vassouras, saco de lixo, projetores, computador, fita crepe, giz e bola para a queimada. As estruturas são montadas e é feita a limpeza da praça com coleta de resíduos e materiais cortantes antes e depois das atividades. Durante a limpeza do espaço, são feitas falas sobre a temática da limpeza urbana no microfone, exortando o gesto de cidadania de contribuir com a limpe-

za da cidade e conscientizar sobre a poluição do meio ambiente. Em seguida, músicas que contagiam a comunidade nos estilos funk, samba, axé e pop são tocadas enquanto iniciam as atividades desportivas, como a “Queimada LGBTQIA+ Arouchianos”, que é uma apropriação da atividade esportiva voltada para o público LGBTQIA+. É comum que também ocorram apresentações artísticas de integrantes e convidadas do Coletivo Arouchianos, havendo performances principais de Katrevosa e Fernanda Frazão, por exemplo.

Durante os atos-evento, acontece o projeto gratuito de “Clínica Aberta Arouchianos”, que promove o atendimento psicológico e psicoterapêutico em tendas no Largo. Também são distribuídos insumos e panfletos contendo informações sobre a proteção contra IST's (infecções sexualmente transmissíveis). Em parceria com o Projeto “É de Lei”, ocorre a distribuição de insumos para redução de danos no consumo de drogas, bem como palestras, rodas de conversas e panfletos com informações sobre os impactos na saúde humana do abuso de drogas lícitas e ilícitas.

As temáticas debatidas e decididas às quartas-feiras nas “Assembléias Abertas Arouchianos”, são executadas nos atos-eventos e são

feitas por meio de discurso/debates/rodas de conversas politizado e suprapartidário, dentro do tema pré estabelecido em Assembléia, com o intuito de promover em ambiente público o aprendizado sobre determinadas temáticas. Exemplos dos temas tratados são:

- A criminalização da LGBTfobia no STF;
- As vulnerabilidades da comunidade LGBTQIA+ nos espaços públicos e privados;
- A relativização da violência e a culpabilização da vítima;
- Repúdio ao estupro, assédio e importunação sexual dentro e fora da comunidade LGBTQIA+;
- O Patrimônio Histórico da Comunidade LGBTQIA+;
- O Combate à toda forma de Misoginia e de Machismo;

Durante o período de pandemia, respeitando as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS da Organização das Nações Unidas/ONU), não foi possível organizar os atos-eventos da forma tradicional. Sendo assim, sabendo das demandas da população LGBTQIA+, foi criada a “Ação Humanitária LGBT+ Arouchianos Contra a COVID-19”, que consistiu na arrecadação e distribuição de cestas básicas, kits de higiene pessoal, testes de HIV e livros. Segundo as informações públicas do Coletivo Arouchianos, somando recursos diretos (dinheiro) e indiretos (cestas básicas), foram arrecadados cerca de R\$ 160.000,00, convertidos em 1500 cestas básicas que foram distribuídas em 27 ações, resultando em cerca de 3000 pessoas LGBTQIA+ beneficiadas pelo projeto.

Em conversas informais na praça é comum encontrar a população que frequentou os atos-evento. A lembrança dessa ocupação aflora o sentimento de saudade, uma vez que a região é ocupada por populações mais vulneráveis, sem muitas opções de lazer. Assim, essa ocupação do Largo do Arouche, tendo os atos-evento como uma ferramenta importante desta ocupação, torna-se uma ativação, organização e defesa do espaço público, possibilitando o encontro com amigos, paquera, fervo, prática de esportes e

aprendizado sobre as temáticas da política suprapartidária e prevenção entre pares de forma acessível e totalmente aberta ao público.

Dentro dos Atos-Eventos do Coletivo Arouchianos, também são realizadas as entregas de roupas, calçados e acessórios (principalmente durante o inverno) para a população em situação de calçada na região do Largo do Arouche. Todas as doações são feitas por pessoas LGT-QIA+ ou heterossexuais simpatizantes à causa.

FONTES DE PESQUISA

Coletivo Arouchianos

OUTRAS REFERÊNCIAS CULTURAIS RELACIONADAS

Largo do Arouche, Associativismo comunitário

Blocos LGBTQIA+



Bloco Siriricando, no carnaval de 2019, reunindo diversos foliões na região do Arouche. Fonte: Bloco Siriricando, reprodução Instagram.

Os blocos LGBTQIA+ são grupos de pessoas LGBTQIA+ que, em sua grande maioria, nasceram com intuito de levar protagonismo e representatividade para o Carnaval de Rua. Os blocos são manifestações culturais de entretenimento, promoção de lazer e representatividade para a comunidade LGBTQIA+. Atualmente, além do carnaval, alguns blocos se apresentam em diversos momentos, como as paradas LGBTQIA+ e atividades culturais de rua voltados para a manifestação do orgulho. Cada bloco possui sua forma de organização

e estilos musicais, alguns são voltados para uma identidade específica, como o bloco Siriricando que foi criado por mulheres lésbicas e hoje dá a mulheres lésbicas e bissexuais. Entre uma mistura de folia e comemoração, os blocos LGBTQIA+ se apresentam para além de uma alternativa de entretenimento, tratam-se de atos de resistência às opressões diárias, do culto a presença dos corpos dissidentes à normatividade, da luta política que se estabelece no viver.

Os blocos LGBTQIA+ que desfilam na região do Arouche trazem consigo a represen-

tatividade tanto do público quanto da territorialidade de e para a população LGBTQIA+. Em geral, todos os blocos LGBTQIA+ desfilam no Carnaval de Rua percorrem as proximidades do Largo do Arouche. O itinerário dos blocos varia dependendo do tamanho do público estimado e do planejamento da prefeitura de São Paulo. A rotatória do Arouche é o principal ponto dos blocos que circulam na região que seguem seus roteiros para outros pontos importantes do centro da cidade, como Avenida Ipiranga, Praça da República, Avenida Consolação, Praça Roosevelt, Largo do Anhangabaú, São Bento e outros. Abaixo apresentamos alguns itinerários coletados do carnaval de rua de 2019.

- **Banda do Fuxico:** Rua Doutor Vieira de Carvalho, Praça da República, Rua São Luiz, Rua Xavier de Toledo, Praça Ramos de Azevedo, Teatro Municipal, Largo Paissandu, Avenida São João, Avenida Ipiranga, Igreja da Consolação, Rua da Consolação, Rua Rego Freitas, finalizando no Largo do Arouche.

- **Bloco da diversidade:** Largo do Arouche, Av. Vieira de Carvalho, Praça da República, Av. São Luiz, Rua Coronel Xavier de Toledo, Rua Conselheiro Crispiniano, Av. São João, Av. Ipiranga, Praça da República, Av. Vieira de Carvalho e retorno ao Largo do Arouche.

- **Bloco Salette Campari:** Rua Augusta, esquina com a rua Matias Aires até a rua Álvaro de Carvalho, dispersão: Rua Álvaro de Carvalho, embaixo do viaduto;

- **Bloco Pablio Vittar:** Avenida Tiradentes, 567 a 125. Dispersão: Praça da Luz;

- **Bloco Siriricando:** Rua Santa Isabel, Rua Rego Freitas, Largo do Arouche, Rua do Arouche, Rua Aurora.

- **Bloco Banda Redonda:** Rua Dr. Teodoro Baima, 98, em frente ao Teatro de Arena, Rua da Consolação, Rua Xavier de Toledo, Parada

na escadaria do Teatro Municipal, Rua Conselheiro Crispiniano, Av. São João, Dispersão: Rua Doutor Teodoro Baima, 98, Bloco do Vermelho - Não há informações.

A resistência política se dá a partir da utilização do espaço público que, no caso da região do Arouche recebe historicamente em seu cotidiano pessoas LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade. Com a presença dos Blocos LGBTQIA+ o espaço público, muitas vezes opressivo, transformam-se em espaço seguro para expressões de corpos dissidentes à normatividade sexual e de gênero impostos pela sociedade. Isso ocorre, por meio da performance ou mesmo do usufruto de seus direitos de divertimento e lazer. Os Blocos LGBTQIA+ exaltando assim uma cultura que não é vista sempre nas grandes mídias e, segue sendo condenada por boa parte da sociedade. Entre os blocos existentes, destacamos a seguir a Banda do Fuxico, Bloco da Salette Campari, Bloco da Diversidade, Bloco Siriricando, Bloco Pablio Vittar, Bloco da Redonda, Bloco Vermelho e Bloco Minhoqueens.

Banda Fuxico: Tradicional e popular bloco LGBTQIA+ de São Paulo. Fundada há 21 anos, a ong Banda do Fuxico surge com o objetivo de promover a inclusão social, cultural, educacional, recreativo e esportivo da população LGBTQIA+. Desde então, realiza o tradicional bloco carnavalesco que atrai milhares de pessoas todos os anos ao centro da cidade. O desfile ocorre sempre um domingo antes do carnaval oficial, no período de pré- carnaval, onde a concentração ocorre no Largo do Arouche e depois percorre pelas ruas do centro da cidade. Dentro deste projeto também é realizado um dia de ação solidária e cultural que, além de proporcionar a alegria através das manifestações carnavalescas de rua, ao mesmo tempo abre a oportunidade de orientação jurídica e atendimento social para retificação e regulamentação de documentos, orientação e distribuição de preservativo interno ou externo à comunidade LGBTQIA+.

Bloco Salete Campari: Formado por Salette Campari, que tem 37 anos de carreira e é uma das principais drags do Brasil. O Bloco da Salette Campari é o principal carro de som da Parada LGBTQIA+ e possui um grande bloco carnavalesco que acontece no Largo do Arouche que comemorou seu quarto carnaval em 2020. Salette também é militante, atriz e agitadora cultural, possui uma trajetória de grandes destaques e participou de diversos eventos, como exemplo esteve presente nas primeiras articulações para a realização da 1ª Parada do Orgulho LGBT. No carnaval de 2019, Salette reuniu cerca de 80 mil foliões. Com um público majoritário LGBTQIA+, a drag traz entretenimento, lazer, cultura e diversão trazendo convidados historicamente importantes e memoráveis para a comunidade.

O Lady Fama: Bloco carnavalesco do empresário e produtor cultural Reynaldo Neves, que é a drag Lady Fama. O bloco possui esse nome em homenagem à personagem de Reynaldo e também possui relação com seu bar no Largo do Arouche, chamado Bar Fama, famoso na reunião como um dos pontos de pegação da população gay frequentadora da região. A drag Lady Fama também é convidada para diversos eventos e possui uma grande representatividade para a comunidade LGBTQIA+. O bloco circula no Largo do Arouche.

Bloco da Diversidade: Bloco organizado pela Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo-APOGLBT/SP, (ONG responsável pela maior Parada do mundo). Em 2014, com a proposta de levar o público LGBTQIA+ para o carnaval de rua de São Paulo, a APOGLBT criou o Bloco da Diversidade, a partir da constatação de que mesmo em época de celebração, ainda existe preconceito e exclusão. O Bloco da Diversidade tem a proposta de reproduzir todos os ritmos com o intuito de apresentar a diversidade musical e que essa diversidade é representativa de nossas diferenças.

Bloco Siriricando: O Bloco é organizado por mulheres e surgiu de um grupo de amigas lésbicas que foram ao carnaval de rua e notaram a falta de visibilidade. Assim, o bloco tem como objetivo dar protagonismo a mulheres lésbicas e bissexuais. Nos discursos, o bloco traz questões como direito à liberdade sexual, contra o fascismo e preconceitos, como exemplo na música *Mulherada chegou pra causar* o refrão é: “Nossos direitos vamos defender/Patriarcado vamos derrubar no Carnaval” (Galvão, 2020). O trio elétrico foi custeado com financiamento coletivo e a bateria do bloco é formada por 25 mulheres lésbicas e bissexuais. A organização também participa de outros eventos como Parada LGBTQIA+, marcha das mulheres lésbicas e bissexuais, marcha trans dentre outros, sempre levando a pauta da representatividade e protagonismo das mulheres lésbicas e bissexuais como mote de suas ações.

Bloco da Pablllo: Considerada a drag queen mais famosa do mundo, Pablllo Vittar possui um dos blocos de rua mais marcantes do carnaval paulista que reúne milhares de foliões. Pablllo traz a representatividade em forma de comemoração e transforma as ruas de São Paulo em um lugar colorido e cheio de liberdade. O bloco também desfila em outras cidades do Brasil e é uma das maiores atrações do carnaval.

Bloco da Redonda: A Banda Redonda é a pioneira do Carnaval de Rua em São Paulo, conhecida historicamente pela luta contra a ditadura (Minuano, 2019). Tem origem na Banda Bandalha, criada em 1972. A Redonda também foi uma das primeiras a destacar a comunidade LGBTQIA+ e, até hoje, a maior parte do seu público faz parte dessa comunidade. O Bloco Banda Redonda foi criado por Carlos Costa, Plínio Marcos, Chico de Assis, Oswaldo Mendes, Luiz Carlos Parreira, Aldo Bueno, Henrique Lisboa, atores do Teatro de Arena, jornalistas, músicos, artistas e boêmios que frequentavam o Bar e Res-

taurante Redondo. Na concentração do Bloco é entregue o Troféu Banda Redonda para personalidades de destaque na área cultural e artística. Em 2018 foram homenageados: Associação Ilú Obá De Min, o jornalista e escritor Oswaldo Faustino, a bailarina, coreógrafa e educadora Márika Gidali e a Peça Navalha na Carne do grupo Cia. Teatro Garagem. (A VIDA, 2018).

Minhoqueens: Bloco da drag Mama Darling, iniciou em 2016 com um carro que tinha a intenção de reunir amigos no Minhocão. Em 2019, o bloco atraiu 250 mil pessoas e teve a participação de drag queens de várias regiões do Brasil. O bloco cresceu e lotou a Praça da República e as ruas do entorno. Além do carnaval, o Bloco organiza festas LGBTQIA+ em diferentes baladas paulistas. Na pandemia, o carnaval ocorreu em apresentações ao vivo transmitidas online.

FONTES DE PESQUISA

A VIDA no centro. Banda Redonda desfila pelas ruas do Centro nesta segunda-feira. 5 de fevereiro de 2018. Disponível em: https://avidano-centro.com.br/o_que_fazer/banda-redonda-desfila-pelas-ruas-do-centro-nesta-segunda-feira/. Acesso em julho de 2022.

GALVÃO, Marley. Lésbicas do bloco Siriricando vão às ruas reivindicando protagonismo em SP. **CarnaUOL**, 24 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/carnaval/2020/noticias/redacao/2020/02/24/lesbicas-do-bloco-siriricando-vaio-as-ruas-reivindicando-protagonismo-em-sp.htm>. Acesso em julho 2022.

MINUANO, Carlos. Primeira a abraçar LGBTs, banda Redonda celebra 45 anos embaixo de chuva. **UOL**, 26 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/carnaval/2019/noticias/redacao/2019/02/26/primeira-a-abracar-lgbts-banda-redonda-celebra-45-anos-embaixo-de-chuva.htm>

OUTRAS REFERÊNCIAS CULTURAIS RELACIONADAS

Atividade Cultural, Carnaval LGBTQIA+

Pajubá



Personagem alienígena travesti Dr. Fran-N-Furter do filme *The Rocky Horror Picture Show*. Fonte: A Liga Gay

Pajubá é um código linguístico e cultural usado historicamente por travestis em interações entre si. Consiste no léxico de algumas línguas africanas, principalmente do iorubá, “disposto em estruturas sintático-morfológicas do português” (Rei, 2014, p.173). A aproximação entre travestis e as línguas bantu se deu nos ilês (terreiros), lugar de (auto)expressão encontrado tanto pelos corpos negros como contrassexuais (Preciado, 2017). Ambos corpos partilham a opressão do poder pautado em “padrões europeus, católicos e heterossexuais” (Oliveira, 2013).

Alguns exemplos são formas verbais flexionadas de acordo com o paradigma da primeira conjugação do português, como acuendar, gongar, copar ou enquizilar – independente dessas palavras serem verbos em iorubá –, palavras com morfologia do português, como ekezeira, ou expressões formadas com verbos em português, como é o caso de tirar o acho, fazer ossé ou tirar o abatá. É possível também encontrar frases inteiras, como a mona de ekê estava com o obé-shirê na mocó ‘a

travesti estava com a lâmina na bolsa’ ou acuenda mona, tem alibã na gira (Rei, 2014). É importante ressaltar que alguns deslizamentos semânticos do pajubá não fazem sentido na língua iorubá. Em entrevista com um babalorixá (pai de santo) fluente na língua africana, ele disse não compreender a utilização de kelê, originalmente palavra que designa uma afirmação levada (como um colar), para odor (kelê uó cheiro ruim), da mesma forma que a metáfora entre galinha e puta, que faz sentido em português, parece não funcionar em iorubá, dessa forma, ao ser perguntado se conseguiu reconhecer a metáfora em adié, originalmente frango/ galinha.

Por fim, são unânimes os entendimentos de que o pajubá pode ser entendido como resistência/ proteção e autoafirmação. Segundo Ribeiro (2010, p.9), esse código é “uma mediação entre a identificação subjetiva e a identificação coletiva”, uma das principais características como um grupo social. Não à toa que, durante as entrevistas, muitas afirmaram ter contato com o pajubá quando começaram seu processo de autodescoberta ou transição. Relatam terem aprendido o Pajubá com as travestis

mais velhas, uma cultura de instrução muito forte no meio e existente há décadas, mesmo sem que as entrevistadas saibam datar seu surgimento.

Enquanto resistência aparece, nas falas das entrevistadas, ao defenderem que o principal objetivo de utilizarem o Pajubá é para não serem entendidas por quem “não é do meio”. Sendo que em diversos relatos ficou clara a ligação entre o Pajubá e a comunidade travesti que “faz avenida”, ou seja, que se prostituem, utilizando-o como forma de conversarem entre si sem que clientes ou outras pessoas soubessem o que estavam falando.

Nesse contexto, em algumas conversas ficou claro uma contradição na difusão do dialeto para fora da comunidade travesti, o que por um lado traz mais visibilidade e reconhecimento dessa cultura, mas por outro enfraquece o aspecto de uma comunicação restrita a aquelas que fazem parte da comunidade. O Pajubá ganhou ainda maior conhecimento público em 2018, ao ser mobilizado pelo Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) em uma de suas questões. Na prova, o Pajubá foi reconhecido como dialeto, caracterizado como elemento de um patrimônio linguístico brasileiro.

Nas entrevistas e relatos realizados no contexto do inventário participativo foram identificados termos que são utilizados e outras em desuso pela comunidade travesti.

FONTES DE PESQUISA

Entrevistas com Bia, Lilian, Melissa, Marcelly, Loren, Bruna, Jenifer, Paloma, Paula, Valéria, Verônica e Bruna em junho, julho e setembro 2016.

ARAÚJO, Maria Clara. Brasileiros possuem uma dívida histórica com as travestis. **BLOGUEIRAS Negras**. Disponível em: <<http://blogueiras-negras.org/2016/12/08/brasileiros-possuem-uma-divida-historica-com-as-travestis/>> Acesso em 20/08/2017

CRUZ, Luan; TITO, Raphael. A comunidade LGBT no desdobramento da língua Iurubá. **Cadernos do CNLF**, vol. XX, no 12, p. 9 -21, 2016

FERRAREZE, R. B. ; MOREIRA, A. P. . O bajubá da boneca - A comunicação como representação da travesti. Encontro de Pesquisa em Comunicação, VII ENPECOM, Comunicação & Gênero, **Anais...** Setembro, 2015.

COMUNICAÇÃO e gênero: um panorama da pesquisa empírica no cenário nacional. Londrina: Syntagma, 2016, v. , p. 25-204.

OLIVEIRA, Fernando Alves de. A influência da linguagem do Candomblé no falar dos homossexuais. **Miguilim – Revista Eletrônica do Netlli**, Crato, v. 2, n. 3, p. 3-12, dez. 2013.

PRECIADO, Paul B (Beatriz). **Manifesto Contrassexual**. São Paulo: n-1 edições, 2017 [2014].

REI, C. ACUENDA, MONA, TEM ALIBÃ NA GIRA! A Influência do Iorubá no Léxico Gay. **Caderno Seminal Digital**, v. 22, n. 22, p. 173-187, 2014.

REPEP. **Dossiê do Inventário Participativo Minhocão contra gentrificação**. São Paulo, 2019. Disponível em: bit.ly/minhocaocontragentrificao

RIBEIRO, M. . De bajubá em bajubá, onde será que vai dar? apropriações, classificações e relações de poder em Belém-PA. In: **II Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia da Região Norte**, 2010, Belém. CD Virtual da II SBS Norte, 2010.

VIO, Ângelo; LIBI, Fred. **Aurélia** – A Dicionária da Língua Afiada. São Paulo, Editora do Bispo.

OUTRAS REFERÊNCIAS CULTURAIS RELACIONADAS

Ruas de trabalho, Conhecimentos Montagem Transformista e Drag

Performance Drag e Transformista



Bate cabelo no palco durante performance. Fonte: Celso Tavares/G1, 2017

A performance Drag e Transformista é uma expressão artística que compõe uma representação de uma personagem, com inspirações femininas e ressignificações. A expressão cultural envolve diferentes elementos que através da composição de acessórios, cabelo (natural ou peruca), figurino e maquiagem explora representações diferentes (englobando a representação do ser mulher ou não). Em geral, a expressão acompanha a construção de uma personagem que é interpretada e possui um nome artístico. A atividade é fundamentalmente artística e não tem relação direta com sexualidade, identidade de gênero ou sexo biológico, por mais que sempre explore as barreiras entre um e outro, e dentro de si. O processo de vestir-se e maquiar-se é chamado de montagem. DRAG pode ser entendido como um acrônimo para Dressed As a Girl (do inglês vestido como uma garota), que originalmente se referia a homens cisgênero que se vestem como uma mulher cisgênero. Antes da popularização

do termo DRAG, a montagem já existia no Brasil, sendo identificadas como transformistas.

A montagem pode ocorrer em qualquer lugar, sendo uma prática desterritorializada sob esse ponto de vista. Via de regra as drags montam-se em espaços privados, seja na própria casa, em casa de amigos ou nos camarins das boates. Uma vez montadas, circulam pelos espaços da noite, como boates, bares ou casas de show. É menos comum que estejam totalmente montadas e fiquem apenas nas ruas ou espaços públicos. Sua presença está, portanto, muito relacionada ao circuito da vida noturna.

Historicamente ocupam espaços mais próximos do centro, em especial as boates do Largo do Arouche, como a Cantho e a Freedom, mas também a Rua Augusta, alguns locais em Pinheiros e na Barra funda, especialmente na Blue Space – considerada por algumas entrevistas como uma das maiores casas de performance drag do mundo – e na Paulista, como a extinta boate Nostro Mundo. Nas últimas décadas o

circuito tem se modificado. Se nos anos 1970 o epicentro da vida LGBTQIA+ e drag era a Rua Augusta e no “grand tour” (Eduardo/Miss Biá) das ruas 7 de Abril, Barão de Itapetininga e da Galeria Metrópole, mais recentemente essa centralidade passou a estar no Arouche.

Importante expressão artística ligada à comunidade LGBTQIA+, a performance drag sempre explorou as fronteiras entre sexualidade, gênero e sexo biológico. Por vezes, criam-se seios, escondem-se pênis (aquendar), reproduzem-se estereótipos, mas também questionam-se esses mesmos padrões. Esses procedimentos costumam acompanhar o desenvolvimento de uma personagem com nome artístico. As grandes divas da música e cinema são as principais referências para as drags. Essa expressão possui origem em tempos imemoriais, e sempre esteve muito ligada ao teatro e a apresentações performativas diversas, desde canto, dublagem, dança até a apresentação de eventos.

No Brasil, as primeiras drags se denominavam transformistas, e ambos os termos guardam entre si tanto similaridades quanto diferenças, auto-anunciadas pelas próprias pessoas que performam personagens drag. As transformistas além de serem as antecessoras das drags, tendem a ser menos caricatas, justamente pois o transformismo está mais atrelado para um vestir-se para o dia a dia, sendo visto também como uma prática atrelada à sobrevivência. Há uma questão geracional e histórica dentro do campo das performances, já que como mencionado, o termo drag veio depois, graças à expansão das referências americanizadas na América Latina. Além disso, a contratação de drags e transformistas ocorria de forma diferente. Miss Biá, figura importante no cenário transformista, menciona que os números de shows eram muito maiores, organizados em forma de temporadas. Já muitas drags precisam se apresentar em 3 ou 5 casas diferentes para se manter.

Apesar de ambas terem como princípio algum tipo de transformação, como já mencionado (criar os seios, esconder o pênis, o uso da maquiagem etc.). Existem discussões sobre os propósitos de transformistas e drags. Ivana Wonder conta que, inicialmente, as pessoas eram ca-

tegorizadas entre trans, travestis e transformistas. Sendo estas as que mais se apropriaram de uma linguagem artística. As transformistas também tendem a ser menos caricatas que as drags quando falamos em montagem. Há também uma simbologia política em relação às transformistas, que são vistas como figuras de resistência.

A arte drag se restringe cada vez menos a definições a priori de sexo e gênero, hoje é cada vez mais comum vermos drag kings, drag queens mulheres, drags andróginas, etc. É importante destacar que a natureza mesma da arte permite que seus praticantes experienciam sua própria sexualidade e gênero, e descubram outras possibilidades de existência. Há casos, por exemplo, de drag queens que hoje são mulheres trans. A montagem drag pode ser uma prática totalmente doméstica, especialmente com o advento da Internet e da sociabilização online, mas via de regra se desdobra sobre o espaço público ou em espaços de alta visibilidade, como casas de show e eventos os mais diversos. O Carnaval e a Parada Gay são dois momentos centrais na agenda de qualquer drag profissional e amadora, porém as boates LGBTQIA+ constituem espaços fundamentais da prática. A mais reconhecida nacional e internacionalmente é a Blue Space, na Barra Funda, mas há diversas casas com shows e apresentações, especialmente no Largo do Arouche – Danger, Freedom, Cantho – mas também na Rua Augusta e Pinheiros. Com a primavera LGBTQIA+ dos anos recentes, atividades ligadas a essa cultura estão se tornando cada vez mais institucionalizadas. Exemplo é o curso de Drag que existe em diversas unidades do SESC. Em paralelo, espaços estabelecidos há anos, como os concursos da Banda Fuxico no Arouche, movimentam e dão espaço a novas drags para aparecerem no cenário drag.

Cada vez menos a tradição das casas – Houses norte-americanas – e do sistema de amadrianhamento se estabelece como forma de reprodução dessa prática. O show americano “RuPaul’s Drag Race”, que encerrou sua décima edição no primeiro semestre de 2018 é uma referência muito importante para as novas gerações, tendo tido rebatimentos aqui, como na websérie “Academia de Drags” e no programa televisivo “Gli-

tter”. Porém não é de hoje que vemos drags na mídia. Desde pelo menos os anos 1970 que essas artistas participam de programas de televisão, notadamente nos programas de plateia do Silvio Santos. A arte ganhou redobrado interesse nos anos 1990, mas foi nos anos recentes que ressurgiu com força, e hoje cantoras como Pablo Vittar e Glória Groove fazem enorme sucesso dentro e fora dos circuitos LGBTQIA+

Como performance artística, a montagem drag também sofre as auguras da classe artística como um todo. É muito raro que uma drag consiga se sustentar economicamente apenas com suas apresentações. Em geral, as drags trabalham também como maquiadoras, cabeleireiras, atrizes ou atividades ligadas à arte. Podemos citar o vestido da Hebe feito por Miss Biá, hoje no acervo do MASP, como exemplo da versatilidade e talento envolvidos na drag/transformismo como um todo.

FONTES DE PESQUISA

REPEP. Dossiê do Inventário Participativo Minhocão contra gentrificação. São Paulo, 2019. Disponível em: bit.ly/minhocaocontragentrificacao

LAMPIÃO da Esquina. Direção: Livia Perez. Produção: Giovanni Francischelli. São Paulo: 2015. DVD.

PARIS is Burning. Direção: Jennie Livingston. EUA, 2005. DVD.

SÃO PAULO em Hi Fi. Direção: Lufe Steffen. Brasil, 2016. DVD.

OUTRAS REFERÊNCIAS CULTURAIS RELACIONADAS

Circuito Bares, Baladas e Restaurantes, Conhecimentos da Montagem Drag e Transformista

Publicações Marginais



Exemplares de publicações voltadas ao público LGBTQIA+. Reprodução Acervo Bajubá. Modificada pelo autor.

Foram publicações alternativas ao mercado editorial feitas por pessoas da comunidade LGBTQIA+ voltadas para pessoas da mesma comunidade. Eram, geralmente, de tiragem pequena e vendidas ou distribuídas em pontos de encontro da comunidade. Tais publicações fortaleceram o diálogo entre grupos e pessoas da comunidade e impulsionaram o movimento LGBTQIA+ durante os anos da Ditadura Militar e os anos de repressão subsequentes.

Durante a Ditadura Militar, materiais voltados à população LGBTQIA+ (então chamados genericamente de homossexuais) circulavam de forma clandestina em formas de folhetins ou pequenos jornais. Parte dessas publicações tratava de assuntos mundanos e dialogava com seu público através de contos, fofocas, poesias, classificados, indicações culturais e replicavam reportagens que haviam sido publicadas em grandes jornais e revistas.

MacRae (2018) afirma que é possível que chegaram a circular 27 publicações gays no Brasil, na década de 1960 e no começo de 1970. Contudo, é durante o período de arrefecimento da censura durante a Ditadura Militar que o universo das publicações marginais homossexuais se revolucionou, tornando-se componente ativo de resistência à opressão e pela liberdade de existir e viver a sexualidade. São com esses propósitos que são produzidos boletins como o *Lampião da Esquina*, *ChanacomChana* e *Facção Homossexual de Convergência Socialista*, por exemplo.

Como uma literatura, portanto, marginalizada, muitas vezes as publicações eram produzidas com poucos recursos, com técnicas artesanais e fotocopiadas (“xerocadas”). Vendidas ou repassadas de mão em mão, a distribuição era feita comumente fora das bancas de jornais e das ruas, concentradas em pontos de encontro, como nas noites da capital, os “guetos gays”. Para tanto, era necessária certa organização informal, e por vezes espontânea, das pessoas interessadas.

No período pré-internet e de repressão, os boletins poderiam ser o ponto de informação e acolhimento de uma pessoa não heteronormativa, já que os folhetins faziam-se chegar em locais longe das capitais, como ocorria com o exemplares do *Lampião da Esquina*:

“A abrangência de circulação do jornal (...) permitiu com que cartas de diferentes procedências –várias cidades brasileiras e até algumas cartas do exterior do país – fossem enviadas para publicação. (...) Apesar das dificuldades nos métodos de distribuição, o jornal possuía estratégias de circulação – beneficiando-se muito do “boca-a-boca” – por espaços reconhecidos como guetos homossexuais: saunas e boates, por exemplo.(...) Os leitores também colaboravam com a distribuição do jornal por diversas cidades brasileiras, indicando possíveis locais de venda” (BANDEIRA, 2006:56)

Criado em 1978 entre São Paulo e Rio de Janeiro, o *Lampião* foi o primeiro jornal homossexual de grande tiragem e circulação nacional. O corpo editorial do *Lampião* era composto por integrantes do grupo SOMOS, considerado o primeiro grupo homossexual do país. Com 38 edições, circulou até 1981 e teve uma circulação aproximada de 10 a 15 mil exemplares que se espalharam pelo país. Mesmo com o preconceito vigente, era vendido nas bancas de jornais mesmo com resistência dos comerciantes em manter, em suas bancas, jornais que falava de bichas, racismo e feminismo, com corpos nus e seminus. Conta José Silvério Trevisan que os próprios editores, como ele, faziam a distribuição pelas bancas de jornal, tendo, como era de se esperar, que “enfiar o jornal pela goela dos jornaleiros adentro.” (FERREIRA 2010 apud MOTTA, 2006).

O *Lampião* da Esquina produziu também a primeira matéria lésbica escrita em primeira voz, de autoria do Grupo Lésbico Feminista (LF), um subgrupo do SOMOS. Conta Marisa Fernandes que saíram na noite paulistana, nos guetos das lésbicas e venderam 200 exemplares do jornal com a matéria escritas por lésbicas ativistas (JORNAL da USP, 2018). A partir da experiência com o *Lampião* da Esquina, ativistas lésbicas do grupo Lésbico Feminista (LF), posteriormente reformado como Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF), se reuniram para produzir seu próprio jornal, inteiramente voltada às lésbicas, uma vez que não encontraram espaço no *Lampião*. A maioria dos textos foram assinados por Miriam Martinho e Ruth Rocha.

O boletim servia de meio de informação dos debates surgidos dentro do GALF assim como suas ações no campo político e na luta pelo orgulho lésbico e feminista. Os informes políticos dividiam espaço com poesia, quadrinhos, dicas de leitura e cartas de pessoas à procura de relacionamentos. Estampada em alguns números do boletim, está a descrição: “O boletim Chanacomchana é um espaço criado por mulheres lésbicas para mulheres lésbicas e todas as pessoas que queiram debater, conversar e se divertir conosco. Queremos que ele seja um veículo de informação, discussão, humor, namoro, poesia e sonho para

todas que o fizeram e para quer for lê-lo também.” (CHANACOMCHANA n.2, p. 2)

A produção e distribuição do Chanacomchana, assim como o GALF, conformaram um dos mais importantes eventos da resistência e luta LGBTQIA+ no país: o Levante do Ferro's Bar. Este foi um bar no centro da cidade, muito frequentado por lésbicas, à despeito da vontade dos proprietários, e um dos pontos de venda do boletim pelas integrantes da GALF. Apesar da presença de lésbicas, consumidoras do estabelecimento, em julho de 1983, as militantes foram proibidas de entrar no bar para vender o Chanacomchana e foram expulsas do local. Diante de tal ato, o GALF organizou o movimento que marcaria a luta e a coragem das mulheres nos anos de repressão. Em 19 de agosto de 1983, integrantes do grupo, apoiada por outras mulheres, invadiram e tomaram o Ferro's Bar e transformaram-no em palco de falas políticas voltadas ao respeito e orgulho lésbico. Hoje, o dia 19 de agosto é celebrado como Dia Nacional do Orgulho Lésbico, em razão do nosso “pequeno Stonewall brasileiro”.

Com o advento da internet, a produção de zines se mantém em forma de revista digital, zines e blogs. Muitas publicações históricas, porém, foram perdidas e sobrevivem apenas na memória de quem as leu. A jornalista Paula Silveira-Barbosa (SILVEIRA-BARBOSA, 2019, 2020) compilou uma lista de boletins lésbicos que circularam entre os anos 1980 e 1990 com os quais se deparou em sua pesquisa, como os paulistas Deusa Terra, Lesbértarias, Um Outro Olhar, Gem e Ousar Viver. Nessa lista nota-se a falta de informação sobre as publicações demonstrando a perda da memória nesse campo.

FONTES DE PESQUISA

BAJUBA Memória LGBT. Disponível em <<https://acervobajuba.com.br/arquivo/>>. Acesso dia 4 mai. 2022.

BANDEIRA, Marcio Leopoldo Gomes. **Será que ele é?** Sobre quando o *Lampião* da esquina colocou as Cartas na Mesa. Mestrado em História. PUC-Sao Paulo, 2006.

FERREIRA, Carlos. A imprensa homossexual: surge o *Lampião* da Esquina. **Alterjor**. Ano 01 Vol. 01, jan-dez. 2010.

GRUPO DIGNIDADE. Disponível em <<https://www.grupodignidade.org.br>>. Acesso 29 jul 2022

LAMPIÃO, da Esquina. N.2, jun- jul. 1978. Disponível em <<https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/06-LAM-PIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-02-JUNHO-JULHO-1978.pdf>> Acesso dia 21 jul. 2022

Macrae, Edward. **A construção da igualdade:** política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”. Salvador: EDUFBA, 2018.

MARTINHO, Mirian. Memória Lesbiana: um Raio-X dos boletins ChanacomChana e Um Outro Olhar e suas digitalizações. **Um Outro Olhar**. 17 ago 2021. Disponível em

<<http://www.umoutroolhar.com.br/2021/07/memoria-lesbiana-um-raio-x-dos-boletins.html>> Acesso dia 4 mai. 2022.

Na ditadura, mídias alternativas quebraram tabus sobre LGBTs. Jornal da USP. 13 jul. 2018. disponível em <<https://jornal.usp.br/tv-usp/na-ditadura-midias-alternativas-quebraram-tabus-sobre-lgbts/>> Acesso dia 4 mai. 2022.

SILVEIRA-BARBOSA, Paula. Trajetória da imprensa lésbica brasileira, um história possível. **Aedos** v. 11, n. 24, p.142-163, Ago. 2019. Disponível em <<https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/93003/53709>> Acesso dia 5 mai. 2022

_____. Imprensa Lésbica no Brasil: memórias lesbianas e contribuições ao jornalismo. In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 43º **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – VIRTUAL – 1º a 10/12/2020. Disponível em <<https://portalintercom.org.br/anais/nacional2020/resumos/R15-2341-1.pdf>> Acesso dia 4 mai. 2022.

OUTRAS REFERÊNCIAS CULTURAIS RELACIONADAS

Lugares - Ferro's Bar, Calendário LGBTQIA+

Teatro de Grupo



Performance “Guerra”, do grupo teatral “A próxima Companhia”. Fonte: A próxima Cia, 2019.

A prática cultural Teatro de Grupo diz respeito a uma determinada forma de produção teatral que inclui processo de pesquisa, criação e circulação que se dá em um mesmo coletivo, que permanece em continuidade no tempo. É considerada patrimônio imaterial da cidade de São Paulo, por meio da Resolução do Conpresp 22, de 2014. Ela se caracteriza a partir de 3 princípios fundamentais. Em primeiro lugar, o compartilhamento do trabalho de criação, organização e produção, que se dá de forma coletiva, autogestionada, solidária e horizontal, em que todos do grupo são responsáveis por tudo. Em segundo lugar, o que caracteriza o Teatro de Grupo é a concepção estético-política, que o situa na contramarcha do mercado e da indústria cultural, recusando a arte como produto mercadológico. Em terceiro lugar, o Teatro de Grupo busca, por meio da linguagem teatral, intervir na realidade de seu tempo, provocar, inquietar, desnaturalizar e disputar.

Nesse sentido, questões relacionadas à pauta LGBTQIA+ também compõem as apresentações realizadas pelos grupos que atuam no território e são importantes fontes de reflexão sobre problemáticas como discriminação, homofobia e transfobia.

O Teatro de Grupo, muito embora tenha suas raízes em experiências pioneiras dos anos 1950, como a do Teatro Oficina, apresenta uma fase de expansão e consolidação a partir dos anos 2000, com o “Manifesto Arte Contra a Barbárie” e a aprovação da Lei de Fomento ao Teatro (2002), momento que representa um crescimento grande de coletivos atuando na capital, com linguagens e propostas estéticas cada vez mais inovadoras e arrojadas.

Além das iniciativas de grupos teatrais, a referência cultural inclui também as iniciativas de performances drag e transformistas, entendendo que elas configuram, da mesma forma, experiências de formação teatral que foram e, ainda são, feitas em boates e bares na região do Arouche.

O primeiro grupo teatral a ser mencionado é o grupo Folias, criado em 1998, o grupo ganhou diversos prêmios pelas suas peças e é sediado na região do Minhocão, usando a ocupação do território como alicerce para suas críticas e reflexões. Inclusive, o Folias oferece um desconto de 50% nos ingressos para incentivar a participação dos moradores da região. O Folias é de suma importância dentro da cena teatral paulistana, justamente por oferecer espaço à grupos que não possuem uma sede para suas performances. Além disso, o Galpão Folias foi registrado, em 2014, como patrimônio imaterial da cidade de São Paulo. E, apesar de ameaças de fechamento que se deram início em 2017, o grupo segue resistindo através de sua arte, já tendo participado, inclusive, do movimento “Arte contra a Barbárie”, que visava fomentar a arte teatral.

“Situated em um território alvo de interesses imobiliários, o Galpão do Folias encontra-se atualmente ameaçado de fechamento, em função do processo de gentrificação. Dívidas de aluguel e imposto predial e territorial ampliadas pelo congelamento das verbas municipais de cultura, levaram o grupo a criar uma campanha de financiamento coletivo, como forma de resistir e permanecer nesta região central da cidade.” (vide ficha Galpão do Folias. In: Repep, 2019).

Outro teatro de grupo de extrema importância na região do centro de São Paulo é a “Próxima Companhia”. O grupo também possui uma relação semelhante com o território, já organizando ações no próprio Largo do Arouche. Onde, durante a apresentação de “Cordão do peito oco”, apresentaram o seguinte samba enredo:

“Guerrilheiras, que pulsam no Arouche,
Samba na cara dos cara de edi.
Cara de bufa, de censura, de fuinha,
Nóiz não têm medo, não vamos sair daqui.”

Outra performance da Próxima Companhia que merece destaque neste é “Guerra”, pois está

diretamente ligada com as disputas do território central de São Paulo, trabalhando a maneira como as pessoas ocupam a cidade. Guerra evidencia forças, processos históricos e ações de higienização, apagamento e extermínio na cidade. O Largo do Arouche e o Minhocão tem especial atenção no espetáculo produzido, englobando a importância da ocupação LGBTQIA+.

Além das iniciativas de grupos teatrais, é importante ressaltar também as performances individuais feitas por drags e transformistas. Alguns dos principais bares e boates da região onde tais performances acontecem são a boate Danger, o Bar Queen e a Blue Space. A boate Danger, um ponto gay muito importante no território, coordena uma iniciativa denominada “Show Time” onde apresenta nomes importantíssimos, como Marcia Pantera, primeira drag bate cabelo do Brasil. O Bar Queen é reduto LGBTQIA+, onde se apresentam muitas drags e gogo boys. A Blue Space, por sua vez, é muito famosa entre as drags da região e as entrevistadas para este inventário. Inaugurada em 1996 e conhecida como mini Broadway, a casa organiza muitas performances transformistas, recebendo grandes nomes desse universo. Inclusive, a Blue Space já foi considerada um dos melhores lugares em São Paulo pela sua super produção.

FONTES DE PESQUISA

A próxima Companhia. <https://www.aproximacompanhia.com.br/guerra>

Galpão Folias. <https://www.galpaodofolias.com/>

Blue Space. <https://www.baressp.com.br/balas/blue-space>

REPEP. **Dossiê do Inventário Participativo Minhocão contra gentrificação**. São Paulo, 2019. Disponível em: bit.ly/minhocaocontragentrificacao

OUTRAS REFERÊNCIAS CULTURAIS RELACIONADAS

Praça da República, Ocupação em Arte e Cultura LGBTQIA+, Atividades Culturais

Lugares

Aparelha Luzia
Café Vermont
Circuito De Acolhimento E Saúde
Circuito Das Saunas E Cinemas
Circuito Dos Bares, Baladas E Restaurantes
Ferro's Bar
Geledés: Instituto Da Mulher Negra
Largo Do Arouche
Museu Da Diversidade Sexual
Ocupação Em Arte E Cultura LGBTQIA+
Praça Da República
Ruas De Trabalho
Sindicato Dos Artistas
Sindicato Dos Jornalistas

Aparelha Luzia



Rua Apa, 78. Curso de formação do Kilombagem na Aparelha Luzia. Fonte: Alma Preta, 2017.

A Aparelha Luzia é um quilombo urbano, lugar de afirmação, resistência e luta política da comunidade negra a partir do encontro e da sociabilidade de pessoas no espaço, que habita a rua Apa, na área central, desde de 2016. O local foi criado por Erica Malunguinho, primeira deputada estadual trans da cidade, a partir da ideia de dar início a um ateliê, que mais tarde se transformou em um lugar de lazer e troca política entre artistas e demais membros da comunidade negra em São Paulo. No local são organizadas festas, palestras, mesas, exposições e debates, além de uma cozinha comandada pela chef Cícera Alves. O nome é inspirado nos aparelhos, células de resistência durante a Ditadura Militar (1964 - 1985) e a uma homenagem a Luzia, o fóssil humano mais antigo do Brasil. A passagem do nome para o feminino, a partir de sua ressignificação, vem para para dar destaque a vozes do mesmo âmbito, como forma de reforçar seu caráter revolucionário.

Quem entra no Aparelha Luzia já se encontra com a negritude do espaço traduzida nos móveis, objetos de decoração, quadros e outros artigos. É um espaço para a negritude circular, se fazer, se encontrar e se politizar. Ao abrir a casa, Érica Malunguinho enfatiza que não é um bar, mas sim um espaço de resistência histórica e quem adentra o local precisa saber que é disso que se trata. A vasta curadoria do espaço (oficinas, shows, lançamentos, saraus, festas, etc.) é feita por em busca narrativas decolonizadoras, no qual o protagonismo negro é centro.

Érica Malunguinho é uma mulher negra, trans, natural de Pernambuco, política, mestra em estética e história da arte pela Universidade de São Paulo. É também, como anteriormente citado, a primeira deputada estadual trans de São Paulo, eleita para a gestão de 2019 a 2023. Seu sobrenome faz referência à entidade afro-ameríndia de grande poder, do quilombo de Catucá, Pernambuco, invocado no culto da Jurema. Este, por sua vez, é um culto religioso de origem indí-

gena com elementos afros e cristãos. Érica, então, carrega em seu nome as raízes culturais do Brasil, as territorialidades, a luta e a resistência. Sendo assim, carrega em seu nome raízes culturais do Brasil, as territorialidades, a luta e a resistência. Em entrevista à revista Trip (2017), Malunguinho afirmou que “com suas grandes dimensões, a cidade esconde sob suas vestes uma sofisticada perversidade que resulta em violências físicas e simbólica, impedindo o desenvolvimento saudável das pessoas. Mas nunca senti medo, sempre tive substâncias para o afrente”.

Nesse contexto, a luta negra e a luta LGBTQIA+ se entrelaçam naturalmente, enquanto comum status de movimentos sociais em posição de marginalidade. Os discursos se sintonizam consciente e inconscientemente, através do debate (como em discussões sobre questões de gênero e sexualidade junto a causa preta) e dos encontros, atraídos pela música, o simbólico acolhimento, a abertura aos afetos aos livres afetos, expressões de gênero e a resistência contra os movimentos gentrificadores da cidade. Assim, tende a ser plural em seu público, englobando desde trabalhadores da construção civil à intelectuais, artistas, ativistas, pessoas em situação de rua e imigrantes, muitos oriundos do continente africano.

FONTES DE PESQUISA

A mulher que pariu um quilombo urbano. **Revista Trip**. 6 mar. 2017. Disponível em < <https://revistatrip.uol.com.br/tpm/erica-malunguinho-mulher-negra-trans-aparelha-luzia-resistencia-negra-sao-paulo-quilombo-urbano> > Acesso em: junho 2019.

Aparelha Luzia, o quilombo urbano de São Paulo. **Jornal El País**, 3 de novembro de 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/01/cultura/1509557481_659286.html. Acesso em: março 2019.

Aparelha Luzia, um território de resistência negra na capital paulista. **Portal Alma Preta**, 1 de abril de 2017. Disponível em: <https://www.almapreta.com/editorias/realidade/aparelha-luzia-um-territorio-de-resistencia-negra-na-capital-paulista>. Acesso em: março 2019.

SOUL vaidosa. Lugar de resistência em SP — Aparelha Luzia. 15 de outubro de 2017. Disponível em: <https://youtu.be/vCf6QcU9XtY>. Acesso em: fevereiro de 2022.

OUTRAS REFERÊNCIAS CULTURAIS RELACIONADAS

Geledes, Ocupação em Arte e Cultura LGBTQIA+

Café Vermont



Avenida Vieira de Carvalho, 160. Nova entrada do Café Vermont na Avenida Vieira de Carvalho. Foto: Rafael Arakaki, 2022.

O que é

O Café Vermont é um estabelecimento que funciona como restaurante, café e casa noturna próxima à Praça da República. O local foi inaugurado em 1992 e é, historicamente, um ponto de encontro muito importante para a comunidade de mulheres lésbicas, que o ocupam e compõem boa parte do quórum dos eventos musicais organizados pelo estabelecimento. É muito importante ressaltar a importância do Café Vermont para a comunidade lésbica, em especial, na região do Largo do Arouche, justamente pois esse é um dos poucos espaços so-

breviventes que têm mulheres homossexuais como público principal. Ter um espaço físico, com itinerário abrangente e que se dedica às lésbicas, é essencial para a organização, acolhimento e luta pela visibilidade do grupo.

Apesar de possuir uma clientela variada, o café Vermont República é um ponto LGBTQIA+ tradicional do território. Desde sua inauguração foi frequentado por gays e lésbicas, especialmente, como “esquentar” das festas noturnas. Em geral, as pessoas mais maduras compõem a maior parte da clientela do Vermont. O cardápio do café é muito variado, oferece as principais refeições do dia até hoje. A principal razão é o horário de funcionamento do estabelecimento, que abre de

manhã e fecha pouco antes das 22:00, oferecendo todas as refeições do dia. Há diversos shows de MPB no local. O Café Vermont também promove diversos eventos e festas focados no público LGBTQIA+. Foi eleito o *Melhor Lugar para Elas* em 2018 e 2019 pelo Guia Gay São Paulo.

É interessante ressaltar que a Av. Vieira de Carvalho foi um ponto importantíssimo para a alta sociedade paulistana. O local foi projetado como um “boulevard”, uma rua larga e arborizada, com paisagem “privilegiada” seguindo inspiração francesa. Havia na região diversos pontos gastronômicos renomados e, dentre eles, o Vermont República, frequentado principalmente pela elite lésbica paulistana. Inicialmente, era localizado na esquina da avenida com a Praça da República, mudando posteriormente para o número 160. O térreo do café é lugar de paquera, música ao vivo e jantar, a antiga, varanda aberta e com vegetação, dava um clima especial com visão para a Praça da República e Av. Vieira de Carvalho, rua com diversas atrações noturnas. A recente mudança de endereço não afetou sua importância e significados, uma vez que ainda permanece na região.

FONTES DE PESQUISA

Coletivo Arouchianos

Hélcio Beuclair

OUTRAS REFERÊNCIAS CULTURAIS RELACIONADAS

Praça da República, Circuito dos Bares, Baladas e Restaurantes.

Circuito de Acolhimento e Saúde



Van Barong e unidade móvel do Centro de Cidadania LGBTI+ da Prefeitura de São Paulo em ação de conscientização e prevenção sobre a Aids no Largo do Arouche em 2021. Fonte: Prefeitura de São Paulo.

O circuito de acolhimento e saúde é composto por instituições públicas e organizações sem fins lucrativos voltadas à defesa da diversidade, acesso à informação e prevenção de doenças. Devido a vulnerabilidade social em que muitas pessoas LGBTQIA+ se encontram, em especial pessoas transexuais e travestis, há a alta incidência de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). Fazem parte do circuito tanto instituições públicas, como o Centro de Referência da Diversidade, e iniciativas da sociedade civil organizada, como a ONG Pela Vidda e outras relacionadas ao associativismo comunitário. Esses lugares são importantes pelas práticas de prevenção, educação e testagem de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), contribuindo contra preconceitos e estigmas que envolvem pessoas com HIV/AIDS e outras ISTs. O circuito existe pelo vínculo com a sociabilidade LGBTQIA+ no Arouche, ganhando importância no território por essa relação identitária. São lugares onde as pessoas são acolhidas por seu nome social e têm atendimentos dignos de

saúde. É importante destacar as equipes multiprofissionais que são fundamentais no momento de acolhimento das pessoas.

Abaixo apresentam-se uma relação de alguns lugares:

UBS Santa Cecília. Endereço: Rua Vitorino Carmilo, 599- Santa Cecília.

A UBS/AMAE Dr. Humberto Pascale, conhecida popularmente como UBS Santa Cecília, é um posto de saúde referência no processo de hormonização, que é parte do processo transexualizador. Na UBS é feito todo atendimento a população trans, cumprindo o “fluxo de hormonização” estabelecido pelo Ministério da Saúde. Em 2020, o atendimento a pessoas Travestis, Transexuais e Homens Trans na UBS sofreu grave abalo após a gestão terceirizada considerar a transferência de profissionais da saúde, parte do processo de hormonização. Ver mais em Referência Cultural, Lugares, UBS Santa Cecília.

Eternamente SOU. Endereço: Rua Viscnde de Ouro Preto, 118- Consolação.

O “Eternamente Sou” é uma organização sem fins lucrativos que atua implantando projetos e serviços para a população idosa e LGBTQIA+. A iniciativa começou em 2017 e teve sua primeira sede na Rua Vieira de Carvalho. Atualmente, o centro de convivência conta com uma unidade também no Rio de Janeiro e trabalha com uma equipe multidisciplinar para garantir uma velhice ativa e digna à comunidade. A ONG possui um amplo time de voluntários, incluindo médicos, psicólogos, advogados e assistentes sociais para a realização de suas ações.

PSICANÁLISE NA PRAÇA ROOSEVELT. Endereço: Praça Franklin Roosevelt, s/n - Bela Vista.

A “Psicanálise na Praça Roosevelt” é um projeto que transforma a própria praça em “divã”, disponibilizando atendimento psicanalítico gratuito. As consultas ocorrem aos sábados, das 11h às 15h, e são feitas por ordem de chegada, após inscrição. A ação é iniciativa de um coletivo de psicanalistas cujo objetivo era trazer a psicanálise para fora das paredes de clínicas privadas, de maneira acessível.

CTA/SAE DST/Aids Campos Elíseos. Endereço: Alameda Cleveland, 374 - Santa Cecília.

O Centro de Tratamento e Acolhimento e Serviço de Assistência Especializada em Aids Campos Elíseos (CTA/SAE) é um centro de assistência médica especializado em ISTs e AIDS. O local é uma iniciativa da prefeitura de São Paulo e oferece diversos serviços gratuitos, desde a testagem rápida e laborial de diversas ISTs, até o acompanhamento de pessoas soropositivas, incluindo orientação e atendimento psicológico.

Igreja da Comunidade Metropolitana. Endereço: Avenida Duque de Caxias, 156 - Centro.

A Igreja da Comunidade Metropolitana é uma igreja de Teologia Inclusiva voltada para o público LGBTQIA+. A instituição tem como pastora a mulher transgênera Alexya Salvador. A vertente da Igreja surgiu em 1968, nos Estados Unidos, e teve sua primeira filial no Brasil em 2003. A ICM tem como base abordar questões de raça, gênero e orientação sexual, além de coordenar diversas ações pastorais voltadas para o público LGBTQIA+, dentre elas o atendimento para pessoas que vivem com HIV/AIDS, sendo também pioneira em projetos que acolhem o protagonismo de mulheres trans.

Igreja Cidade Refúgio. Endereço: Avenida São João, 1634 - Santa Cecília.

A Igreja Cidade Refúgio também é uma Igreja de Teologia Inclusiva voltada para o público LGBTQIA+. A instituição foi inaugurada em 2011 e já possui diversas sedes em diferentes estados brasileiros. A Igreja também possui diversas ações voltadas para a inclusão, sendo coordenada por um casal de pastoras.

Centro De Referência E Defesa Da Diversidade Sexual Brunna Valin (CRD). Endereço: Rua Major Sertório, 292/294- Vila Buarque.

O CRD é uma iniciativa da prefeitura de São Paulo que desde 2008 apoia e acolhe pessoas da comunidade LGBTQIA+ que estejam em situação de extrema vulnerabilidade social, em especial, profissionais do sexo, travestis e mulheres transsexuais e homens trans. No centro são oferecidos atendimento social, psicológico jurídico, cursos profissionalizantes, entre outras ações com foco na inclusão social e minimização de riscos/danos. Ver mais em Referência Cultural, categoria Edificações, Centro de Referência e Defesa da Diversidade Sexual Brunna Valin (CDR).

Centro de Cidadania LGBTI Luiz Carlos Ruas. Endereço: Rua Visconde de Ouro Preto, 118 - Consolação.

O Centro de Cidadania LGBTI Luiz Carlos Ruas foi uma organização sem fins lucrativos que tinha como intuito oferecer atendimento psicológico, assessoria jurídica, assistência social e acesso a políticas públicas. O local servia como ponto de acompanhamento de pessoas atendidas pelo projeto Transcidadania. Infelizmente, durante a gestão de Bruno Covas em 2019, o centro foi fechado.

Bicicloprev. Endereço: Largo do Arouche - República.

O Bicicloprev é uma iniciativa da ONG Pela Vidda, em parceria com o CRD Brunna Valin, para ampliar a rede de atendimento. Usando uma bicicleta adaptada, a ONG, juntamente com o Centro de Referência, leva ações de prevenção, incluindo a distribuição de insumos e divulgando os outros projetos de acolhimento para pessoas LGBTQIA+ na região.

Museu da Diversidade. Endereço: Estação de Metrô República.

O Museu da Diversidade Sexual é um museu que fica dentro da estação de metrô República voltado para valorização e acolhimento sobre a memória da comunidade LGBTQIA+. Foi criado em 2012 e desde então tem feito importante articulação com movimentos sociais. Além do trabalho de salvaguarda da memória LGBTQIA+, o MDS possui ações voltadas para o acolhimento e saúde, como por exemplo a distribuição de preservativos e lubrificantes gratuitamente. Também promove rodas de conversa e outros eventos voltados para a saúde LGBTQIA+. Ver mais em Referência Cultural, categoria Lugares, Museu Da Diversidade Sexual.

GPH: Grupo de Pais de Homossexuais. Endereço: Rua Major Sertório, 292- Vila Buarque.

O Grupo de Pais Homossexuais foi uma das primeiras ONGS dedicadas a acolher responsáveis que desconfiam ter crianças LGBTQIA+. O grupo, criado por Edith Modesto, possui mais de 10 anos de atuação e organiza diversas ações, presenciais e online, que discutem a diversidade de gênero e sexualidade. O GPH também coordena ações para os jovens, como, por exemplo, no projeto Purpurina, que acolhe adolescentes que estão se descobrindo LGBTQIA+.

Pela Vidda. Endereço: Rua General Jardim, 556- Vila Buarque.

O grupo Pela Vidda é uma ONG, criada em 1989, que possui como objetivo acolher pessoas que vivem com HIV/AIDS. A organização é a primeira no Brasil a se debruçar sobre essa comunidade. Atualmente, o grupo Pela Vidda coordena as ações do CRD Brunna Valin e do Bicicloprev.

CCNE: Comunidade Cristã Nova Esperança. Endereço: Rua Amaral Gurgel, 292- Vila Buarque.

A Comunidade Cristã Nova Esperança surgiu em 2004, após o afastamento de muitos fiéis de uma igreja na zona norte de São Paulo. Atualmente, a comunidade possui unidades em outros estados brasileiros e também no exterior e é composta por pessoas cuja orientação sexual e identidade de gênero fogem da heteronormatividade, fator que influencia diretamente as ações do grupo.

APOLGBT: Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo. Endereço: Praça da República, 386, cj. 22- República.

A APOLGBT é a principal responsável pela organização e planejamento da Parada LGBT de São Paulo, a maior parada do mundo. A associação incentiva diversas ações voltadas para o acolhimento e saúde durante o evento, como a distribuição de preservativos e testes rápidos. A primeira parada de São Paulo aconteceu em 1997 e até hoje é um dos prin-

cipais eventos voltados para a comunidade LGBTQIA+, recebendo artistas renomados todos os anos.

Unidade móvel de cidadania LGBT.

As unidades móveis de cidadania LGBT são uma iniciativa da prefeitura de São Paulo que funciona como uma extensão dos Centros de Cidadania. Assim, é possível oferecer de forma itinerante, parte dos serviços oferecidos na instituição, informando acerca dos direitos da pessoa LGBTQIA+ e direcionando-as para os próprios Centros de Cidadania.

Unidade móvel Quero Fazer CRT (Secretaria de Saúde do Estado)

A unidade móvel Quero Fazer CRT também é uma estratégia para expandir a rede de acolhimento e atendimento de pessoas em um determinado território. No caso, a rede oferece testes de HIV de maneira gratuita.

Van Barong. Endereço: Alameda Cleveland, 374 - Santa Cecília.

A Van Barong é uma van que circula pela cidade de São Paulo promovendo ações de acolhimento, saúde e educação sexual. O projeto é coordenado pela ONG Barong, que nasceu em 1996. O veículo funciona como uma espécie de consultório móvel, que circula desde 2015, oferecendo testes laboratoriais de diversas ISTs. O projeto possui uma agenda mensal com ações de diversas frentes, inclusive educacionais.

FONTES DE PESQUISA

Coletivo Arouchianos

REPEP. **Dossiê do Inventário Participativo Minhocão contra gentrificação.** São Paulo, 2019. Disponível em: bit.ly/minhocaocontragentrificao.

OUTRAS REFERÊNCIAS CULTURAIS RELACIONADAS

UBS Santa Cecília, Associativismo comunitário, Museu da diversidade, CRD

Circuito das Saunas e Cinemas



Fachada do Cine Arouche. Foto: Carine Wallauer, 2018/ Reprodução UOL

O Circuito das Saunas e Cinemas é uma rede de lugares ligados ao entretenimento adulto e à prática sexual. Trata-se não somente de banhos ou filmes, mas também de espaços de sociabilidade, encontros e práticas sexuais que podem ocorrer tanto em amplos espaços - como as salas de banho ou de exibição de filmes - quanto em locais mais privados - como cabines de cinema. Assim como o circuito de bares, baladas e restaurantes, o circuito de saunas e cinemas conformam lugares de expressão identitária e de redes de sociabilidade. No entanto, se diferencia daquele pelas práticas sexuais.

Esses espaços são lugares importantes do Arouche pois criam possibilidades que muitas vezes são negadas na rua. Considerando que pessoas LGBTQIA+ seguem sendo marginalizadas, para muitas pessoas da comunidade as possibilidades de troca de afeto e sexualidade são reduzidas. Para muitas destas, a expressão de suas identidades sexuais só é possível nesses lugares.

A rede de cinemas teve seu auge em São Paulo nas décadas de 1940 e 1950, quando o centro da cidade possuía grandes e luxuosas salas. Com a decadência desse serviço nas décadas posteriores,

muitos dos antigos cinemas passaram a exibir filmes eróticos e pornográficos, desde a década de 1980, como forma de sobrevivência econômica. Alguns são facilmente identificados pelos anúncios de valor e sessões disponíveis, em geral, dispostos próximos à entrada do cinema. Outros possuem fachada de loja que acobertam cabines individuais, dark rooms, salas de cinema e bares.

Os cinemas atendem um público diverso, heterossexuais, homossexuais, travestis, mulheres transexuais, casais praticantes de swing, garotos e garotas de programa, etc. No entanto, a frequência maior é de trabalhadores do sexo masculino de diferentes classes sociais. As sessões de cinema tem entrada entre R\$10,00 a R\$20,00 e exibem filmes heterossexuais, bissexuais e homossexuais. Alguns cinemas exigem pagamento de taxa extra para se usar as cabines variando entre R\$1,50 e R\$10,00. Muitos cinemas funcionam 24 horas por dia e não possuem limite de tempo de permanência. Por esse motivo, são também usados como dormitório e/ou lugar de descanso por trabalhadores entre jornadas de trabalho.

As saunas contam com uma ampla infraestrutura podendo ter saunas seca e a vapor, piscinas, chuveirões, bares, vestiários, salas de vídeos, sa-

las de massagem, suítes e becos. Por prover tais ambientes costumam ter valores de entrada mais elevados. Esses ambientes remontam à tradição e práticas das casas de banho público da antiguidade, mas foi somente entre os anos 1950 e 1970 que surgiram como lugares de sociabilidade gay. Os frequentadores, em geral restritos ao público gay, buscam, além da socialização e do sexo, também a prática de voyeurismo.

Abaixo apresentam-se uma relação de alguns lugares:

Cinemas

- Cine Arouche, Largo do Arouche, 426
- Ponto Zen Cine. Avenida São João, 1.119
- Cabines Privê, Rua Aurora, 772
- Sexy Appeal Cabines Eróticas, Rua Vitória, 810
- Cinemão Erótico / Casa das Bonecas, Rua Vitória, 814
- Cine Kratos, Rua Aurora, 522
- Cinema 24 horas
- Cine G, Rua Amaral Gurgel, 206
- Cine República, Av. Ipiranga, 752
- “Cinemão SP”, Av. Ipiranga, 957
- Cine Paris, Avenida Ipiranga, 818

Saunas

- Sauna Unity, Rua Aurora, 710, República.
- Champion Club, Largo do Arouche, 336, República.
- Upgrade Club, Rua Santa Isabel, 198, Vila Buarque.
- Blackout Club, Largo do Arouche, 205, República
- 269 Chilli Pepper Single Hotel Sauna Gay, Largo do Arouche, 610, República.
- Stud G Club / Men's Club, Rua Aurora, 706, República
- 321 Downtown Club, Largo do Arouche, 321, República.
- Seven Cruising Bar São Paulo (memória), Rua Rego Freitas, 529, República

FONTES DE PESQUISA

Coletivo Arouchianos

DAMASCENA, Breno. Cinema de Pegação. Entramos em um cinemão de São Paulo: decadência da arte ou espaço de sexo livre entre homens? **Universa/ UOL**, 18 de março de 2018. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/especiais/cinemas-porno/#cinema-de-pegacao>. Acesso em: abril, 2022.

FUI conhecer 3 cinemas pornôs do centro de São Paulo. **Catraca Livre**, 26 de agosto de 2016. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidania/fui-conhecer-3-cinemas-pornos-do-centro-de-sao-paulo>. Acesso em: abril, 2022.

OUTRAS REFERÊNCIAS CULTURAIS RELACIONADAS

Circuito de bares, baladas e restaurante

Circuito dos Bares, Baladas e Restaurantes



Pista do Homo Sapiens. Fonte: reprodução São Paulo em Hi-Fi.

O circuito dos Bares, Baladas e Restaurantes é uma rede de lugares pelos quais circulam pessoas LGBTQIA+ exercendo atividades direta ou indiretamente ligadas à prática de sua identidade sexual. O circuito reúne espaços voltados à diversão, lazer e paquera. São lugares de vida boêmia, noturna, mas também diurna e sociabilidades e práticas que ocorrem em público. A frequência de pessoas LGBTQIA+ tornam esses estabelecimentos seguros para a livre expressão identitária. O principal espaço público que congrega essa prática é o Largo do Arouche, onde jovens e adultos ocupam a praça e com a presença de vendedores ambulantes de bebidas e mercados do entorno fazem seus bares a céu

aberto. Os estabelecimentos privados composto de bares, baladas e restaurantes são diversos. Alguns lugares são historicamente frequentados pela comunidade LGBTQIA+ desde a década de 1970. Outros que já não mais existem, permanecem como símbolos de resistência e memória identitária. É o conjunto de bares, baladas e restaurantes que transforma a região num ponto de encontros simbólicos LGBTQIA+.

Os lugares que fazem parte do Circuito de Bares, Baladas e Restaurantes são espaços vitais para a expressão identitária LGBTQIA+, onde é possível construir uma rede social, bem como escapar da perseguição e preconceitos sociais. O nome circuito parte da compreensão de que o conjun-

to de lugares se relacionam a determinados usos do espaço marcados por uma dada sociabilidade, o que implica em um manejo de códigos (MAGNANI, 2002). O circuito possui significados para além de festa e da paquera, também constituem-se como locais de congregação e de reuniões de pessoas, que devem ser respeitados.

Chegar e estar nesses estabelecimentos é descrito por muitas pessoas como símbolo de liberdade. No Brasil, a expressão “Fervo também é luta”, utilizada pelo coletivo de ativistas LGBTQIA+, feministas e negros: Revolta da Lâmpada, ilumina a força desses lugares. Em entrevista para a revista Carta Capital (2014), um dos fundadores do movimento relata que:

O fervo está totalmente em função da política: as músicas e manifestações culturais do evento não estão desvinculadas em nenhum momento das reivindicações que estamos fazendo [...] O discurso político não sai apenas de nossas bocas, mas também da performatividade e das mais variadas expressões de gênero. (CARTA CAPITAL, 2014)

As boates, baladas e casas de show contam com espaços para dançar e palcos para apresentações e performances de TRANSFORMISTAS e de DRAGS. São lugares de diversão e paquera que cobram ingresso para entrar, diferente dos bares, botecos e restaurantes que apenas cobram por aquilo que é consumido. Esses lugares atendem públicos diversos e de diferentes classes sociais, abarcando dos espaços luxuosos aos conhecidos “inferninhos”. Os bares lotados aos fins de semana, principalmente aos domingos caracterizam a “Praia” do Arouche, um conjunto de quatro bares que tem este nome popular da região onde a socialização, “pegação” e “ferveção” é intensa.

A concentração de bares, baladas e restaurantes do Arouche são uma grande atratividade da região, contribuindo para seu aspecto boêmio. Em geral, os bares, restaurantes e baladas do Arouche são um espaços importantes da região, onde a maioria dos estabelecimentos são “LGBT-friendly”. Como o público é grande e diverso, exis-

tem alguns lugares que são mais frequentados por públicos específicos da comunidade LGBTQIA+. Assim, alguns bares são mais usados em grande maioria por lésbicas, outros por gays, alguns são mais caros e outros mais baratos, separando os lugares também por classe social.

Abaixo apresentamos uma relação de alguns lugares:

Boates, baladas e casas de show

— ABC Bailão, Rua Marquês de Itu, 182, Vila Buarque: conhecida por ser o mesmo lugar da mais antiga boate gay da cidade (a antiga “Homo Sapiens”, fundada na década de 1980), hoje tem público prioritariamente mais velhos, na faixa acima de 40 anos, chamados também de “daddies” ou “granddaddies” - do inglês, “papais” e “vovôs”. Com ambiente mais tranquilo, quando comparado às demais boates, costuma-se “dançar coladinho” e a música vai do pop ao forró.

— Casa do Seu Zé Dance Club (memória), Rua Rego Freitas, 56.

— La Barca Club, Rua Bento Freitas 296: After party que funciona todos os dias. Prostituição com travestis, mulheres e drogas. 6-16h

— Freedom Club, Largo do Arouche, 6, República.

— Cantho Dance Club (memória), Largo do Arouche, 32, República. Por conta da pandemia, a Cantho encerrou suas atividades em 2021. Um dos eventos mais populares foi “Energy After” que começava às 7 horas da manhã de domingo.

— Danger Dance Club, Rua Rêgo Freitas, 470, República.

— The Sensation (antiga Planet G e Roleta), Rua Rego Freitas, 56, Vila Buarque. No local funcionava um antigo cinema, mantendo a tradição um dos andares ainda exhibe filmes, porém de gênero eróticos e/ou pornográficos.

— L’Amour Night Club (memória), Rua Bento Freitas, 366

— Dedalus Bar, Rua Bento Freitas, 38. Possui glory holes, dark room, curral e promoções para públicos específicos a cada dia. Foi eleito o Melhor Sex Club de 2021 pelo Guia Gay São Paulo, portal LGBT.

— Blue Space, Rua Brigadeiro Galvão, 723, Barra Funda

— Blackout, Rua Amaral Gurgel, 253 - Vila Buarque. Club de Orgias Gay onde funcionou a antiga Prohibidus, a primeira casa famosa com a presença majoritária de travestis, criada pela empresária travesti Andréa de Mayo.

— Val-Improviso e Val-Show (memória), Rua Marquês de Itu / Rua Frederico Steidel. Lendárias casas de shows de travestis, famosas por ficarem abertas até amanhecer. Foram criadas por Andréa de Mayo, travesti reconhecida por acolher muitas pessoas que sofriam na noite. O Val-Improviso está eternizado na letra de música de Cazuza, frequentador do local.

— Love Story (memória), R. Araújo, altura 244

— Tokyo, R. Maj. Sertório, 110

Bares, botecos e restaurantes

— Ferro's Bar (memória), Rua Martinho Prado, 119, Bela Vista. Local do histórico "Levante do Ferro's Bar", chamado também de "Pequeno Stonewall brasileiro" em que lésbicas ocuparam o local contra a repressão de seus proprietários em 1983. A data do levante, 19 de agosto, é hoje celebrado como Dia do Orgulho Lésbico.

— Chopp escuro, Rua Marquês de Itu, 252, Vila Buarque. Reduto histórico da madrugada

— Lima's Bar, Rua Bento Freitas, 151, Vila Buarque.

— Bar Queen, Rua Vitória, 826, República. Performances drag, travestis e gogo

— Bar Fama, Rua Frederico Abranches, 29, Santa Cecília. Presença de garçons de bunda de fora

— Striper Bar / Bar dos Amigo, Rua Vitória, 813, República. Gogo e drags

— Café Vermont, Avenida Doutor Vieira de Carvalho, 10, República. Bar de ocupação histórica lesbica, atualmente é o único da região que é conhecido e frequentado por esse público.

— Lanchonete Nova Vieira, Avenida Doutor Vieira de Carvalho, 31, República.

— Soda Pop Bar, Avenida Doutor Vieira de Carvalho, 43, República.

— Caneca de Prata, Avenida Doutor Vieira de

Carvalho, 55, República. Aberto em 1972 é considerado o mais antigo bar gay de São Paulo

— 63 Bar, Avenida Doutor Vieira de Carvalho, 63, República.

— Paris 94, Avenida Doutor Vieira de Carvalho, 94.

— Princesinha do Arouche, Av. Viêira de Carvalho, 184, República

— Sputnik Bar, Largo do Arouche, 330

— Trabuco Bar, Largo do Arouche, 372

— Estrela do Arouche, Largo do Arouche, 82

— Sai de Baixo, Largo do Arouche, 76

— Lucy Bar, Largo Arouche, 116

— Choperia Prainha do Arouche, Largo do Arouche, 88

— Padaria Gêmel, Largo do Arouche 400

— Zig Duplex, R. Araújo, 155

— Encontro dos Amigos, R. Bento Freitas, 151

— A Preferida da República, Av. Vieira de Carvalho, 11

— Pizzaria Felice/Sinuca Bar/"Bar da Rita", R. Rego Freitas, 487

— Bar do Meio III, R. Aurora, 880

— Bar do Meio IV, R. Vitória, 850

— Clandestinos Bar e Paris Bar, Av. Vieira de Carvalho, 94

— Woof Bar, Av. Vieira de Carvalho, 31

— Bar Térreo, Largo do Arouche, 77

— Cama de Gato, R. Amaral Gurgel, 453

— Pavão Bar, R. Sebastião Pereira, 155

— Barouche (fechou e foi pra Pinheiros), Largo do Arouche, 103

— Laranjão Pizzaria, R. Bento Freitas, 131

— Bar e Lanches Largo do Arouche (memória), Largo do Arouche, 382

— Mistura Fina (memória), Rua Major Sertório. Possuía estrutura com salão de jogos e pista de patinação.

— Men's Country/ 266 West Bar/ Batuk Bar/Roleta (memórias). Foram bares da região que compunham o circuito na década de 1970 junto com Homo Sapiens, Chopp Escuro e Caneca de Prata.

— Botecos Anônimos. De portas para rua, opção mais em conta e que faz a festa de quem fica pelo Arouche

Festas esporádicas

- Batekoo
- Terça Trans: no Bar Queens
- PopPornParty: uma festa de libertação e exaltação dos corpos.
- Kevin: costuma acontecer em puteiros do centro de SP
- Dando
- Voodoohop
- VelcroLivre

FONTES DE PESQUISA

A Revolta da Lâmpada. **Revista Carta Capital**, 7 de novembro de 2014. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-revolta-da-lampada-4063>. Acesso em: 2016.

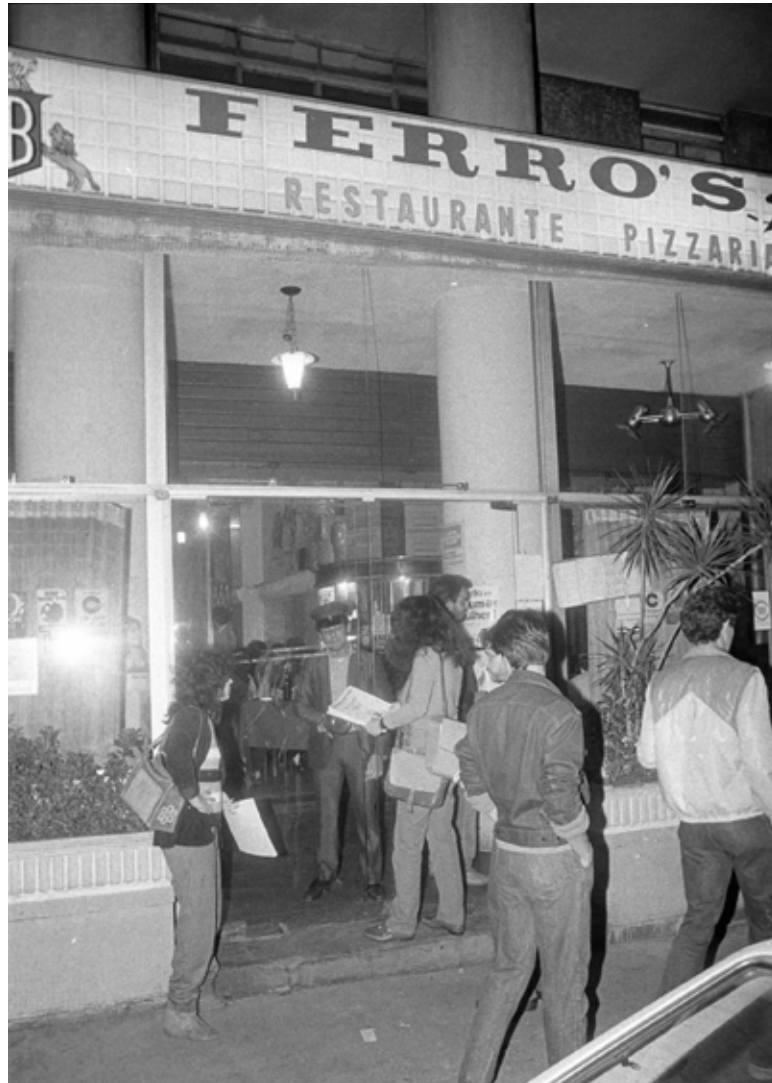
SÃO PAULO em Hi Fi. Direção: Lufe Steffen. Brasil, 2016. DVD.

REPEP. **Dossiê do Inventário Participativo Minhocão contra gentrificação**. São Paulo, 2019. Disponível em: bit.ly/minhocaocontragentrificacao

OUTRAS REFERÊNCIAS CULTURAIS RELACIONADAS

Café Vermont, Ferro's Bar, Calendário LGBTQIA+, Circuito de Bares, Baladas e Restaurantes

Ferro's Bar



Rua Martinho Prado, 119, Bela Vista. Rosely Roth, ao centro, barrada pelo porteiro do Ferro's Bar, 1983. Fonte: Acervo Folha de São Paulo.

Ferro's Bar foi um importante local de socialização e articulação política de mulheres lésbicas e bissexuais durante os anos 1960 a 1980. Trata-se de uma referência cultural na memória LGBTQIA+. O bar é conhecido também por ter sido cenário da primeira manifestação protagonizada por lésbicas contra a discriminação, que ocorreu no dia 19 de agosto de 1983, intitulada como Levante do Ferro's Bar, data reconhecida pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo como o Dia do Orgulho Lésbico. Foi inaugurado em 1961 e viveu o esplendor da Boca do Luxo, nome dado à região boêmia do centro de São Paulo na época (GUMIERI [s.d.]).

Embora inicialmente frequentado pelo público masculino de jornalistas, artistas e comunistas, foi no fim da década de 1960 que o Ferro's Bar passou a ser uma referência para a comunidade lésbica, se tornando, involuntariamente, cenário de um crescente processo de organização política e redes de apoio formadas por suas frequentadoras. Parte dessas frequentadoras atuavam no grupo Lésbico-Feminista (LF), posteriormente reformado e nomeado Grupo de Ação Lésbico Feminista (GALF). O LF surgiu como uma facção do grupo SOMOS. O GALF, por sua vez, surgiu do rompimento de parte de suas integrantes com o SOMOS por conta do machismo e lesbo-

fobia ali existente. Seria o LF e, posteriormente o GALF, organizados por Miriam Martinho e Rosely Roth, que publicaria o boletim Chanacomchana a partir de 1981. O GALF e o boletim se tornariam importantes meios de comunicação de lésbicas e de fortalecimento de sua rede. O boletim era vendido e compartilhado nos locais de encontro de lésbicas. No Ferro's Bar, a distribuição era realizada aos sábados à noite. (SALES, 2019 apud FERNANDES, 2015, p. 145).

Mesmo que possuísse por anos, em seu ambiente, a recorrente ocupação do espaço por mulheres lésbicas, com destaque as participantes do GALF, que em sua maioria poderiam ser denominadas mulheres de classe média, segundo Sales (2019 apud Fernandes, 2015): “o Ferro's Bar, assim como muitos outros lugares frequentados por gays e lésbicas, não se identificava como um bar de frequência homossexual e nem se adequava para tal”; o dono do bar e alguns funcionários implicavam e faziam ameaças para o impedimento da venda do boletim no local.

Foi no dia 23 de julho de 1983 que a situação se agravou, com o dono e seus funcionários se impondo novamente com o propósito da expulsão das membras do GALF, para que não vendessem o boletim Chanacomchana. Partiram então, para a agressão física, alegando que as militantes estariam fazendo arruaça, ato que levou as outras lésbicas no recinto a tomarem partido em defesa às ativistas do grupo e, em consequência, a solicitação da polícia pelo dono do estabelecimento. Os policiais, em rara exceção, sobretudo, para a época, ouviram os dois lados e preferiram não tomar partido, declarando igualdade de direitos, o que fez com que as militantes, naquele dia, permanecessem no bar (Sales, 2019).

Apesar da momentânea vitória no conflito de ocupação do espaço de lazer e sociabilidade, era necessário que o evento de carácter discriminatório fosse externado, a fim de não apenas declarar sua permanência enquanto frequentadoras, mas denunciar a repressão para com esses corpos políticos. Dessa forma, foi organizada uma manifestação no estabelecimento, no dia 19 de agosto de 1983, o Levante do Ferro's Bar, divulgado por meio de pan-

fletos e no boletim Um Outro Olhar (1987), transformado em site em 2004 e atualizado por Miriam Martinho desde de então.

Como presença relevante, foram convidados para ajudar na manifestação os militantes do movimento homossexual (Outra Coisa Ação Homossexualista), feministas e também contaram com a ajuda de políticos de partidos de oposição, como a deputada Ruth Escobar (PMDB), a vereadora Irede Cardoso (PT), Eduardo Suplicy (PT), que era deputado federal e a advogada Zulaiê Cobra Ribeiro, que fazia parte da Comissão de Direitos Humanos da OAB (Sales, 2019).

FONTES DE PESQUISA

GUMIERI, Julia. Ferro's Bar. **Memorial da Resistência**, São Paulo. 216-11.029. Disponível em: <http://memorialdaresistencia.org.br/lugares/ferros-bar/>. Acesso em: 18/02/2022.

SALES, Gabriela Coutinho. **Lésbicas no debate da redemocratização**: uma análise do boletim Chanacomchana. 2019. 50 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/22879>. Acesso em: 18/02/2022.

OUTRAS REFERÊNCIAS CULTURAIS RELACIONADAS

Circuito dos Bares, Baladas e Restaurantes, Calendário LGBTQIA+, Publicações Marginais

Geledés: Instituto da Mulher Negra



Rua Santa Isabel, 137. Imagem de celebração dos 34 anos do Geledés. Fonte: Geledés.

O Geledés- Instituto da Mulher Negra é uma organização da sociedade civil criada em defesa de mulheres e negros para o combate as desvantagens e discriminações no acesso às oportunidades sociais em função do racismo e do sexismo vigentes na sociedade brasileira. Desta forma, se constrói uma agenda com ações do âmbito educacional e dos direitos humanos, sempre em defesa dos direitos de cidadania. A instituição foi fundada em 1988 por Sueli Car-

neiro, escritora, filósofa e ativista negra brasileira e surgiu como um ambiente capaz de proporcionar acolhimento a membros da comunidade negra, incluindo mulheres lésbicas, bissexuais e transsexuais por meio do acompanhamento de pautas e a participação ativa, promovendo a ocupação do espaço, discussão das vivências e a garantia de direitos LGBTQIA+. Desde 2003 sua sede está no centro de São Paulo, o que fortalece as ações da instituição e facilita o acesso do público.

A criação do Geledés em 1988 ocorreu a partir de um grupo de mulheres negras, lideradas por Sueli Carneiro, que estavam organizadas em torno da atuação na luta por direitos das mulheres, da população negra e, mais especificamente, de mulheres negras e suas particularidades. Os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres negras e a visibilidade da luta contra o racismo foram os primeiros temas que nortearam suas ações. Em um primeiro momento, a organização se localizava no bairro da Liberdade. Foi apenas em 2003 que a sede mudou-se para o centro da cidade de São Paulo. Essa mudança foi considerada importante para as pessoas que constituem o instituto, pois passava a se encontrar em uma área de fácil acesso para a população negra e também próxima dos órgãos jurídicos, com os quais dialogava nessa luta por direitos. Tensionar e manter-se nesse espaço, segundo Suelaine, é resistir.

Neon Cunha, ativista, publicitária, diretora de arte, mulher negra e trans participou de várias ações do Geledés, como as ações realizadas em 2018: a Marcha das Mulheres Negras e a mesa de debate “Mulheres em luta – ontem e sempre”. Esse último evento ocorreu em virtude da comemoração dos 30 anos do Geledés. Na ocasião também foi feita uma homenagem a Cidinha da Silva, escritora negra e lésbica, que foi presidente do Geledés entre os anos 2000 e 2002. Em entrevistas, Neon expõe a relação entre ser e existir enquanto mulher negra e trans, ressaltando a importância das culturas de matriz africanas na proteção e na existência dos corpos:

Saber que foi nos terreiros de matriz africanas que me antecederam, que me deram a garantia de que eu sou uma mulher. Sabe, que me fizeram entender com mais amplitude e oxalá. Oxalá! Essa terra tivesse sido se constituído na matriz africana para as pessoas trans seria muito mais fácil... Porque se Orixá diz que o corpo é instrumento de uma força invisível, dá para dizer que o corpo é instrumento do gênero e que o gênero é essa força invisível que nos conduz, lutando

do pelo nosso reconhecimento e pela única certeza que nós temos, a única certeza de que nós somos, quem nós somos. (Cunha, 2022).

Nesse sentido, Neon relata que quando o direito ao afeto e os direitos sociais de mulheres trans e travesti são analisados na perspectiva do recorte racial, essas conquistas são apenas para as brancas: “muitas vezes, a travesti branca ocupa um lugar que a mulher negra, seja cis ou trans, não ocupa” (Cunha, 2022). A ativista conta que participou da Marcha das Mulheres Negras a convite de Nilza Iraci, coordenadora do Geledés na época, cuja história de vida se assemelha à dela. E foi justamente no encontro entre mulheres negras que Neon ampliou sua força e existência:

É nele [núcleo de mulheres negras] em que são discutidas as identidades de gênero. Então chegar nesse lugar em que uma outra condição é repensada, acolhida e, de certa forma, vivenciada, faz com que haja uma respeitabilidade em que não encontrei em outros lugares. Nesse lugar não falam em trans como exclusão, mas reconhecem a trans como um processo que precisa ser identificado, acolhido, respeitado e trabalhado, para que não sejam reproduzidas as opressões. Então, nesse grupo, elas dizem que eu trago além da pauta da mulher negra, a questão da transgeneridade. Então, nesse espaço eu me permito e permito o reconhecimento identitário, porque existe acima de tudo acolhimento dessa dor da abjeção. Ali a trans é tratada com o máximo respeito. (Melo, 2019).

Nos dias de hoje, a instituição debate muito sobre a relação da educação como um dos fatores decisivos na luta por direitos. A partir desse novo desafio, alguns dos projetos criados foram essenciais para que o Geledés se tornasse uma referência tão importante no debate sobre a luta das mulheres e da população negra.

Entre eles é possível citar a formação de professores para o debate racial e de gênero e também o chamado Promotoras Legais Populares (PLP), que tem como objetivo promover conhecimento jurídico a mulheres moradoras de áreas de maior vulnerabilidade, com menor atuação do Estado. O intuito do PLP é que essas mulheres, muitas detentoras de papéis de liderança em suas comunidades, apropriem-se e conheçam com maior propriedade os seus direitos, tendo mais ferramentas para lidar com situações de violência vividas pelas pessoas em seu entorno.

Outro exemplo é o projeto Geração 21, que tinha como objetivo tornar possível a entrada e permanência de 21 jovens negros na universidade. Esse projeto teve início em 1999, o que torna o Geledés a primeira instituição a fazer um projeto de ação afirmativa no Brasil. Além de acender o debate sobre a falta de pessoas negras nas universidades, essa iniciativa também foi importante para que outras ações futuras viessem à tona, tais como as cotas estabelecidas pelo Governo Federal para as universidades. Já o projeto SOS Racismo, que trabalha com a ideia de viabilizar as denúncias de racismo em São Paulo, uma vez que Geledés avalia uma falha do governo na aplicação prática da lei, ato inconstitucional. Por mais que seja institucionalmente ilegal, o Geledés avalia uma falha no governo na instituição prática dessa lei. Esse projeto foi significativo na medida em que influenciou a criação de uma delegacia pública de atendimento às denúncias de racismo.

Muitos saberes são transmitidos pelos cursos e atividades oferecidos e incentivados pelo Geledés. Também existe uma atuação importante nas redes sociais, o portal online da organização tem grande visibilidade e é referência nas discussões raciais e de gênero. No site, são publicados textos que discutem tais temas e também denúncias de violações aos direitos humanos. Já em 2022, o Geledés comemora 34 anos de atividade, a data foi celebrada com retorno ao trabalho presencial e a inauguração do Centro de Documentação e Memória Institucional, uma ação importante na luta pelos direitos humanos e na preservação da história da luta negra no Brasil.

FONTES DE PESQUISA

Entrevista com Neon Cunha, realizada em junho de 2022.

GELEDÉS Instituto Da Mulher Negra. Mulher negra. **Caderno IV**. Edição Comemorativa de 23 anos. São Paulo: 1993.

MELO, Kátia. “Ser líder negra é ser infinita, como toda grande força”, diz Neon Cunha. **Portal Geledés**, São Paulo, 28 jan. 2019. Geledés no Debate. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/ser-lider-negra-e-ser-infinita-como-toda-grande-forca-diz-neon-cunha/?amp=1#>. Acesso em: 12 jul. 2022.

SILVA, Cidinha. **Geledés: 30 anos de História! Por Cidinha da Silva**. **Portal Geledés**, 03 mai. 2018. Geledés 30 anos. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/geledes-30-anos-de-historia-por-cidinha-da-silva/>. Acesso em: 12 jul. 2022.

OUTRAS REFERÊNCIAS CULTURAIS RELACIONADAS

Associativismo comunitário, Aparelha Luzia, Ocupação em Arte e Cultura LGBTQIA+

Largo do Arouche



Largo com bandeira LGBTQIA+, instaladas pela Prefeitura de São Paulo em 2016. Fonte: Marcio Claesen/ Guia Gay São Paulo

O Largo do Arouche é um espaço público que fica na região central da cidade de São Paulo, próximo do metrô República, entre a Avenida São João e o Elevado João Goulart - Minhocão. É uma histórica centralidade LGBTQIA+ e configura juntamente com as ruas da proximidade – como a Vieira de Carvalho e a Rego Freitas – uma importante região para essa comunidade. O relatório da Comissão da Verdade, em seu capítulo 7, atenta para as perseguições que aconteciam no local, principalmente focando nos grupos das travestis e transsexuais, durante a ditadura militar. Na década de 1980, a região foi palco de uma manifestação de grupos negros, feministas e estudantis contra a repressão em que culminaram com o grito “O Arouche é nosso!”, demonstrando o uso plural e reprimido da região.

Hoje, o Arouche ainda abriga a comunidade LGBTQIA+, sendo um ponto de encontro de gays, lésbicas, travestis, transsexuais, góticos e qualquer um que queira explorar sua identidade vindos de diversas regiões da cidade, principalmente da periferia, mas também do interior do estado. Há muitos bares, boates, saunas e motéis no Largo, mas também nas imediações. Não é incomum que ocorram shows voltados para a comunidade LGBTQIA+ no largo, como é o caso dos que ocorrem na Virada Cultural.

Desde os anos 1950, com a mudança do perfil econômico da região do centro expandido (República), na esteira do processo de degradação e desvalorização do centro, o Largo do Arouche representa uma centralidade histórica LGBTQIA+. Nesse sentido, para Neon Cunha, o Arouche não é só uma praça, “o arouche era

o ponto de encontro, era a convergência, para fugir da polícia, porque a praça era belíssima, porque a mona já tinha feito europa e vinha fazer *trottoir* no arouche, era lugar de pegação [...]”. Nesse mais de meio século de história pudemos notar a permanência de alguns marcos espaciais, como o Mercado das Flores, mas também o desaparecimento de outros, como o banheiro público (cuja desativação pode se relacionar ao uso sexual do espaço, notadamente dos michês) que existia no Largo.

Hoje o público LGBTQIA+ que frequenta o espaço é constituído em sua maioria por jovens da periferia da cidade e, eventualmente, pessoas do interior do estado e também de outros países. Domingo à noite é o horário de maior uso até a meia noite, horário que o metrô fecha e quando muitos precisam voltar para suas casas, em regiões mais distantes do centro. É comum que os jovens bebam bebidas alcoólicas no Largo antes de frequentar as baladas da região, como a Freedom e a Cantho, enquanto que muitos dos gays mais velhos ficam na “praia”, região lindeira ao largo com uma série de botecos e bares, além daqueles das proximidades. Como o perfil social dos frequentadores é de pessoas de baixa renda, periféricas e negras, é comum que elas estejam em situação de vulnerabilidade social, o que as conduz a integrar uma das “famílias” que lá existem. A criação de famílias surgiu a partir da ação de acolhimento que travestis ofereciam, entre elas Brenda Lee que inspira o modelo atual de famílias LGBTQIA+ brasileiras. Com o tempo as famílias LGBTQIA+ foram reduzindo e se modificando, mas mantêm como local de origem e identidade o Largo do Arouche. Importante destacar que muitas das pessoas entrevistadas justificam sua predileção pelo Largo do Arouche pois em outros espaços LGBTQIA+, como a Rua Augusta e Frei Caneca, elas são discriminadas por sua classe econômica e etnia.

Muitos entrevistados também falaram do aumento do custo de vida na região e de como a presença da Polícia Militar não garante mais segurança. A valorização imobiliária na região não é um fenômeno isolado, mas ga-

nha contornos específicos neste caso. Assim como ocorreu na rua Frei Caneca, o Arouche hoje passa por um processo de gentrificação ligado a uma estratégia de mercado que direciona os novos empreendimentos ao público LGBTQIA+, em especial aos homens gays de classe média e média-alta (há quem denomine o fenômeno de “gaytrificação” dada essa especificidade). Esse fenômeno pôde ser visto em diversos outros lugares, como nos bairros Castro na cidade norte-americana São Francisco, e Marais em Paris.

Via de regra, regiões marginalizadas que historicamente são ocupadas por homens gays que exploram o potencial sexual de tais espaços criam uma cultura gay. Esse estilo de vida é entendido como valor para o mercado imobiliário, que então usa de tal narrativa para vender unidades nessas regiões, expulsando tanto gays mais pobres que frequentam a região, quanto lésbicas, travestis, transexuais, etc.

Na gestão de Bruno Covas e João Dória na cidade de São Paulo, houve tentativa de transformação do Largo do Arouche em “Petit Paris” ou “Boulevard Francês”. Uma estratégia gentrificadora que pretendia “recuperar” o projeto original de urbanismo francês da praça, apagando toda a ocupação e reapropriação histórica do Arouche. A palavra “revitalização” por muitas vezes foi utilizada para descrever a proposta do projeto de inspirações francesas, porém, essa nomenclatura não só desconhece como invisibiliza a ocupação existente no Arouche, que é permeada por amor, conflito, disputa, música, cães e até o próprio verde do Largo, o que demonstra que não se trata de um espaço vazio e sem vida.

Em maio de 2019, a prefeitura de São Paulo deu início a um projeto urbanístico na região, uma reformulação da proposta anterior, que foi alvo de críticas pelo seu aspecto e origens higienistas, que ameaçavam a presença da diversidade dos moradores e usuários, assim como suas culturas, favorecendo o consumidor com maior poder aquisitivo e desconfigurando o caráter histórico da região. Como forma de manifesto, os tapumes das obras foram *hackeadas* com imagens do projeto de documentação

fotográfica e audiovisual dos ocupantes desse espaço histórico de resistência LGBTQIA+ na cidade de São Paulo, Famílias no Arouche. O projeto é da Casa da Lapa e integração/participação do Coletivo Arouchianos.

Além das questões sociopolíticas que envolvem o território, o Largo do Arouche também é marcado pela arborização e questões socioambientais de saneamento básico. São destaques na praça a Chichá (*Sterculia striata*), árvore centenária que comumente é lembrada por remontar o passado da cidade de São Paulo; e a figueira ou falsa seringueira (*Ficus elastica*), memorável enquanto uma das árvores de maior porte presentes na praça, bem como por ser ponto comum para urinar. Essas duas árvores são elementos que possuem forte correlação com a memória uma vez que tem a capacidade de remontar memórias afetivas do passado dos frequentadores. É importante ressaltar que a presença de árvores no espaço público possibilita experiência com a natureza, sombra, umidade e sensação de conforto e bem-estar. Porém, apesar desse aspecto, a região é marcada por questões socioambientais que envolvem a urina em espaço público como ocorre na figueira e nos arredores do mercado das flores. O cheiro de urina é comumente lembrado por frequentadores da região e denuncia a ausência de banheiro público.

FONTES DE PESQUISA

Coletivo Arouchianos

Entrevista com Neon Cunha, realizada em junho de 2022.

WikipraçaSP Arouche • Cartografia Largo do Arouche - Wikipraça / Wikipraça SP Arouche • Kumu

SCIFONI, Simone; BEUCLAIR, Helcio. Largo do Arouche, São Paulo. Por um Patrimônio LGBTQIAPD+ Nacional. Nakamuta, Adriana (org). **Arte, cidade e patrimônio: futuro e memória nas poéticas contemporâneas**. Rio de Janeiro: Automática Edições, 2021.

REPEP. **Dossiê do Inventário Participativo Minhocão contra gentrificação**. São Paulo, 2019. Disponível em: bit.ly/minhocaocontragentrificao

OUTRAS REFERÊNCIAS CULTURAIS RELACIONADAS

Atividades Culturais de Rua, Calendário LGBTQIA+, Chichá, Famílias LGBTQIA+, Estátua Luiz Gama, Estátua Depois do Banho, Estátua Amor Materno

Museu da Diversidade Sexual



Estação do metrô República. Entrada do museu dentro da estação do metrô República. Foto: Simone Scifoni, 2022.

O Museu da Diversidade Sexual (MDS) é uma instituição museológica dedicada à preservação, valorização e exposição memorial da comunidade LGBTQIA+. Surgiu em 2012, com a ideia de romper com os formatos tradicionais geralmente encontrados em museus, a partir da busca pela proximidade com o movimento social LGBTQIA+. Assim, inclui membros e coletivos pertencentes a comunidade (a exemplo do Coletivo Arouchianos) com o objetivo de refletir sobre a diversidade sexual e de gênero a partir de sua história e reflexão política, como intuito de auxiliar na busca por uma plena promoção de direitos a sociedade civil. Sua localização na estação República do metrô, do lado de fora das catracas, potencializa as possibilidades de interlocução com o público, que engloba usuários de transporte público, pessoas moradoras

do entorno e outras pessoas espontâneas que podem estar presentes em visitas e ações extramuros. Aos arredores da estrutura, como é comum do território em que se encontra, pode-se notar um maior número de circulação de pessoas LGBT, sobretudo mulheres trans e travestis, muitas vezes advindas do acesso pela rua do Arouche, em comparação a outros pontos da cidade. O Museu da Diversidade Sexual é uma ferramenta de mediação, educação e política que convida o público a compreender seus corpos, lugares e histórias como parte do patrimônio e da museologia. O MDS é, assim, também um centro de sociabilidade, lugar de acolhimento, de ser e estar.

Criado como Centro de Cultura, Memória e Estudos da Diversidade Sexual do Estado de São Paulo, foi a primeira iniciativa da América Latina e do hemisfério sul com proposta de trabalhar

exclusivamente a temática da diversidade sexual. Em 2018, o Centro de Memória ganhou o estatuto de museu pelo Decreto nº 63.375 que confere as seguintes atribuições:

1. formação de acervo, divulgação e publicação de documentos, estudos, relatos, depoimentos e outros materiais referentes à memória e à história política, econômica, social e cultural da comunidade LGBT no Brasil;
2. promoção e apoio a eventos culturais, cursos, conferências, palestras e pesquisas, com o objetivo de promover e divulgar a produção cultural relacionada com a diversidade sexual. (São Paulo, 2018)

O MDS recebe em sua programação exposições temporárias e itinerantes que ocupam outros museus do Estado de São Paulo. As exposições são de autoria de artistas que tratam sobre a diversidade sexual, ativismo LGBTQIA+ e a história sociocultural da comunidade. Destacamos entre as exposições feitas: *As representações LGBT na música brasileira* (2016); *Mostra Solidão* (2017-2018), trazendo o tema da exclusão social experienciada por jovens e idosos LGBTQIA+ e *Plural 24h* (2019), refletindo sobre o dia-a-dia LGBTQIA+ por meio de fotos e desenhos. Durante a pandemia, o museu lançou a exposição *Queerentena* com artistas LGBTQIA+ brasileiros que produziram arte durante esse período. A exposição foi um sucesso, pois o MDS foi o segundo museu paulista mais visitado em 2020 (Bonin, 2021). Muitas das pessoas que trabalham no museu também fazem parte da comunidade LGBTQIA+, o que confere sensibilidade à produção da programação, às atividades educativas e ao acolhimento e respeito aos visitantes, além de destacar o compromisso social da instituição.

Ademais, o espaço é gratuito, possibilitando que os visitantes possam entrar a qualquer momento de seu período de funcionamento, a exemplo da própria equipe deste inventário aqui tratado, que fez uso do espaço para reuniões. É alojado (até o ano de escrita des-

te documento), em uma estrutura de pequeno porte, sendo que sua expansão foi inicialmente anunciada em 2014, através de sua transferência para o Casarão Franco de Mello, na Avenida Paulista, região nobre de São Paulo.

É discutido que, embora sua ampliação seja desejada, a mudança de local resultaria em uma direta ruptura contextual histórica entre o equipamento e o território da região da República e o Largo do Arouche, uma vez que o museu está interligado ao território pela proximidade física e simbólica, somando mais de 60 anos de ocupação por membros da comunidade LGBTQIA+. Cabe destacar que as pessoas frequentadoras são, em sua maioria, oriundos de classes mais baixas, moradores de pontos extremos da cidade e bolsões periféricos da área central, assim como corpos pretos, pardos, indígenas e muitas vezes migrantes e imigrantes.

Dessa forma, alguns movimentos sociais logo mostraram-se contra a saída do museu de sua sede no metrô da República. Em dezembro de 2021, foi anunciado que o museu permaneceria no metrô República, porém com espaço maior: de 100 m² passaria a ocupar uma nova área, de 540 m² (Pinhoni, 2021). O MDS também seria ampliado com outra sede na Alameda Santos, rua paralela à Avenida Paulista, imóvel já pertencente ao Estado de São Paulo, com aproximadamente 1000 m² ¹.

Já em 2022, o MDS, prestes a comemorar 10 anos de formação junto à inauguração de sua ampliação no metrô República, que estava planejada para junho do mesmo ano, teve sua programação interrompida após decisão judicial que declarava seu fechamento por tempo indeterminado. Às vésperas da inauguração de *Duo Drags*, exposição com diversas fotografias com artistas da arte drag em São Paulo, de autoria de Paulo Vitale, o equipamento recebeu pedido de suspensão do contrato entre a Secretaria da Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo e o Instituto Odeon, organização social que faz a gestão atual do MDS.

1 Informação verbal do Secretário Sérgio Sá Leitão m 9 de março de 2022, durante Seminário Museu Da Diversidade Sexual: A Escuta E A Construção De Novos Caminhos.

De autoria do deputado estadual Gil Diniz (PL), o pedido questiona a legalidade contratual e a idoneidade do Instituto Odeon devido aos valores repassados. A decisão judicial gerou imensa comemoração do deputado em suas redes sociais, comemoração essa feita com discursos preconceituosos. Embora não imponha o fechamento do museu, na prática, a decisão judicial inviabiliza seu funcionamento. Dentro do contexto político atual, a descontinuidade do MDS reflete o crescimento das violências e repressões à comunidade LGBTQIA+ dos últimos anos.

Na fachada do museu, na época de seu fechamento, cartazes e faixas se tornaram presentes, pedindo sua reabertura. Em protesto, cerca de 100 pessoas se reuniram, como as drag queens Kaká Di Polly e Salete Campari, a ativista Neon Cunha, dentre outras personalidades. Em junho do mesmo ano de 2022, na parada LGBT de São Paulo, foi apresentado o Bloco Museu da Diversidade Sexual (Re)Existe, criado para atrair visibilidade ao impasse.

Pronunciamentos pela reabertura do museu também seguiram nas redes sociais, com inúmeras declarações levantando a importância da salvaguarda da memória da comunidade e cobrando os órgãos públicos a agirem. Uma dessas manifestações foi a petição pública *Pela Imediata Reabertura do Museu da Diversidade Sexual do Estado de SP*, elaborada em 13 de maio de 2022 pelo Coletivo Arouchianos.

No dia 31 de agosto de 2022, o Museu da Diversidade Sexual foi enfim reaberto.

FONTES DE PESQUISA

BONIN, Robson. Museu da Diversidade Sexual vira fenômeno de público em 2020. **Veja**, 28 janeiro de 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/museu-da-diversidade-sexual-vira-fenomeno-de-publico-em-2020/>. Acesso em julho 2022.

Coletivo Arouchianos LGBTHQIAPD+. **O Museu da Diversidade precisa e vai ficar integralmente na região da República e do Largo do Arouche**. 17 de ago. de 2021. Facebook: Arouchianos. Disponível em: <https://m.facebook.com/Arouchianos/posts/2064049130420306>. Acesso em: maio de 2022.

IKEDA, Rafael. **Bloco Museu da Diversidade Sexual (Re)Existe**. Deu Click, São Paulo, 16 de jun de 2022. Disponível em: <https://deuclick.com.br/2022/06/bloco-do-museu-da-diversidade-sexual-reexiste/>. Acesso em: 1 de jul de 2022.

Museu da Diversidade em São Paulo fecha após decisão judicial. **Nexo**, 2022. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/extra/2022/04/30/Museu-da-Diversidade-em-S%C3%A3o-Paulo-fecha-ap%C3%B3s-decis%C3%A3o-judicial>. Acesso em: maio de 2022.

PAULO VITALE. **Por enquanto só podemos ver a exposição pela vitrine**. 30 abr. 2022. Instagram: @paulovitale. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CdBw_jLJmEU/?utm_source=ig_web_button_share_sheet. Acesso em: 30 de jun de 2022.

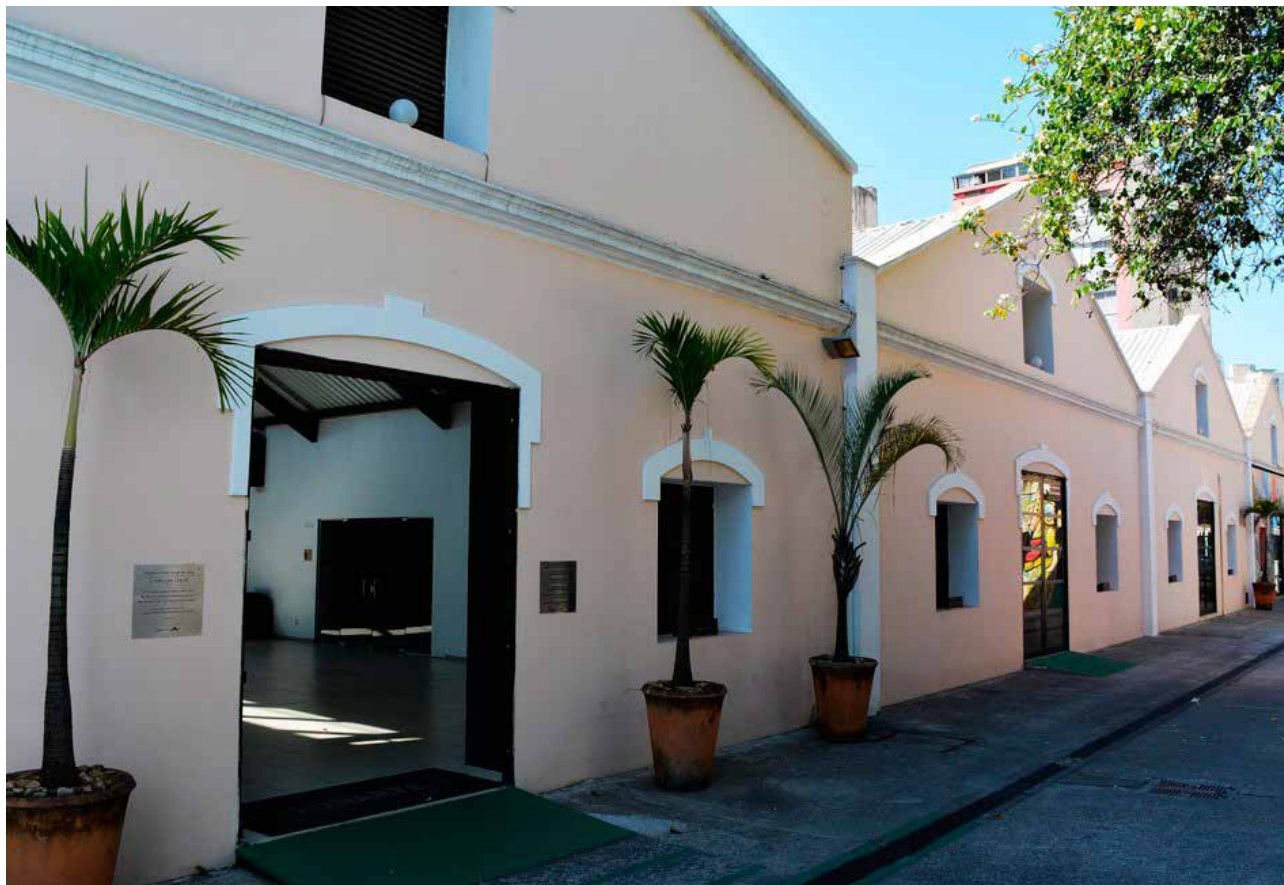
PINHONI, Marina. Governo de SP anuncia expansão do Museu da Diversidade Sexual e criação dos museus da Favela e das Culturas Indígenas. **G1**, 6 dezembro de 2021. Disponível em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/12/06/governo-de-sp-anuncia-expansao-do-museu-da-diversidade-sexual-e-criacao-dos-museus-da-favela-e-das-culturas-indigenas.ghtml>. Acesso em julho 2022.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 63.375**, de 04 de maio de 2018. Altera a denominação e a área do equipamento cultural que especifica, da Secretaria da Cultura, e dá providências correlatas. São Paulo, Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2018.

OUTRAS REFERÊNCIAS CULTURAIS RELACIONADAS

Praça da República, Largo do Arouche, Calendário LGBTQIA+

Ocupação em Arte e Cultura LGBTQIA+



Galpões Lulu Librandi, no Complexo Cultural Funarte. Fonte: reprodução Funarte.

Na região do Arouche existem diferentes espaços de cultura que oferecem programação e dão espaço a diferentes iniciativas artísticas e culturais LGBTQIA+, por meio de múltiplas linguagens. Embora não sejam lugares voltados exclusivamente para a comunidade LGBTQIA+, as instituições são importantes para fomentar e apoiar ações feitas por artistas e grupos da comunidade. O Arouche é um território de memória LGBTQIA+, historicamente ocupado pela comunidade. Dessa forma, ao longo da história da comunidade na região, surgiram diferentes ocupações culturais, promovendo ações e iniciativas artísticas e culturais. A seguir exemplificaremos algumas dessas ocupações artísticas e sua importância para o território e para as pessoas que o ocupam.

É importante, ao falar de ocupações culturais no Arouche, mencionar a linguagem teatral. Primeiro, pela potência de diversas performances

realizadas pelo território. Segundo, pela quantidade de grupos de teatro atuantes e teatros existentes na região próxima. Todos esses espaços atuam a partir de diversas frentes, mas sempre se relacionando com o território do entorno. O Galpão Folias, por exemplo, possui um sistema de credenciamento para os moradores do bairro, uma iniciativa para incentivar a participação dos mesmos em suas atividades. Já a Matilha Cultural oferece diversas oficinas. Os Galpões da Funarte possuem usos diversos, não exclusivos para o teatro, apesar de serem pontos de encontro antes e após espetáculos. É importante ressaltar que todos esses espaços são de fundamental importância para a comunidade LGBTQIA+, os palcos oportunizam performances e fomentam a liberdade de expressão dos indivíduos desse grupo.

Esses locais, bem como os museus, são centros importantes para a construção de conhecimento e preservação da memória e saberes da ocupação LGBTQIA+ na região. Muitos deles, como é o

caso dos Galpões Funarte, Instituto Pólis, Biblioteca Mário de Andrade, Aparelha Luzia, Geledés, entre outros, oferecem diversas oficinas e ações educativas voltadas para a formação de públicos variados. O Instituto Geledés, em especial, foca em uma formação antirracista, oferecendo também acessórias para estudos territoriais. Bem como o Aparelha Luzia, espaço cultural e quilombo urbano, que também oferece diversas atividades formativas sobre questões étnico-raciais.

Além do teatro e das formações, há muitas ações voltadas para o audiovisual. O cinema da Galeria Olido é um desses locais. Como o cinema faz parte do Circuito SPcine (iniciativa governamental para incentivar a população a consumir diversas produções cinematográficas), o ingresso possui um preço muito atrativo e títulos em cartaz muito relevantes para as discussões existentes dentro da comunidade LGBTQIA+, exibindo grandes nomes como Rafiki, filme lésbico queniano, e organizando rodas de discussão após algumas sessões.

Exemplo de lugares de Ocupação em Arte e Cultura LGBTQIA+:

Galpões Funarte: Alameda Nothmann, 1058 - Campos Elíseos

Teatro de Arena: Rua Dr. Teodoro Baima, 94 - Vila Buarque

A Próxima Companhia: Rua Barão de Campinas, 529 - Campos Elíseos

Galpão do Folias: Rua Ana Cintra, 213 - Santa Cecília

Matilha Cultural: Rua Rêgo Freitas, 542 - República

Galeria Olido: Avenida São João, 473 - Centro

Teatro Itália: Avenida Ipiranga, 344 - República

Biblioteca Mário de Andrade: Rua da Consolação, 94

Galeria Metrôpole: Avenida São Luís, 187 - República

Instituto Pólis: Rua Araújo, 124 - Vila Buarque

Aparelha Luzia: Rua Apa, 78 - Campos Elíseos

SP Escola de Teatro: Praça Franklin Roosevelt, 210 - Consolação

Satyros: Praça Franklin Roosevelt, 134 - Consolação

Espaço Parlapatões: Praça Franklin Roosevelt, 158 - Consolação

Teatro Espaço Confraria: Rua Quatorze de Julho, 74 - Consolação

Instituto Geledés: Rua Santa Isabel, 137 - República

FONTES DE PESQUISA

REPEP. **Dossiê do Inventário Participativo Minhocão contra gentrificação**. São Paulo, 2019. Disponível em: bit.ly/minhocaocontragentrificao

OUTRAS REFERÊNCIAS CULTURAIS RELACIONADAS

Geledes, Aparelha Luzia, Atividades Culturais

Praça da República



Atividade educativa na Praça da República, primeiro circuito de ativação de memórias LGBTQIA+ do Museu da Diversidade Sexual em abril de 2022. Fonte: MDS/ reprodução Facebook.

Circundada pela Av. Ipiranga, pela Av. São Luís e pelas ruas Marquês de Itu e Joaquim Gustavo, a Praça da República é uma das principais centralidades de São Paulo. Sua localização e a presença do metrô a configuram como um ponto de encontro para diferentes públicos, em especial o público LGBTQIA+, que historicamente tem na região - Praça da República e suas imediações - uma importante referência. É o polo de diversos estabelecimentos voltados para a comunidade na região em logradouros próximos, especialmente no Largo do Arouche e nas ruas Vieira de Carvalho e Rego Freitas. Entre esses estão restaurantes, bares, boates,

saunas, sex clubs, cinemas, motéis, lojas e o Museu da Diversidade Sexual.

A praça da República consiste em uma quadra arborizada, bastante utilizada por moradores, comerciantes e turistas. Abarca uma ocupação popular, com feiras de artesanatos, barracas de comidas urbanas típicas da cidade (de acarajé, pastel a yakissoba). Também atua como palco de eventos organizados pela municipalidade ou não como festa junina e comícios políticos. Tradicionalmente é também um dos principais pontos de sociabilidade da comunidade LGBTQIA+, com o Largo do Arouche com o qual faz um complexo de roteiros dessa temática.

A área é utilizada por classes mais baixas da comunidade LGBTQIA+, desde a década de 1950. A praça fazia parte do roteiro do “footing”, costume de se andar a carro ou a pé e paquerar ou “pescar”. Durante a década de 1960 o uso da região pela comunidade LGBTQIA+ foi impulsionado pela construção da Galeria Metrôpole, na qual o flerte ocorria nos encontros das escadas rolantes. Com a decadência dos cinemas de rua, as salas da região passam a ser cada vez mais ocupada pelo público gay à procura de encontros e sexo.

Na praça, concentravam-se as práticas de sociabilidade e encontros e prostituição masculina e de travestis. A praça possuía um banheiro público que era utilizado como ponto de encontro e pegação na década de 1960. O banheiro se localiza no subsolo da praça, que hoje está fechado para uso. O abandono das salas de cinema seguia a migração dos investimentos e práticas sociais para a av. Paulista, deixando o centro da cidade. Sobem para o espigão as “bichas finas” e, no centro, ficam as “bichas pobres” e as “bichas velhas”.

Nas décadas de 1970 e 1980, entretanto, o movimento do desbunde, a repressão da ditadura militar e a construção do metrô, fizeram com que a maior parte da ocupação se deslocasse para outras ruas do entorno (PERLONGHER, 1987). A praça, porém, assim como todo o roteiro de circuitos LGBTQIA do eixo República Arouche, manteve-se. Ainda durante a Ditadura Militar, foi parte do trajeto do ato contra a violência policial dirigida aos homossexuais e prostitutas. Entoando frases como “abaixo a repressão, mais amor e mais tesão!”, o grupo de cerca de 500 pessoas exigiram a remoção do delegado Wilson Richeti.

Em 6 de fevereiro de 2000, o local ficou marcada pelo assassinato de Edson Nêris da Silva, que passeava de mãos dadas com seu companheiro Dario Pereira Netto, quando foram agredidos pelo grupo de neonazistas Carecas do ABC. Com tal crime de ódio, o espaço teve sua força renovada quanto à luta pela igualdade de direitos LGBTQIA+. Em 2012 foi criado o Museu da Diversidade Sexual, o primeiro da América Latina e terceiro no mundo. Dentro da estação de metrô, o museu tem como objetivo pesquisar e divulgar o patrimônio histórico e cultural da comunidade LGBTQIA+ e

também serve de acolhida tanto para jovens adolescentes buscando se encontrar quanto para pais de jovens gays buscando compreender seus filhos.

A reforma da praça em 2007, especialmente a nova iluminação, fez com que houvesse uma redução no número de travestis, transexuais e michês que trabalhavam ali. Segundo um dos entrevistados, o deslocamento se deu para as ruas contíguas e também para a Praça Dom Penteado, em frente à balada Love Story. Tal reforma, entretanto, é apontada por muitas pessoas como agente na diminuição da insegurança do local. Alguns dos entrevistados apontaram, ainda, para um “aumento do IPTU”, em contrapartida da “diminuição da degradação” da região no período de 2000 a 2010; para eles, a degradação estaria relacionada ao que a sociedade considera como “pessoas degradadas”, ou seja, “bichas, skatistas, trans”, etc.

FONTES DE PESQUISA

GREEN, James N. Abaixo a repressão, mais amor e mais tesão: uma memória sobre a ditadura e o movimento de gays e lésbicas de São Paulo na época da abertura. **Revista Arquivo Nacional**, v 27 n 1. Ditadura e transição democrática no Brasil. P 53-82. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/issue/view/42>>

NA av. São João, passeata pede o fim da violência. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 jun 1980 Necrologia/Política, p.10

PERLONGHER, Nestor. **O negócio do michê**. 1aed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.

TOOGE, Rikardy. Praça Da República: Do Pasto Ao Moderno, A Praça Que Cresceu Com A Metrôpole. **São Paulo in Foco**. 14 de maio de 2014. Disponível em:<<http://www.saopauloinfoco.com.br/praca-republica>>. Acesso em: 21 de julho de 2018.

SÃO PAULO em Hi Fi. Direção: Lufe Steffen. Brasil, 2016. DVD

OUTRAS REFERÊNCIAS CULTURAIS RELACIONADAS

Arte de Urbana de Resistência, Atividades Culturais, Blocos LGBTQIA+, Calendário LGBTQIA+, Carnaval de Rua, Coreto, Ruas de Trabalho

Ruas de Trabalho



Trabalhadora na esquina da Rua Bento Freitas com General Jardim, foto da Ocupação PUTA anti-gentrificação, edição Mixto Quente na Bienal de Arquitetura, 2017. Fonte: Nato Hollinger Iotti/ reprodução Archdaily

Locais em que ocorre o trabalho de profissionais do sexo, em particular mulheres travestis e transexuais, mas também de homens, garotos de programa. São exemplos desses espaços: Rua Rego Freitas; Bento Freitas; Amaral Gurgel; Santa Isabel; Marques de Itu; Major Sertório; General Jardim; Dr. Teodoro Baima; Epitácio Pessoa; General Jardim; Santa Isabel. Largo do Arouche e Praça de República

Essas ruas são locais tradicionais de trabalho, há pelo menos, 30 anos. Contra moralismos opressores, a prostituição é o único meio de sobrevivência de muitas pessoas. Em momentos de maior repressão social e policial, o número de ruas diminui drasticamente, resultado do aumento de violência, batidas e revista policial e ações contra os locais de trabalho (fechamento de hotéis e bares). Atualmente, apenas três quarteirões da rua Rego Freitas, próximos ao Largo do Arouche, têm concentrado pessoas trabalhadoras. As ruas de trabalho são compostas também por hotéis (motéis), saunas e bares, onde há um número considerável de travestis, mulheres transexuais, homens gays e bissexuais que se prostituem. As ruas mais frequentadas antigamente eram o lado esquerdo da Rua Amaral Gurgel. Hoje, perce-

be-se que há maior uso da região direita da Rua Amaral Gurgel até a Rua Bento Freitas e entre a Rua Bento Freitas até a Avenida São João que são espaços em processo de gentrificação.

A ocupação das ruas como local de trabalho muda com o tempo e com as repressões urbanas, de violências policiais a projetos de intervenção que visam remoção e “limpeza”, expulsando camadas sociais de baixa renda da região. Ressalta-se que legalmente, não há dispositivo de criminalização da prostituição na legislação brasileira. Isso ocorre pois o trabalho é feito “por conta própria e o trabalho sexual individual e independente não é um crime segundo a lei brasileira” (HELENE, 2017).

A ocupação também é marcada por grupos sociais, conformando territórios específicos onde trabalham as mulheres, outras ruas onde ficam travestis e transexuais, e ruas exclusivas de homens. Em reportagem de 1979, Ricardo Kostcho relata que “o corpo a corpo por um bom programa começou a ser disputado mais nas ruas do que nos ambientes fechados”. Seja como forma de complementação de renda ou forma de subsistência trabalhar nas ruas com a prostituição dos corpos foi a saída encontrada por muitas pessoas:

Das senhoras de meia-idade, dos corceis e chevettes na caça de mancebos bem-providos, disputados, disputados também por homossexuais elegantes, aos travestis que se multiplicam como borboletas, ao lado do mercado convencional das prostitutas profissionais, desenvolve-se uma batalha que não tem mais hora nem lugar. (KOSTCHO, 1979).

A região do lado esquerdo da Rua Amaral Gurgel, foi bastante ocupada na década de 1970. As ruas da Vila Buarque eram conhecidos como pontos de prostituição de mulheres, porém hoje dificilmente são encontradas pessoas trabalhando nas ruas.

A Rua Rego Freitas é conhecida por um forte movimento de trabalhadoras e trabalhadores. Porém, em decorrência de um processo gentrificador que está acontecendo na região, as trabalhadoras do sexo foram se concentrando em esquinas específicas. Essa característica é presente em toda a região central, pois as trabalhadoras ficam mais próximas dos motéis onde prestam atendimento. Como exemplo, o Motel Kalipha, R. Rego Freitas, 377, é um dos principais locais de trabalho delas.

Já a Praça da República sempre foi um local de grande movimentação das pessoas profissionais do sexo. Atualmente a Praça tem passado por um processo de gentrificação que retira esses profissionais dali, fazendo com que as garotas e garotos de programa ocupem as ruas em volta da praça. O Largo do Arouche também está passando por um processo de expulsão social. Hoje dificilmente as “michês” são encontradas por lá.

A Rua do Arouche é uma rua historicamente conhecida por ter bastante homens gays se prostituindo, por mais que hoje em dia seja raro. A região do baixo Rego Freitas, entre a rua Santa Isabel e o Largo do Arouche também eram pontos só de homens.

Hoje, existem poucos pontos fixos de prostituição nas ruas. Isso acontece pela falta de segurança dos locais, pela repressão social e policial que aumentou drasticamente com a especulação imobiliária da região, o processo de gentrificação e retomada da burguesia ao centro. Isso faz com que as e os profissionais do sexo tenham que ficar se movimentando ou mesmo esperando clientes

em ruas escuras e mal sinalizadas, colocando ainda mais em risco segurança.

Como exemplo de ação de remoção, em 2017, a prefeitura de São Paulo fechou hotéis e “inferninhos” no quadrilátero das ruas Marquês de Itu e Rego Freitas (G1, 2017). Junto a essa ação, muitas trabalhadoras foram violentadas pela polícia e algumas detidas (REIS, 2017). A ocupação PUTA anti-gentrificação durante a 11ª Bienal de Arquitetura de São Paulo, no Instituto de Arquitetos do Brasil (IABsp), que fica na rua General Jardim, promoveu um evento-manifesto intitulado *Mixto Quente: Arquitetura Puta na Cidade*. No evento teve ocorrido a exibição de documentário; debate sobre o lugar da prostituição na cidade, com a participação de Amara Moira, Betania Santos, Erika Hilton, e Thaís Mayume; e, desfile da grupe DASPU com participação do movimento de prostitutas e da região do entorno (HELENE, 2017).

FONTES DE PESQUISA

HELENE, Diana. As primeiras a serem expulsas são as prostitutas. **FeminisUrbana** (blog), dezembro 2017. Disponível em : <https://feminismurbana.wordpress.com/2017/12/02/as-primeiras-a-serem-expulsas-sao-as-prostitutas/>

HELENE, Diana. O movimento social das prostitutas e o direito à cidade para as mulheres. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13 th Women's Worlds Congress, **Anais...**, Florianópolis, 2017,. IEG/UFSC, Florianópolis, 2017.

KOSTCHO, Ricardo. As loucas noites desse tempo de crise. **Jornal da República**, edição 97, 18 de dezembro de 1979, p. 18. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=194018&pesq=%22Ricardo%20Kostcho%22&pagfis=1662>

REIS, Vivian. Travestis são detidas e acusam PMs de abuso de autoridade no Centro de SP. **G1 SP**, 20 de outubro de 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/travestis-sao-detidas-e-acusam-pms-de-abuso-de-autoridade-no-centro-de-sp.ghtml>

OUTRAS REFERÊNCIAS CULTURAIS RELACIONADAS

Calendário LGBTQIA+, Circuito das Saunas e Cinemas, Circuito dos Bares, Baladas e Restaurantes, Largo do Arouche

Sindicato dos Artistas



Avenida São João, 1086 - Campos Elíseos. Espetáculo sem artistas em defesa da classe de trabalhadores. Fonte: Sindicato dos Artistas e Técnicos de Espetáculos e Diversões do Estado de São Paulo, 2017.

O Sindicato dos Artistas faz parte de algumas referências culturais ligadas a uma ação sindical e profissional engajada e resistente à Ditadura Militar. Nesse período, as entidades sindicais tiveram, em suas ações, um enfrentamento político aos instrumentos ditatoriais, como a censura e a repressão, com atos e movimentos que os desafiavam. O sindicato atuou no combate à censura que se impunha aos espetáculos teatrais em um momento no qual muitos artistas estavam sendo presos ou perseguidos. Na década de 1980, incorporou também a luta contra a discriminação em função da AIDS e pela preservação de espaços culturais sob ameaça de fechamento.

O Sindicato dos Artistas (Satesdsp-Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversão), criado em 1934, tem uma trajetória de lutas e conquistas da classe. Segundo o diretor

do teatro, Paulo Delmontes (nome artístico), a classe era vista com preconceitos e que:

Os pais aconselhavam as filhas a não seguirem essa carreira porque era coisa de prostituta e viado. A Dercy Gonçalves dizia que tinha uma carteira de identificação que era igual a das garotas de programa, então você vê que a coisa era bem difícil.

Segundo ele, nos anos 1920 começou a luta da classe para poder regulamentar a profissão, houve todo um processo de discussões, se juntaram artistas de teatro, circo, dança, de ópera, entre outros, para finalmente se criar a lei regulamentatória de 1974. A partir daí, iniciou-se outra luta para se fazer cumprir a lei, com direitos e deveres tal como os demais trabalhadores.

Os anos 1980 e 1990 também foram marcantes por conta da luta contra a discriminação aos portadores do vírus da AIDS. Segundo Paulo Delmontes, nos anos 1990 morriam três ou quatro artistas por dia em decorrência da doença. Foi criado então o Fundo de Assistência ao Artista e Técnico (FAAT), junto com Etty Fraser, Irene Ravache e Ester Góes para auxiliar pessoas que estavam doentes e que não podiam trabalhar, com uma ajuda mensal:

A Etty vendia nos teatros broches com o símbolo do teatro para poder angariar fundos e ajudar os artistas que estavam doentes. Foi terrível, perdemos muitas pessoas. Agora está melhor, mas ainda há perigo. Ainda mata essa doença, mas o sindicato sempre esteve presente nesses momentos²

Para ele, esse é o trabalho do sindicato, lutar por melhores salários, segurança no trabalho e saúde ocupacional.

Dentre as conquistas que o sindicato já logrou, pode-se citar: pisos salariais, dissídios coletivos de trabalho e o cumprimento da lei que regulamentou a profissão. A Lei 6.533, de 24/05/78, que regulamentou a profissão de artista e técnico de espetáculo, garantindo o reconhecimento de direitos trabalhistas mediante ao Ministério do Trabalho. O Sindicato se engajou e participou de diversas campanhas públicas, como nas Diretas Já, campanhas de interesses gerais da sociedade, como o “Fora Collor”, e lutas contra a censura durante o Regime Militar, entre 1968 e 1985, período este lembrado como um momento muito difícil, em que os teatros eram vandalizados e os atores, agredidos.

O Sindicato localiza-se em uma região de vários teatros de rua (Arena, Galpão Folias, Paiol Satyros e Espaço Parlapatões), além de estar próximo à Funarte e de alguns exemplos de espaços pioneiros, como, por exemplo, o Teatro Esparrama. Muitos trabalhadores deste segmento também moram nas proximidades, o que resulta

na formação de uma área da cidade concentradora de atividades e da população ligada à produção e realização de espetáculos teatrais.

FONTES DE PESQUISA

REPEP. **Dossiê do Inventário Participativo Minhocão contra gentrificação**. São Paulo, 2019. Disponível em: bit.ly/minhocaocontragentrificao

OUTRAS REFERÊNCIAS CULTURAIS RELACIONADAS

Teatro de Grupo, Atividades Culturais, Ocupação em Arte e Cultura LGBTQIA+, Performance Drag e Transformista

2 Entrevista realizada no dia 12/08/2016, às 15h, na sede do SATÉD-SP, por Yasmin Darviche e Mariza Azzi.

Sindicato dos Jornalistas



Rua Rego Freitas, 530 - República. Ato público pela democracia e por direitos, realizado no Auditório Vladimir Herzog, no Sindicato dos Jornalistas em 2018. Foto: Cadu Bazilevski/ Divulgação Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo.

Trata-se de referência cultural ligada à memória das lutas e da resistência à Ditadura Militar, por meio de ações sindicais de enfrentamento político ao Estado autoritário e ao seu aparelho repressivo. O Sindicato dos Jornalistas, particularmente durante a década de 1970, engajou-se no combate à censura, um dos instrumentos da ditadura que significou cerceamento do direito de informar, de criticar e de discordar. A ação dos aparelhos de repressão incidiu sobre os jornalistas que publicavam matérias ou notícias que desagradavam o regime militar e os políticos locais que o apoiavam. Particularmente após a decretação do AI-5, em dezembro de 1968, a censura ao trabalho dos jornalistas acentuou-se, o que significou o amordaçamento da imprensa (Brasil

Nunca Mais, Arquidiocese de São Paulo, 1985). O sindicato assumiu posicionamento mais ativo contra a repressão com a nomeação de Audálio Dantas, em 1975, que liderava o Movimento de Fortalecimento do Sindicato. O jornal “O Unidade” era o principal veículo do sindicato e foi este que denunciou a morte sob tortura do jornalista Vladimir Herzog nas dependências do DOI-CODI. Atualmente, o Sindicato possui a Comissão LGBTQIA+ que se organiza na luta contra a violência e a discriminação nas ruas e nos locais de trabalho.

O sindicato se instalou na região em função da necessidade de proximidade das empresas jornalísticas, a Folha de São Paulo, TV Tupi, O Estado de São Paulo, entre outras, que ficavam na região central da cidade. A referência cultu-

ral na categoria Lugar justifica-se em função do prédio do Sindicato ter se constituído um ponto de encontro e espaço que abriu suas portas não somente aos jornalistas contrários à Ditadura Militar, mas também para os debates e movimentos sociais. Em seu auditório, permanece a mesma estrutura de bancos e piso da época de sua instalação, a diretoria atual busca o tombamento do prédio como patrimônio cultural.

Da fundação, em abril de 1937, até 1975, a instituição foi marcada por diretorias conservadoras alinhadas à classe burguesa. Foi apenas em 1975 que o sindicato abraçou uma nova postura, contra as perseguições, prisões, torturas e arbitrariedades da Ditadura Militar. Neste ano ocorrem dois casos em sequência: a vitória da chapa de Audálio Dantas à diretoria e a morte do jornalista e diretor de jornalismo da TV Cultura, Vladimir (Vlado) Herzog. O caso de Herzog não foi o primeiro caso de morte sobre tortura de jornalistas, mas foi o que mais teve apelo na sociedade e no campo da profissão. O sindicato, junto a Clarice Herzog, viúva de Vlado, organizou o ato ecumênico na Catedral da Sé, celebrado por cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, rabino Henry Sobel e reverendo James Wright e que viria a ser um dos grandes atos civis do processo de redemocratização. A edição do jornal mensal do sindicato, *Jornal Unidade*, seguinte à morte de Vlado, foi quase inteiramente dedicada à morte do jornalista. No ano seguinte, a instituição encaminhou à Justiça Militar o manifesto “Em nome da verdade”, assinado por jornalistas, que contestava a versão oficial da morte de Herzog e exigia explicações.

Atualmente, o auditório do sindicato, nomeado Vladimir Herzog, é aberto para usos de grupos ligados a movimentos e questões sociais, um “espaço democrático para a sociedade civil”, segundo o entrevistado André Freire, secretário geral da instituição. O sindicato tem filiação com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), sendo um grande ponto de defesa a jornalistas freelancers e continua sustentando o legado que se formou durante a Ditadura, colocando-se a serviço de grupos sociais.

Em 2017, foi criada uma Comissão LGBTQIA+ no Sindicato como resposta ao momento

político de redução de direitos dos trabalhadores, como a Reforma da Previdência e a precarização das condições de trabalho. Os jornalistas decidiram criar uma comissão para debater questões relativas aos profissionais LGBTQIA+ que envolvem assédio e discriminação no mercado de trabalho, principalmente na oferta de emprego formal a travestis e transexuais. A iniciativa busca a igualdade e a dignidade para toda a categoria.

FONTES DE PESQUISA

André Luiz Freire, Secretário de Relações Sindicais e Sociais

INSTITUTO Vladimir Herzog. **Em nome da verdade**. Disponível em: <https://vladimirherzog.org/manifesto-em-nome-da-verdade/>. Acesso em 21 jun 2019

REPEP. **Dossiê do Inventário Participativo Minhocão contra gentrificação**. São Paulo, 2019. Disponível em: bit.ly/minhocaocontragentrificao

OUTRAS REFERÊNCIAS CULTURAIS RELACIONADAS

Calendário LGBTQIA+, Ocupação em Arte e Cultura LGBTQIA+

Marcadores de Tempo

Calendário LGBTQIA+

Calendário LGBTQIA+



Rosely Roth, do GALF, discursando no Ferro's Bar no dia 19 de agosto de 1983, hoje considerado o Dia do Orgulho Lésbico. Fonte: Um Outro Olhar, 2018.

O calendário LGBTQIA+ é formado por um conjunto de datas e acontecimentos que marcam a história LGBTQIA+ na área central de São Paulo e no Arouche. As datas estão relacionadas a momentos históricos de organização e luta dos grupos LGBTQIA+, dias marcados pelo controle, violência, crimes e repressões policiais que não devem se repetir e organização dos movimentos sociais e a conquista de direitos sociais e culturais. O conjunto das datas é importante, pois localiza no tempo a trajetória das comunidades.

A história rumo à liberdade de expressar a sexualidade e gênero fora dos padrões cis e heteronormativos é imemorial e atravessa os séculos assim como as sociedades, cada qual com seus padrões aceitáveis de comportamento. No Ocidente, de forma geral, é no pós Segunda Guerra que se inicia um movimento

pela liberdade sexual e identitária. No Brasil, o período coincide com o fim do período conservador e repressor de Getúlio Vargas. Em São Paulo, no centro se testemunhava o florescer da circulação de pessoas LGBTQIA+ em bares e boates em busca de sociabilização e flerte. Já as pegações ocorriam nos espaços privados como os cinemas e banheiros públicos ou na sombra de árvores das praças. As ruas entre a praça da República e o largo do Arouche começavam a se especializar para atender a esse grupo com saunas e casas noturnas. São Paulo seguia a tendência da cultura do pós Segunda Guerra ocidental, liderada pelos Estados Unidos e Europa.

No entanto, enquanto em 1968 ocorria a Rebelião da Stonewall, considerado marco inicial dos movimentos pelos direitos LGBTQIA+ dos Estados Unidos e que repercutiriam mundo afora, o Brasil passava pelos anos mais

repressivos e sangrentos da Ditadura Militar que se impusera desde 1964. A sexualidade e o comportamento marginais passaram a ser perseguidos sistematicamente pelo aparato estatal sob a lógica patriarcal e heterossexual brasileira da “moral e dos bons costumes”.

Poucos meses após Stonewall, o Governo Militar promulgou o Ato Institucional N. 5, fortalecendo a repressão às pessoas LGBTQIA+, com perseguições e encarceramentos autoritários. Já em 1969, por exemplo, 15 diplomatas foram cassados por posições contrárias aos ideais do Governo, sendo que sete desses foram expulsos com a justificativa de “prática de homossexualismo, incontinência pública escandalosa” (BRASIL, 2014).

Um cenário menos aterrorizante desponta com a promessa de uma abertura democrática durante a gestão de Ernesto Geisel (1974-1979). A partir dessa fresta democrática, grupos começam a se mobilizar a fim de se fortalecerem contra a violência estatal e pelo direito de existir e ser. Em 1978 foi lançado o Jornal Lampião (posteriormente rebatizado de Lampião da Esquina), primeiro jornal de grande circulação com temática homossexual e voltado para esse público. O corpo editorial do jornal fundaria logo depois o grupo SOMOS: Grupo de Afirmação Homossexual, primeiro grupo organizado dessa natureza de que se tem notícia. Em 1979, foi a vez das lésbicas criarem seu próprio batalhão de luta e expressão, o Grupo Lésbico Feminista (LF). Membras deste grupo publicaram o jornal ChanacomChana, revista escrita e dirigida às lésbicas que circularia pelo país fortalecendo um grupo duplamente reprimido: pelo seu gênero e por sua sexualidade. O LF e a revista teriam, em 1983, papel crucial no movimento LGBTQIA+ no Brasil. Foi a proibição da distribuição dessa revista em um bar no centro de São Paulo que deu início ao Levante do Ferro's Bar, um dos maiores marcos da história da luta gay no Brasil. É por conta dessa insurreição que 19 de agosto, dia do levante, é considerado o Dia do Orgulho Lésbico no país.

Com os grupos organizados, toma força as ações públicas por direitos. Na USP é realizada a Semana da Discussão sobre Minorias, em 1980, com a participação do grupo SOMOS. Tal participação é considerada a primeira exposição pública dos ativistas homossexuais. Nesse mesmo ano, seria fundado o Grupo Gay da Bahia, a mais antiga associação gay ainda em atividade no país. No ano seguinte o GGB iniciaria campanha nacional pela retirada da homossexualidade do Código de Classificação de Doenças do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Nacional. A classificação como doença era uma das raras instâncias em que se oficializava a discriminação. Em 1981 aconteceria o 1o Encontro Nacional de Grupos Homossexuais Organizados na Escola Paulista de Medicina, em São Paulo.

A censura pública e a repressão policial, contudo, continuavam como parte da engrenagem do controle governamental e apoiadas por parte da sociedade civil. O centro de São Paulo foi alvo de operações de “limpeza” com o objetivo de retirar das ruas e espaços públicos os homossexuais, travestis e prostitutas. A violência era tamanha que em 1979 mais de cem prostitutas decidiram confrontar a polícia e se reuniram na chamada Boca do Lixo e fizeram uma passeata de três horas. Em retaliação, a polícia aumentou o grau de violência em suas investidas. Em 1980, durante o governo de Paulo Maluf, foi anunciada a Operação Cidade, que se desmembrou em outras, como a Sapatão, em que foram detidas lésbicas em bares do centro, e a Tarântula, focada nas travestis. A “limpeza”, comandada pelo delegado Wilson Richetti, levou centenas de pessoas para fichamento nos cadastros policiais. Os policiais extorquiram as pessoas presas e abusaram sexualmente e executaram um número desconhecido de travestis (PONTE JORNALISMO, s/d).

Em meio ao medo, no entanto, o movimento pela liberdade continua. Em 1980 ocorreu a primeira passeata de homossexuais e travestis, em frente ao Theatro Municipal. No grupo de quase mil pessoas que corajosamente se opunha à ordem imposta pela Ditadura, juntaram-

se homossexuais, feministas e negros, também alvos da repressão policial. Entre gritos, rumaram pela avenida São João até o Largo do Arouche: “Ada, ada, ada, Richetti é despeitada”, “Abaixo o subemprego, mais trabalho para o negro”, “amor, tesão, abaixo a repressão” e “o Arouche é nosso”. (TREVISAN, 2018)

O relato de Rose Mancini descreve o sentimento de medo e de dever de comparecer ao ato:

“Contagiadas pelo medo, cada gesto era medido. Tínhamos que colher o momento crucial e estar no lugar certo para não só seguir um movimento, porém - mais do que isso - criar o evento (...) Porque as ofendidas eram as mulheres e as trans que do sexo viviam. E que ninguém defendia porque iam contra as regras do pai branco que queria dominar sem contrastes, eliminando fisicamente as diferenças e desigualdades. Nós estávamos ali para ir contra a marginalização, a misoginia e a morte. Contra as cicatrizes e a infecção do medo.” (MANCINI, 2012)

Nos anos 1980, uma doença abala a comunidade. Em 1983 foi declarada a primeira morte em decorrência da AIDS no Brasil. Os militantes mais uma vez se organizam e fundam o Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS (GAPA), a Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA), fundada por Herbert de Souza, o Betinho, e o Grupo Pela Vidda, fundado por Herbert Daniel, ex-militante da luta armada contra a ditadura. Esses grupos trabalhavam promovendo esclarecimento sobre HIV/AIDS, assistência aos soropositivos e seus familiares, assim como a garantia pelo reconhecimento do Estado e a garantia de direitos sociais.

No final da década, a redemocratização vai se tornando mais factível. Cassandra Rios, famosa escritora de temática lésbica e erótica, perseguida pelo governo e censurada tanto por este quanto pelos intelectuais, con-

corre à cadeira de deputada em São Paulo. No Rio de Janeiro, Herbert Daniel, publicamente homossexual, disputou o mesmo cargo, com pautas centradas nos direitos do público homossexual. Seria somente em 1992 que o Brasil teria seu primeiro político publicamente LGBTQIA+, com a eleição de Katia Tapeti, vereadora trans, mas as corridas de Hebert Daniel e Cassandra já indicavam o fim do aparato legal de repressão às minorias no qual se baseava o Estado nos anos de chumbo.

Em 1988, finalmente, é promulgada a Constituição Federal da redemocratização, garantindo a igualdade entre os cidadãos brasileiros. A Constituição também estabeleceu o Sistema Único de Saúde (SUS), que se tornaria uma importante instituição de saúde voltada à população LGBTQIA+. Nas décadas seguintes, o SUS se tornaria exemplo mundial de controle e combate ao HIV e criaria programas específicos para acolher a comunidade como os programas de redesignação sexual para pessoas trans.

Em 1985, o Conselho Federal de Medicina, pressionada pela campanha acampada pelo Grupo Gay da Bahia, retirou do Código de Doenças a Homossexualidade. Somente cinco anos depois, no dia 17 de maio 1990, a Organização Mundial da Saúde retirou a homossexualidade da lista de doenças. Esse dia é comemorado hoje como Dia Internacional contra a homofobia e a lesbofobia.

Grupos de ativistas seguem conquistando mais espaço para manifestar a diversidade sexual e identitária. No Itaim Paulista é realizada uma parada para demonstrar o orgulho LGBT, antes mesmo da Parada do Orgulho Gay na avenida Paulista, iniciada em 1997 (SANTOS, 2022). A primeira edição deste na avenida Paulista reuniu cerca de duas mil pessoas. Hoje, o evento, chamado Parada do Orgulho LGBT é parte do calendário oficial da cidade e é uma das maiores do mundo. Após seis edições do evento ocorre a Primeira Caminhada de Lésbicas e Bissexuais em São Paulo, na avenida Paulista, a fim de dar maior visibilidade às mulheres, invisibilizadas na so-

cidade misógina brasileira. Outras paradas ocorrem em diversos pontos da cidade e com grupos sociais diversificados, evidenciando, assim, as diferenças sociais existentes dentro da comunidade LGBTQIA+.

Com a democracia mais estável e maior liberdade de expressão, os grupos LGBTQIA+ podem, então, ampliar e fortalecer suas redes. Esse momento de respiro dá oportunidade para aprofundamentos sobre as questões identitárias e de sexualidade dentro da comunidade LGBTQIA+. Novas organizações surgem dando mais cores à comunidade e novos grupos conquistam a voz e se colocam por suas próprias palavras. Em 1992 é fundada a Associação de Travestis e Liberados (Astral), no Rio de Janeiro. Quatro anos depois ocorre o que é considerada primeira demonstração pública pelos direitos das pessoas intersexo, nos Estados Unidos. Já nos primeiros anos do século XXI, uma ocupação no Congresso Nacional exige ações contra a transfobia e um grupo de 27 pessoas trans lançam a campanha “Travesti e respeito”.

Os anos finais do século XX e a entrada do XXI são marcados por conquistas jurídicas e celebrações. Em 1999 o Conselho Federal de Psicologia proíbe seus profissionais de aplicarem a chamada “cura gay”. Já nesse incipiente século, o SUS passou a fornecer tratamento de transição de gênero e o direito de pessoas trans retificarem gênero e nome nos documentos civis. Em 2011, o Superior Tribunal Federal reconheceu a união estável homoafetiva, abrindo portas para a conquista dos direitos já garantidos aos casais heterossexuais. Dois anos depois, o Conselho Nacional de Justiça determinou que os casais homoafetivos tinham o direito de casar com registro civil, equiparando-os aos casais heterossexuais.

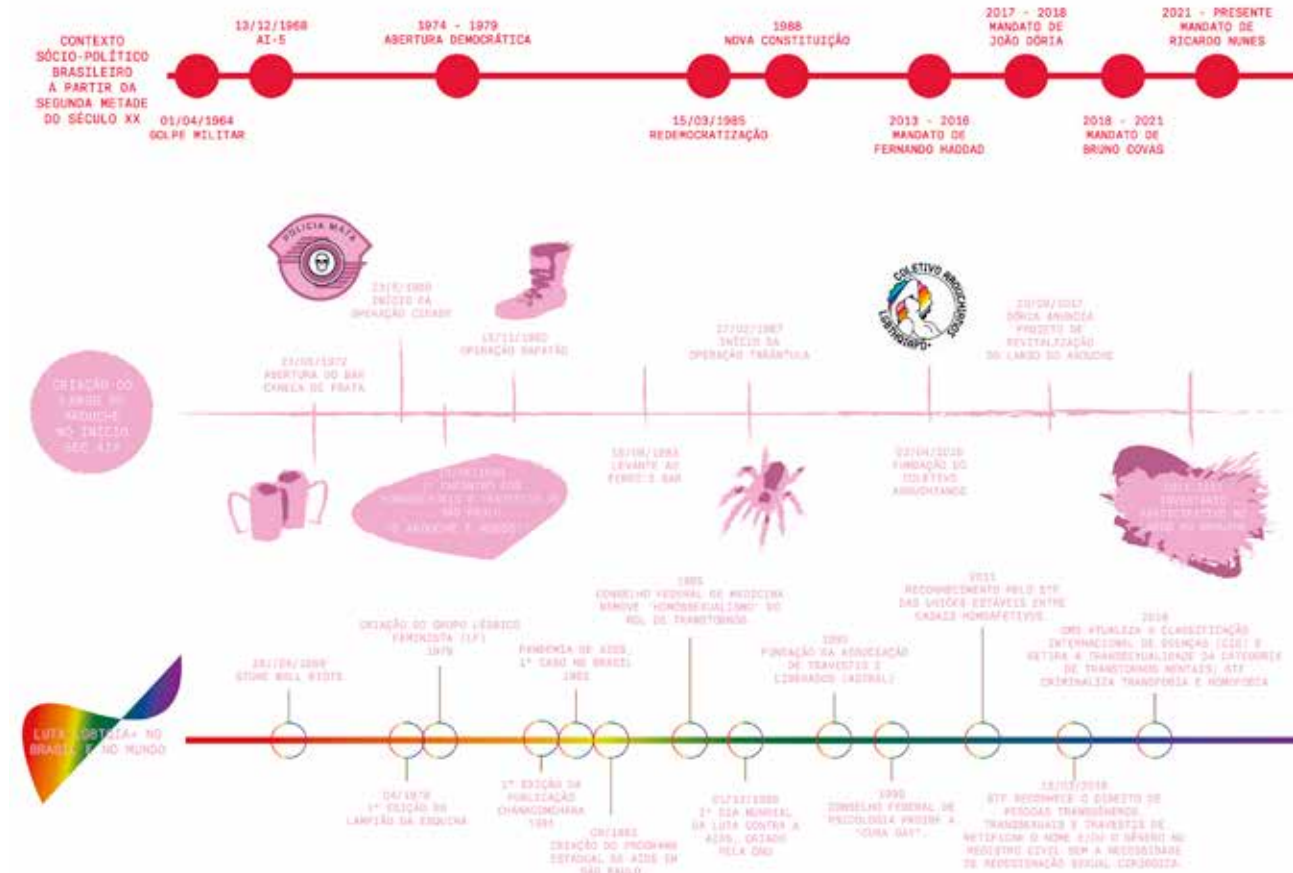
Em 2019, finalmente o STF criminalizou a homofobia e a transfobia ao equipará-los ao racismo. E, mais recentemente, em 2020 o Tribunal declarou inconstitucional a proibição pelos hemocentros impingida aos gays de doar sangue.

Dos anos sombrios da Ditadura Militar ao século XX muito mudou para a liberdade das

pessoas LGBTQIA+. Se o Estado se baseava em aparatos legais autoritários para caçar e reprimir nos anos de chumbo, no início do século XXI o governo se esforça, em certa medida, em promover a diversidade e a liberdade de expressão. Na cidade de São Paulo, por exemplo, foram criados programas e aparelhos voltados à expressão e segurança dos LGBTQIA+ como os Centros de Cidadania LGBTI e o Museu da Diversidade Sexual no distrito da República. A cultura, antes reprimida e combatida, hoje é (parcialmente) aceita e até estimulada enquanto nicho econômico. A parada anual do orgulho LGBT que ocorre na avenida Paulista é uma comemoração e também um produto comercial, um dos eventos que mais atraem investimentos no país. Assim, vale lembrar que preconceitos e o racismo continuam recaindo com mais força nas porções ainda estigmatizadas da comunidade e aqueles com menor poder de compra, como os mais pobres, negros e pardos e pessoas trans.

As conquistas jurídicas e a maior aceitação à liberdade sexual e identitária das últimas décadas não devem, contudo, mascarar o preconceito e a violência perpetradas à comunidade. Segundo o Grupo Gay da Bahia, o Brasil é um dos países que mais matam pessoas LGBTQIA+ em números absolutos, considerando homicídios e suicídios. É também o país onde mais se mata pessoas trans. No campo institucional, os avanços e conquistas são constantemente combatidos pelos setores conservadores e homofóbicos/transfóbicos. A polícia, ainda que pese os avanços da democratização, continua a discriminar e a matar com a mesma crueldade que matava pessoas trans durante o Governo Militar. A própria eleição de um presidente homofóbico e que incentiva a violência contra pessoas LGBTQIA+ evidencia que ainda há muito por que lutar. Mas o preconceito que se tenta institucionalizar (mais uma vez) em pleno século XXI, agora tem que enfrentar redes organizadas e mais fortes de resistência. Ter um calendário com as datas importantes da discriminação e das conquistas é uma forma de se manter viva nossa batalha.

Linha do tempo feita a partir de leitura da referência cultural Calendário LGBTQIA+ e sistematizada em trabalho de conclusão de graduação (Arakaki, 2022).



Elaboração: Rafael Arakaki, 2022.

1969

O Governo brasileiro decide expulsar 15 diplomatas do Itamaraty por condutas e posições contrárias ao regime ditatorial. Sete desses diplomatas foram expulsos por serem homossexuais ou simpatizantes a estes.

1978

Em abril é lançado o jornal *Lampião* (posteriormente renomeado *Lampião da Esquina*), edição 0, primeiro jornal que defendia abertamente os direitos homossexuais. Primeiramente com circulação restrita, passa a ser vendida em bancas de jornais a partir da edição 1.

Do corpo editorial do *Lampião* é criado o SO-MOS: Grupo de Afirmação Homossexual, entre Rio de Janeiro e São Paulo, considerado o primeiro grupo brasileiro em defesa do direito da comunidade.

1979

Fevereiro: ocorre na USP a Semana de Discussão sobre Minorias. A participação do SOMOS no evento é considerada a primeira exposição pública de ativistas homossexuais.

12 de maio: o jornal *Lampião da Esquina* publica a matéria “Amor entre mulheres”. Escrita por lésbicas, é considerada a primeira matéria escrita em voz própria em um jornal de grande circulação.

Junho: criação do subgrupo Lésbico-Feminista (LF) dentro do SOMOS, considerado o primeiro grupo de ativismo lésbico no Brasil.

20 de novembro: o grupo SOMOS participa do Movimento Negro Unificado em comemoração ao Dia de Zumbi, na escadaria do Theatro Municipal. Esse evento é considerado como a

primeira aparição de homossexuais em protestos nas ruas do país.

1 de dezembro: mais de cem prostitutas se reúnem na chamada Boca do Lixo para protestar contra a arbitrariedade e violência policial dirigida a elas, desafiando o autoritarismo do Governo Militar.

1980

28 de fevereiro: fundação do Grupo Gay da Bahia, por Luiz Mott, o mais antigo grupo ainda em atividade.

4, 5 e 6 de abril a Faculdade de Medicina da USP sedia 1o Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (EGHO), nas dependências do seu Centro Acadêmico.

23 de maio: anunciada a Operação Cidade, o primeiro grande projeto com o objetivo de “limpar” o centro da cidade. A operação adotaria outros nomes futuramente, mas sempre com o objetivo de reprimir e enclausurar homossexuais, travestis e prostitutas. No dia 24, mais de 700 pessoas foram presas.

13 junho: em resposta à crueldade aplicada pela polícia em suas rondas, ocorre o Primeiro Encontro de Homossexuais de São Paulo na forma de um protesto em frente ao Theatro Municipal até o Largo do Arouche. O ato é considerado a primeira mobilização pública do movimento homossexual no Brasil.

15 de novembro: a ronda de Richetti sai pelo centro da cidade prendendo lésbicas na Operação Sapatao. A justificativa para prisão era “você é sapatao”.

1981

8 e 9 de março ocorre o 3o Congresso da Mulher Paulista. Nesse evento, as mulheres do Grupo de Ação Lésbica Feminista (LF), facção do SOMOS, lançam o boletim ChanacomChana.

25 e 26 de abril: Ocorre 1o Encontro Paulista de Grupos Homossexuais Organizados, na Faculdade de Ciências Sociais da USP. Nesse evento,

uma reunião específica com grupos de lésbicas é considerado o primeiro encontro de ativismo lésbico de que se tem notícia.

17 de Outubro: Fundação do Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF) a partir de integrantes do antigo LF. Será o GALF que produzirá o boletim ChanacomChana, a partir de dezembro de 1982.

1982

Maior: Grupo SOMOS/SP, GALF e Outra Coisa realizam o evento “Semana Viva o Homossexualismo!” no Teatro Ruth Escobar.

1983

19 agosto: ocorre o Levante ao Ferro's Bar (conhecido como “pequeno Stonewell brasileiro”) após os proprietários do bar terem impedido, em 23 de julho, a distribuição do boletim ChanacomChana, encabeçado pelo GALF e apoiado por outras lésbicas. Definido como Dia Nacional do Orgulho Lésbico desde a morte de Rosely Roth, em 2003, uma das principais articuladoras do evento.

Setembro: criação do Programa Estadual de Aids, do Governo de São Paulo, pioneiro programa governamental no país.

1985

Criação do Grupo de Apoio e Prevenção à Aids (GAPA), primeira organização não governamental de apoio aos soropositivos.

Conselho Federal de Medicina retira o “homossexualismo” do rol de transtornos.

1987

27 de fevereiro: as rondas da polícia continuam violando grupos fragilizados de São Paulo, na nova democracia. A Operação Tarântula, iniciada nesse dia, utiliza-se da epidemia da AIDS para mirar em travestis no centro da cidade.

10 de abril: fundação da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA), por sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, e um grupo interdisciplinar de colaboradores.

1988

5 de Outubro: promulgada a Constituição do Brasil, garantindo igualdade entre todos os cidadãos. A Constituição também criou o Sistema Único de Saúde (SUS).

1o Dezembro: Primeiro Dia Mundial da Luta contra a Aids, criada pela ONU.

1990

17 de Maio: nesse dia, a OMS retirou o “homossexualismo” da sua lista de Classificação Internacional de Doenças (CID). A data hoje é celebrada como Dia internacional contra a homofobia e a lesbofobia.

1992

15 de maio: fundação da Associação de Travestis e Liberados (Astral), no Rio de Janeiro, primeira organização não governamental da América Latina voltado às pessoas trans.

1993

01 de janeiro: Katia Tapety assume o cargo como a primeira vereadora trans na história da política brasileira.

1996

26 de outubro: ocorre, na Academia Americana de Pediatria, a primeira desmonstração pública de pessoas intersexo de que se tem notícias. A data é hoje celebrada como Dia Internacional da Visibilidade Intersexo.

1997

28 de junho: primeira edição da Parada do Orgulho Gay sediada na avenida Paulista, com cerca de duas mil pessoas. Em 2006 o ato entrou para o Guinness Book como a maior parada dessa natureza. Desde 2008 a organização adota o nome Parada do Orgulho LGBT.

1999

22 de março: o Conselho Federal de Psicologia emite resolução (CFP 01/1999) que proíbe a patologização da orientação sexual. Na prática, a decisão proíbe os chamados tratamentos de “reconversão” ou de “cura gay”.

2001

5 de novembro: promulgada a Lei 10.948 pelo Governo de São Paulo, que penaliza práticas discriminatórias em razão da orientação sexual e identidade de gênero

2002

O Conselho Federal de Medicina autoriza a redesignação sexual, a chamada cirurgia de “mudança de sexo.”

2003

21 de junho: realizada a Primeira Caminhada de Lésbica e Bissexuais de São Paulo, dando mais visibilidade às mulheres.

2004

29 de janeiro: 27 pessoas trans ocupam o Congresso Nacional e lançam a campanha “Travesti e Respeito”. O ato é considerado a primeira campanha nacional contra a transfobia e a data tornou-se Dia Nacional da Visibilidade Trans.

2005

Novembro: fundação da Rede Nacional de Negros e Negras LGBT, também conhecida como Rede Afro LGBT, no 1º Encontro Nacional de Ativistas LGBT Afrodescendentes, na cidade de Brasília.

2008

SUS passa a realizar cirurgias de redesignação sexual (transgenitalização) para mulheres trans (o procedimento de faloplastia para homens trans continua em caráter experimental).

2011

5 de maio: o Supremo Tribunal Federal reconhece a união estável homoafetiva, equiparando as relações estáveis entre pessoas do mesmo sexo às relações heterossexuais.

2012

25 de maio: criação do Museu da Diversidade Sexual, voltado à memória, arte, cultura, acolhimento, valorização da vida, agenciamento e desenvolvimento de pesquisas envolvendo a comunidade LGBTQIA+, pela Secretaria de Cultura

e Economia Criativa do Estado de São Paulo. O MDS é instalado na estação República, no bairro de mesmo nome.

2013

14 de maio: o Conselho Nacional de Justiça por meio da Resolução 89/2013 obriga os cartórios a realizar casamento de pessoas de mesmo sexo.

2016

3 de abril: Fundação do Coletivo Arouchianos, grupo formado para garantir a visibilidade e a ocupação do Largo do Arouche e arredores como território cultural, político e social da comunidade LGBTQIA+.

2018

15 de março: o Supremo Tribunal Federal reconhece o direito de pessoas transgêneros, transsexuais e travestis de retificar o nome e/ou o gênero no registro civil sem a necessidade de redesignação sexual cirúrgica.

2019

13 de junho: o STF determina que as condutas homofóbicas e a transfóbicas sejam enquadradas na lei de crimes de racismo até que lei específica seja criada.

18 de junho: a OMS atualiza a Classificação Internacional de Doenças (CID) e retira a transsexualidade como transtorno mental.

2020

8 de maio: o STF declara inconstitucionais as normas que proíbem gays de doar sangue.

FONTES DE PESQUISA

Entrevista com Ghe Santos. Jun 2022

ARAKAKI, Rafael. **Espaços queer da cidade de São Paulo**: O Largo do Arouche como patrimônio LGBTQIA+. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade**. Brasília, 2014.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade- política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”**. Salvador: EDUFBA, 2018.

MANCINI, Rose. Do outro lado do Mappin, mesmo com chuva. **Um Outro Olhar**. 2012. Disponível em <<http://www.umoutroolhar.com.br/2012/02/do-lado-do-mappin-mesmo-com-chuva.html>>. Acesso 7 jun 2022.

MARTINHO, Mirian. 19 de Agosto: Primeira Manifestação lesbiana contra a discriminação no Brasil. **Um Outro Olhar**. 17 ago 2018. Disponível em <<https://www.umoutroolhar.com.br/2018/08/19-de-agosto-primeira-manifestacao-lesbiana-contra-discriminacao-no-brasil.html>> Acessado em 2 jun 2022.

___Memória Lesbiana: há 42 anos surgia o Grupo Lésbico Feminista, o primeiro coletivo de ativistas lésbicas do Brasil. **Um Outro Olhar**. 15 mai 2019. Disponível em <<http://www.umoutroolhar.com.br/2019/05/ha-40-anos-surgia-o-grupo-lesbico-feminista.html>> Acesso 16 mai 2022

PONTE JORNALISMO. Pluralidades, Ep. 6: Neon Cunha. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=W8MbKApI5eQ&t=1594s>> Acessado dia 2 jun 2022

QUINALHA, Renan H. **Contra a moral e os bons costumes: A política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)**. Instituto de Relações Internacionais-USP. São Paulo, 2017

RODRIGUES, Mariana Merique, IRINEU, Bruna Andrade. 12 anos de Caminhada de Lésbicas e Mulheres Bissexuais. Preservar a memória do movimento de lésbicas como estratégia de visibilidade. **Revista Memória LGBT**. Edição 5 Ano 2 ago set, 2014.

SIMÕES, Julio Assis. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo, Fundação Editora Perseu Abramo, 2009.

TAVARES, Rodolfo. **A epidemia do preconceito: a trajetória do HIV/AIDS no Brasil**. Empoderadxs. Disponível em <<https://empoderadxs.com.br/2018/12/01/a-epidemia-do-preconceito-a-trajetoria-do-hiv-aids-no-brasil/>> Acessado dia 2 jun. 2022

TREVISAN, José Silverio. **Devassos no paraíso**– A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro, Objetiva, 2018.

**OUTRAS REFERÊNCIAS CULTURAIS
RELACIONADAS**

Delegacia, Publicações Marginais, Circuito de bares, baladas e restaurantes, Ferro's Bar, Largo do Arouche, Museu da Diversidade Sexual, Ruas de Trabalho.

Naturezas

Chichá
Memória Viva

Chichá



Tronco e copa da Chichá no Largo do Arouche. Foto: Rafael Arakaki, 2022.

Chichá é uma árvore centenária que se destaca na vegetação do Largo do Arouche pelo seu porte e características físicas, com tronco muito longo, liso e reto que, para sustentar seu tamanho, possui grandes raízes tabulares, em formato de tábuas. Estima-se que a árvore tenha 30 metros de altura e 1 metro de diâmetro de tronco. Sua presença é notável em cartões-postais e fotos antigas do Arouche no início do século 20. Hoje, sua existência é significado de bem estar e história para os frequentadores do Arouche. O bem estar relaciona-se ao poder da natureza evocar tranquilidade em meio à loucura de concreto no centro de São Paulo. A história está ligada tanto ao passado da região da cidade quanto aos

valores afetivos e as diferentes histórias de vida de LGBTQIA+ de que a Chichá é testemunha.

De nome científico *Sterculia apetala* (Jacq.) H. Karst. ou *Sterculia chicha* A. St.-Hil. ex Turpin, a Chichá também é conhecida pelos nomes de xixá, araxixá, boia, boia-unha-d'anta, coaxixá, pau-de-boia, pau-de-cortiça. No Arouche foi apelidada de grandona, a maior, “arvróna”, entre outros.

A árvore é uma espécie da mata pluvial atlântica, mais proeminente entre o sul da Bahia até São Paulo, e dificilmente é encontrada em grandes grupos. As folhas do Chichá são duras e com a superfície áspera com 3 a 5 recortes. O nome xixá é um termo indígena para “fruto semelhante a mão ou punho fechado” que pode se referir tanto às suas folhas quanto ao seu fruto, as cápsulas que se for-

mam em 5 segmentos. Suas sementes depois de cozidas podem ser comestíveis (Reyes, s.d.).

A primeira fotografia da Chichá no Largo do Arouche é de 1940 (Chiaverini, 2011). Nessa foto antiga, a árvore já está com porte adulto, sendo possível afirmar que foi plantada décadas antes. A foto é um dos indícios da hipótese do botânico Ricardo Henrique Cardim de que a árvore teria sido plantada há cerca de 200 anos atrás, no século 19 (Cardim, 2008). A Chichá seria, então, um dos remanescentes da região rural que um dia foi o Largo. Em uma catalogação feita com placas em árvores no Arouche, a Chichá foi datada de 1812, porém não foram encontradas outras informações sobre a inserção das placas e documentação sobre a pesquisa feita.

Essa árvore sobreviveu a tantas reformas no Largo do Arouche, a destruição de 93% da mata atlântica original e a poluição intensa de São Paulo (Um, 2018). Atualmente, a Chichá é considerada uma das árvores mais antigas e bem cuidadas da cidade, com bom estado de saúde e bem integrada ao ambiente em que se encontra (Chiaverini, 2011).

As árvores são consideradas símbolos do Largo do Arouche, seja o cheiro de plantas, a cor verde da natureza que foram identificados por muitas pessoas que deram depoimentos para o projeto Wikipraça Arouche, como Roberta Stronger e Horacides. Para Ghe Santos, em entrevista para o Inventário Participativo do Arouche, as árvores do Arouche representam a história desse lugar que está relacionada com sua própria vida:

Eu tenho uma marca numa árvore dessa. Sabe aquela mania de vim e marcar árvores. Eu tenho... tenho uma marquinha numa árvore dessa daí. E quando eu olho para essas árvores eu lembro de muita história, de muita coisa. Lembro que eu já apanhei aqui, eu lembro que já tive grandes amores, eu lembro de como eu me tornei uma pessoa positiva. Então o Largo do Arouche para mim tem muita história, tem muito de quem eu sou [...]

Outras espécies de árvores também são emblemáticas no Arouche, como as Pau-ferro, Sibipirunas, Spathodea, Jaqueira e a falsa seringueira (*ficus elastica*). A Chichá foi escolhida como referência cultural para representar a importância de todas as árvores do Largo do Arouche. É importante pontuar também que existe um projeto do coletivo Arouchianos, chamado Memória Viva, que homenageia personalidades da comunidade LGBTQIA+ com uma árvore específica para cada pessoa. As árvores já existem e estão em fase de crescimento, posteriormente serão plantadas no Largo do Arouche.

FONTES DE PESQUISA

Coletivo Arouchianos

Ghe Santos

Wikipraça Arouche. **Depoimentos**. Disponível em: <https://youtu.be/hYKUDFbXsmI> e <https://youtu.be/4h1yOLSbpmw>. Acesso em julho de 2022.

CARDIM, Ricardo H. O grande chichá centenário do centro de São Paulo. Árvores de São Paulo (Blog). Disponível em: <https://arvoresdesaopaulo.wordpress.com/2008/12/14/o-grande-chicha-centenario-do-centro-de-sao-paulo/>. Acesso em julho de 2022.

CHIAVERINI, Tomas. **Árvores centenárias em São Paulo. Veja São Paulo**, 21 de maio de 2011. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/arvores-centenarias-sao-paulo/>. Acesso em julho de 2022.

REYES, Andrés E. L. **Trilhas da ESALQ**. Disponível em: <http://www.esalq.usp.br/trilhas/uteis/ut09.php>. Acesso em julho de 2022.

UM pé de quê? **Chichá**. 2018. Disponível em: https://youtu.be/a7_NvrWc5Nw. Acesso em julho de 2022.

OUTRAS REFERÊNCIAS CULTURAIS RELACIONADAS

Largo do Arouche, Memória Viva

Memória Viva LGBTQIAPD+ Arouchianos



*Mudas de jabuticaba, amora, pitanga e goiaba que homenageiam Erica Malunguinho, Carolina Iara, Erika Hilton e Samara Sosthenes, respectivamente.
Fonte: Coletivo Arouchianos.*

São árvores frutíferas que homenageiam personalidades LGBTQIA+ importantes na atualidade e no passado. O projeto “Memória Viva LGBTQIAPD+ Arouchianos” é uma iniciativa do Coletivo Arouchianos e tem o objetivo de cultivar a vida, plantando árvores-homenagens a pessoas LGBTQIA+ na região do Arouche. Para a primeira edição do projeto foi escolhido fazer homenagem às deputadas, vereadoras e co-vereadoras eleitas nas últimas eleições. Tratam-se de monumentos vivos, subvertendo a ideia de homenagens póstumas, como tantas esculturas já existentes no Largo do Arouche. As primeiras árvores são frutíferas que tem o potencial de alimentar várias pessoas e animais, com pouquíssimos recursos. Memória viva é um gesto por meio do qual cultivam-se vidas e memórias.

As árvores estão sendo cultivadas na casa do coletivo Arouchianos e quando ganharem porte adequado serão plantadas no Largo do Arouche. A escolha da espécie das árvores é feita com base na história de vida e características das pessoas homenageadas. As mudas em cultivo são:

- Jabuticabeira, uma espécie nativa que homenageia a primeira deputada travesti eleita no Estado de São Paulo e no Brasil, Erica Malunguinho (PSOL+SP) deputada estadual da Assembleia Legislativa de São Paulo;
- Amoreira é homenagem a Carolina Iara (PSOL-SP), intersexo, travesti, positHIVA e negra, eleita como co-vereadora da Bancada Feminista da Câmara de Vereadores de São Paulo;
- Limoeiro é tributo a Erika Hilton (PSOL-SP), a primeira vereadora travesti eleita no Es-

tado de São Paulo, e a mulher que recebeu mais votos no Brasil, na Câmara Municipal de Vereadores de São Paulo;

- Pintangueira que é tributo a Luana Alves (PSOL-SP), mulher cisgênero e bissexual eleita vereadora na Câmara Municipal de Vereadores de São Paulo;

- Goiabeira em homenagem a Samara Sosthenes (PSOL-SP), travesti e co-vereadora eleita pela Mandata Coletiva Quilombo Periférico na Câmara Municipal de Vereadores de São Paulo.

Algumas das variedades escolhidas para plantio possuem alguma conexão simbólica com a homenagem, como é o caso da jabuticabeira que possui frutos doces e de casca roxa escura remontando a pretitude apresentada por Erika Malunguinho.

Memória Viva é um projeto permanente do Coletivo Arouchianos que relaciona educação ambiental e educação para os direitos humanos. Se por um lado, pode ser encarado como uma provocação contra os desmatamentos e crimes ambientais que aumentaram nos últimos anos; por outro, é uma celebração da vida e das conquistas LGBTQIA+, e o reconhecimento da importância das pessoas LGBTQIA+ em nossa sociedade. Os significados das árvores com a vida possuem inúmeras interpretações. A semente, o crescimento, o passar do tempo, os frutos colhidos, a ligação entre terra e gerações futuras são cultuados e ganham outros sentidos quando associadas às lembranças de lutas e conquistas LGBTQIA+. Segundo Anderson Sousa, Coordenador de Sustentabilidade e Meio Ambiente do Arouchianos:

A gente aproveita, então, a possibilidade de cultivar vida, para cultivar também memórias. Existem muitas memórias para serem lembradas, muitas figuras para que a gente continue homenageando. Então essas 4 entidades aqui, são só o início. E a gente vai continuar cada vez mais cultivando e relembando tanto a mobilização, enquanto a gente também cuida do nosso planeta.

FONTES DE PESQUISA

Coletivo Arouchianos

OUTRAS REFERÊNCIAS CULTURAIS RELACIONADAS

Largo do Arouche, Chichá

Objetos

Estátua Amor Materno
Estátua Depois Do Banho
Estátua Índio Caçador
Estátua Luiz Gama
Namoradeira

Estátua Amor Materno



Estátua Amor Materno, localizada no Largo do Arouche. Fonte: Charles Virion/ Wikimedia

Estátua em mármore com pedestal em granito, representando uma cachorra adulta, com seu filhote ao lado. A estátua, inaugurada em 1914, sob encomenda de Raimundo Dupret, então prefeito de São Paulo, não estava originalmente no Largo do Arouche, se mudando para a região, em data desconhecida durante os anos 1900. Sua apropriação pela comunidade está relacionada a essa afetividade que existe entre o ser humano e o cachorro, pois o Largo do Arouche é uma região constantemente frequentada pelos moradores que são tutores de cachorros e saem para passear com os pets pelo largo, convivendo e dividindo o espaço com a comunidade LGBTQIA+ que ocupa a região cotidianamente.

A estátua Amor Materno, feita em mármore apresenta uma cachorra adulta deitada com pescoço e cabeça eretos com as orelhas atentas, enquanto seu filhote está deitado ao seu lado,

com a cabeça apoiada no tronco da mãe. Foi encomendada pelo então prefeito da cidade de São Paulo, Raimundo Dupret, em seu projeto de embelezar a região central da capital, inspirado nos modelos franceses, sendo uma cópia inspirada na estátua de Charles Virion.

Inaugurada originalmente em 1914 no Anhangabaú, como projeto de embelezar a antiga esplanada do Theatro Municipal aos moldes franceses, a estátua foi deslocada da região, para dar lugar a um projeto mais ambicioso e financiado parcialmente pela comunidade italiana, o Monumento a Carlos Gomes. Dessa forma, em 1922 a estátua deixa o local e é reinstalada no Parque da Luz, porém novamente, por mudanças neste parque, a estátua migra em data desconhecida para o Largo do Arouche, voltando a dividir espaço com A Menina e o Bezerro, estátua da qual também fazia parte do trio que ornamentaram a esplanada do teatro, entre 1914 e 1922.

Ao longo de sua estadia no Largo do Arouche, a estátua já passou por diversas depredações, sendo restaurada mais de uma vez, sendo que até mesmo partes da estátua, como a orelha da cachorra, já foram arrancadas.

FONTES DE PESQUISA

Coletivo Arouchianos

A Menina e o Bezerro. **Arte Fora do Museu**. Disponível em: <https://arteforadomuseu.com.br/a-menina-e-o-bezerro/>

BEIGUELMAN, Giselle. **Guia dos Monumentos Nômades**. Memória da Amnésia. Disponível em: <http://www.desvirtual.com/mda/guia-dos-monumentos-nomades/>

_____. **Nomadismo e Invisibilidade**. Memória da Amnésia. Disponível em: <http://www.desvirtual.com/mda/2016/03/08/nomadismo-e-invisibilidade/>

Escultura de Animal tem sua orelha arrancada no Centro de SP. **Globo G1**. 31 jan 2009. Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0,-MUL980749-5605,00-ESCULTURA+DE+ANIMAL+TEM+ORELHA+ARRANCADA+NO+-CENTRO+DE+SP.html>

BRANDÃO, Miriam. **Monumento a Carlos Gomes**. Demonumenta. FAU-USP. Disponível em: <http://demonumenta.fau.usp.br/demonumenta/232>

WALDMAN, Thais Chang. **Entre batismos e degolas: (des)caminhos bandeirantes em São Paulo**. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. DOI: 10.11606/T.8.2018.tde-10102018-150420.

OUTRAS REFERÊNCIAS CULTURAIS RELACIONADAS

Largo do Arouche

Estátua Depois do Banho



Estátua Depois do Banho, localizada no Largo do Arouche. Fonte: Dornicke/ Wikimedia

Estátua feminina deitada nua em bronze com base de granito de autoria do escultor Victor Brecheret, localizada no Largo do Arouche. Inaugurada em 1932, a obra é um dos projetos desenvolvidos por Brecheret para a cidade de São Paulo enquanto a construção do *Monumento às Bandeiras* estava paralisado. Para a comunidade LGBTQIA+ que frequenta a região, a estátua é conhecida como “pepeka”. Isso porque existem muitas especulações sobre a protuberância na região da virilha da estátua, dando margem para que se pergunte: será que é uma mulher trans? Uma travesti? Uma mulher cis? Essa protuberância não seria uma neca aquendada? Assim, a comunidade ressignifica o objeto criando sua própria interpretação e apropriação, provocando discussões sobre a opressão dos corpos não hegemônicos. Não à toa, essa estátua compõe a logo do Coletivo Arouchianos, coletivo LGBTQIA+ que atua na região.

A dedicação em esculpir mulheres nuas foi uma fase de Brecheret que se iniciou em 1924, em uma de suas mostras individuais, teremos a exposição de sua primeira escultura representando uma mulher nua, a *Portadora de Perfume*. A escultura *Depois do Banho*, do Largo do Arouche, inaugurada em 1932, é uma das muitas obras com representação semelhante que Brecheret esculpiu em sua vida.

Contratado para elaboração de uma escultura em comemoração ao IV Centenário da Cidade de São Paulo, que ocasionaria no *Monumento às Bandeiras*, Brecheret viu seu projeto ser paralizado por questões financeiras e políticas, o que lhe garantiu tempo para trabalhar em outros projetos menos exuberantes a serem instalados no município de São Paulo, como a escultura *Depois do Banho*, uma das poucas esculturas da capital a expor uma mulher nua em um local público, sendo inclusive a pioneira nesse sentido.

A escultura também foi apelidada de Diana pelo personagem criado por Celso Frateschi em peça de teatro que é encenada desde 1999 no Teatro Ágora. A peça é ambientada na década de 1960 e, retratando a escultura como uns ícones de São Paulo, conta a história de um professor frustrado com a humanidade que se apaixona pela estátua:

Para o professor, a estátua é mais do que a passante para Baudelaire; é uma mulher nua, de bronze, à sua espera, com os seios úmidos de garoa, encoberta do voyeurismo de Deus por galhos de uma árvore; quase a imitação da água da mulher cabralina. Ele se apaixona ou, mais preciso seria dizer, apaixonam-se, pois que diante da delicadeza do texto e de sua encenação, no plano surreal que o monólogo instaura, o espectador é tentado a crer que Diana também está apaixonada – todos estamos. (Junkes, 2020).

Nos dias de hoje diversas polêmicas envolvem os diferentes usos da estátua. Por um lado, moradores e frequentadores do Largo do Arouche insistem na preservação total da estátua como uma obra de arte decorativa, que embeleza a região, devendo ser observada e admirada. Enquanto outros grupos sociais que frequentam o espaço, como a população LGBTQIA+, acabam por subvertendo essa visão e utilizando a estátua como lugar de socialização e de manifestação, realizando intervenções (pintando suas unhas, por exemplo) ou ocupando o espaço, literalmente, ao subirem nela. Isso ocorre pela localização da estátua no Largo do Arouche, sendo lugar de encontro, de amor, local do primeiro beijo entre outros momentos afetivos da comunidade LGBTQIA+.

FONTES DE PESQUISA

Coletivo Arouchianos

WIKIPRAÇA. **Entrevista Regis de Oliveira Silva e James Marques**. Disponível em: <https://youtu.be/XgMhfU170ek>. Acesso em: julho de 2022.

JUNKES, Diana. Diana: a necessária fratura do cotidiano em tempos de pandemia. **Revista Cult**, 19 de maio de 2020. Disponível em: <https://>

revistacult.uol.com.br/home/diana-de-celso-frateschi/. Acesso em julho de 2022.

MARTINI, Karen. **Depois do Banho**. Demonumenta. FAU-USP. Disponível em: <http://demonumenta.fau.usp.br/demonumenta/101>

MOURA, Irene Barbosa de. **A cidade e a festa: Brecheret e o IV Centenário de São Paulo**. 2010. 176 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/12613>

OBRA de Brecheret é pichada no Largo do Arouche. **Revista Veja**, 14 de jan. 2019. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/obra-de-brecheret-e-pichada-no-largo-do-arouche/>

OUTRAS REFERÊNCIAS CULTURAIS RELACIONADAS

Largo do Arouche

Estátua Índio Caçador



Estátua Índio Caçador. Canteiro central da Avenida Vieira de Carvalho. Fonte: Wikimedia Commons.

Estátua representando um indígena agachado, com uma perna esticada para trás e o tronco ereto, simulando uma postura de alguém caçando, pronto para correr em direção à caça. Feita em bronze e com a base de granito, a estátua de autoria de João Batista Ferri é datada de 1939 e foi inaugurada em 1940, na região da Praça da República. Sua ressignificação pela comunidade LGBTQIA+ está relacionada à erotização da posição do indígena representando, que está agachado “de quatro” e sedento. A estátua, que está na Vieira de Carvalho, tem seus olhos e corpo direcionados para a Praça da República, como se apontasse o caminho para as LGBTQIA+ da região de onde devem

“ir a caça”, em suas aventuras românticas ou sexuais na região, a estátua aponta que é ali que o babado acontece, além de apontar também onde ocorre a prostituição na região.

Inaugurada em 1940, Índio Caçador, de João Batista Ferri, foi uma encomenda do então prefeito da capital, Francisco Prestes Maia, para se juntar às muitas outras obras que estavam sendo instaladas para embelezar a cidade. A estátua, uma das poucas instaladas em São Paulo que faz referência a uma figura indígena, como muitas outras, não homenageia uma figura existente, mas faz referência a uma figura fictícia e anônima, carregando em seus traços e em seu nome uma visão estereotipada e homogeneizante, daquele que seria “o índio brasileiro”. Por mais que a ati-

vidade de caça tenha sido de fato parte essencial de diversas etnias indígenas, a estátua não faz referência a nenhuma prática específica, ou ainda, a nenhuma etnia específica, apenas mobilizando a ideia generalizada de um “índio caçador”.

Simbolicamente, a estátua, dentre outras estátuas, bustos ou representações instaladas nas imediações da Praça da República, é a única que não se encontra na praça em si, mas em local adjacente, olhando de longe a praça. Intencionalmente ou não, temos uma metáfora para a realidade indígena, que se via marginalizada da república brasileira e expulsa de seus territórios.

Atualmente, a estátua envolve polêmicas e disputas sobre novas formas subversivas de apropriação e uso. Aquela que deveria ser uma homenagem aos “índios brasileiros” evidencia o descaso com a população indígena, ademais, a comunidade LGBTQIA+ que frequenta o espaço em suas celebrações, acaba por dar novos usos a estátua, servindo como palanque para chamar e marcar presença atenção em manifestações, ou mesmo como espaço de práticas sexuais em eventos festivos que ocorrem com frequência na região. O que incomoda outros grupos sociais que frequentam ou moram no espaço e defendem a preservação do monumento.

FONTES DE PESQUISA

Coletivo Arouchianos

AMÂNCIO, Thiago. Praça da República em São Paulo tem estátuas de todos os tipos, mas nenhuma da República. **Folha de São Paulo**, 15 nov 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/11/praca-da-republica-de-sp-tem-estatuas-de-todos-os-tipos-mas-nenhuma-da-republica.shtml>

FLUMINHAN, Giovanna. Índio Caçador. **Demonumenta**. FAU-USP. Disponível em: <http://demonumenta.fau.usp.br/demonumenta/176>

OUTRAS REFERÊNCIAS CULTURAIS RELACIONADAS

Largo do Arouche, Praça da República

Estátua Luiz Gama



Performance de Maicon Gomes em frente ao busto de Luiz Gama instalado no Largo do Arouche. Fonte: Coletivo Arouchianos

Monumento feito em homenagem ao centenário de nascimento do advogado, escritor e jornalista negro, Luiz Gama. Consiste em um busto em bronze de Luiz Gama em cima de um pedestal de 1,5 metro de altura. O busto foi inaugurado em 22 de novembro de 1931, idealizado de forma independente pela imprensa negra da época, o jornal Progresso. Trata-se do primeiro monumento público paulistano que homenageia um líder negro. É um marco da luta do movimento negro pela trajetória da histórica de Luiz Gama, pelos esforços feitos para a criação do monumento em praça pública e por se um símbolo do abolicionismo no Brasil. Até hoje, o monumento é apropriado pelos movimentos negros em caminhadas, performances artísticas e reivindicações por direitos, incluindo a comunidade negra LGBTQIA+. A estátua de Luiz Gama permanece como instrumento de sociabilidade e memória negra nos encontros que ocorrem ali.

O monumento localizado na região do Arouche, na República, representa a imagem de uma das personalidades mais importantes na luta abolicionista paulistana, Luiz Gama. Advogado, escritor e jornalista, Luiz Gama se consolidou como patrono da abolição brasileira, sendo responsável pela libertação de centenas de escravizados, inclusive a própria, sem cobrança monetária. Nascido em Salvador, Bahia, era filho de mãe negra liberta, de nome Luísa Mahim, e um fidalgo português, por quem fora vendido e levado para o Rio de Janeiro na condição de escravizado. Aprendeu, em meio a opressão, a ler e escrever, mais tarde conseguindo negociar a própria alforria, como liberto. Já em São Paulo, conseguiu empregos públicos e estudou direito como autodidata, uma vez que, como homem negro, naquela época, sua admissão não foi permitida na Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Dessa forma sua permanência na faculdade era apenas permitida no ato de acompanhar aulas como ouvinte e consultas

à biblioteca. A partir dos estudos, conseguiu autorização para advogar, sendo responsável pela liberdade de várias pessoas negras escravizadas, denunciando as injustiças do sistema da lei e das autoridades no poder, como demonstra em carta a Lúcio de Mendonça:

A turbulência consistia em fazer eu parte do Partido Liberal; e, pela imprensa e pelas urnas, pugnar pela vitória de minhas e suas idéias; e promover processos em favor de pessoas livres criminosamente escravizadas; e auxiliar licitamente, na medida de meus esforços, alforrias de escravos, porque detesto o cativo e todos os senhores, principalmente os reis. (Ferreira, 2014)

Foi liderança do movimento abolicionista em São Paulo. Seu trabalho no judiciário, sua ação política, sua rede social de apoiadores em diversos setores, suas obras literárias e sua atividade na imprensa, contribuíram para consolidar um sólido movimento social durante as décadas de 1870 e 1880. Sua morte em 1882, aos 52 anos, conformou cortejo fúnebre com “mais de três mil pessoas em uma cidade de 100 mil habitantes”, fato que dá dimensão do papel que Gama empenhou (Stumpf; Vellozo, 2018). Esse cortejo virou um caminhada que tornou-se uma tradição da luta antirracista em São Paulo, ocorrendo até os dias atuais. Para o escritor Abílio Ferreira: “A caminhada por Luiz Gama se tornou popular também nos anos 1920 e 1930. Naquela época, havia um movimento liderado pela imprensa negra pela instalação da herma (busto de concreto) do Largo do Arouche.” (Guimarães, 2021).

A fim de preservar a memória não apenas de um abolicionista, mas de uma representação da história afrobrasileira de extrema relevância, o busto de Luiz Gama fora planejado como uma honraria a seu centenário de nascimento, em 21 de junho de 1930. Entretanto, por uma série de complicações, fora executado apenas um ano depois, sendo designado em jardim do Largo do Arouche, onde hoje permanece. Foi entre as lutas para erguer o monumento que outra caminhada

foi feita da Igreja do Rosário ao túmulo de Luiz Gama, no cemitério da Consolação.

A idealização da estátua, em 1930, surgiu em meio a uma série de conflitos de interesse que levou São Paulo a vivenciar duas campanhas com o objetivo de homenagear líderes do movimento abolicionista. De um lado os estudantes da Faculdade de Direito Largo São Francisco com apelo a construção de uma estátua que resguardasse a imagem de Rui Barbosa (1849-1923); e de outro, o busto de Luiz Gama (1830-1882), pensado e defendido até sua execussão sobretudo pelo movimento negro, com comissão organizadora pelo jornal *Progresso*, importante instituição para reivindicação jornalística e política negra na história da imprensa paulista. O jornal *Progresso* foi responsável pela arrecadação de recursos para a construção do monumento, inovando ao tornar o assunto pauta constante das edições publicadas e ao organizar eventos para arrecadar fundos. Embora tendo apoio do poder público, a construção do monumento de iniciativa popular, é uma conquista do movimento negro paulistano. Esse reconhecimento está registrado na face frontal do pedestal do monumento, em um misto de granito, bronze e betão, feita pelo escultor Yolando Malozzi: *Por iniciativa do Progresso, homenagem dos pretos do Brasil*. (Stumpf; Vellozo, 2018).

Atualmente a estátua de Gama continua sendo um importante local para o movimento negro paulistano. Diversas manifestações culturais e políticas apropriam-se do Largo do Arouche em torno da estátua. Ou seja, a estátua de Luiz Gama enquanto referência cultural é tanto uma homenagem como uma afirmação identitária negra, um símbolo que marca o espaço público da cidade. Nesse sentido, os pesquisadores Lucia K. Stumpf e Júlio Vellozo (2018) ressaltam que:

A “dívida esquecida” pelo Estado e resgatada pelo *Progresso* atendia a uma demanda de natureza identitária, antes de histórica. Organizada pela imprensa negra paulista, a campanha pela herma de Gama atendeu à necessidade de fazer-se representar não um personagem da abolição, apenas - para isso já havia

o busto de João Mendes, inaugurado em 1913, ou a estátua de Rui Barbosa, erigida em 1931. O que se fez por iniciativa do Progresso foi uma “homenagem dos pretos do Brasil” em memória a um “ilustre filho da raça”. [...] A gratidão do movimento negro para com Gama tratou de reparar a exclusão dos negros da cenografia urbana de São Paulo.

Entre as ações mediadas pela presença da estátua destacamos *Marcha em Homenagem a Luiz Gama*, da União dos Coletivos Pan Africanistas (UCPA), a *Caminhada Luiz Gama*, de organização coletiva, e as ações do Coletivo Arouchianos. As ações do coletivo negro UCPA realizou, em junho de 2022, mês de nascimento do abolicionista, que por meio de cantos, recitação de literatura, batuque, livros, flores e ervas, homenageou a memória de Luiz Gama com ocupação popular e manutenção do monumento. Já a Caminhada Luiz Gama é organizada coletivamente, entre as pessoas que fizeram parte da organização da caminhada de 2021 estão a coordenadora do Slam da Guilhermina Cristina Adelina e o escritor Abílio Ferreira. A caminhada, que estava em sua oitava edição, teve início no jazigo de Gama no Cemitério da Consolação, passando pelo Sindicato dos Jornalistas na rua Rego Freitas e foi encerrada com um sarau no Arouche.

As ações planejadas do coletivo Arouchianos também promovem discussões por meio da valorização memorial da figura de Luiz Gama e a preservação do monumento, efetuando sua limpeza. Na 27ª Ação Humanitária LGBTQ+ Arouchianos Contra a Covid19, em dezembro de 2021, ocorreu o ato-evento a Celebração e a Resistência do Corpo Preto LGBTQIA+ que contou com a performance artística em homenagem a Gama e debates com a participação de Neon Cunha, Carolina Iara, Monteiro Seth e Paula Beatriz com relatos sobre a ocupação história do corpos negros na região do Arouche. Para o Coletivo Arouchianos, o racismo também permeia a comunidade LGBTQIA+, que muitas vezes não reconhece a luta racial como pauta importante para não reprodução de injustiças sociais.

FONTES DE PESQUISA

Coletivo Arouchianos

FERREIRA, Ligia Fonseca. Luiz Gama por Luiz Gama: carta a Lúcio de Mendonça. **Revista de Literatura Brasileira da USP** [n. 8/9], São Paulo, 2014.

GUIMARÃES, Juca. Caminhada e sarau celebram Luiz Gama 139 anos após sua morte. **Alma Preta**, 24 Agosto 2021. Disponível em: <https://almapreta.agenciakomodo.com.br/sessao/cotidiano/gama-caminhada>. Acesso em julho de 2022.

STUMPF, Lúcia Klück; VELLOZO, Júlio César de Oliveira. “Um retumbante Orfeu de Carapinha” no centro de São Paulo: a luta pela construção do monumento a Luiz Gama. **Estudos Avançados** [online]. 2018, v. 32, n. 92, pp. 167-191. Disponível em: <<https://doi.org/10.5935/0103-4014.20180012>>. Acesso em 31 Março 2022.

UCPA. **Seguindo nosso calendário anual no dia 25 de junho de 2022** [...]. São Paulo, SP. 28 jun. 2022. Instagram: @territorioafrikanko. Disponível em: https://www.instagram.com/tv/CfWgSzVv0lq/?utm_source=ig_web_button_share_sheet. Acesso em: 2 jul de 2022.

OUTRAS REFERÊNCIAS CULTURAIS RELACIONADAS

Aparelha Luzia, Atividades Culturais, Geledés, Largo do Arouche, Sindicato dos Jornalistas

Namoradeira



Bancos namoradeiras construídas coletivamente no Largo do Arouche. Fonte: Fabian Alonso.

A namoradeira é uma referência cultural na memória da comunidade LGBTQIA+ que frequenta o Largo do Arouche. Foi um dos mobiliários construídos na oficina ReABCdário Urbano que ocorreu no Largo do Arouche em 2014 e 2015, fruto do projeto #WikipraçaSP – Wikipraça Arouche. Consiste em um banco de madeira reutilizada feito para duas pessoas sentarem, olhando uma para a outra. O desenho da cadeira estimula a conversa olho no olho, a paquera, simbolizando também a possibilidade de vivenciar o afeto muitas vezes proibido, como em relações homoafetivas. O desenho do banco também estimula a apropriação por todos os públicos, porque, diferentemente de estruturas aporofóbicas (ódio aos pobres) existentes em São Paulo, esse mobiliário urbano está presente para quem desejar fazer uso. A namoradeira é símbolo do vínculo entre as pessoas e o espaço do Largo do Arouche. Mesmo desaparecida, o desejo de um espaço acolhedor e o imaginário de um Largo do Arouche de encontros permanece.

O Wikipraça é um projeto de repensar os espaços para todos os públicos, sejam crianças, trabalhadores, namorados, idosos, moradores de rua, etc. Não se trata, contudo, apenas de criar e instalar mobiliários urbanos, mas também de repensar como colocamos nossos desejos e afetos nos espaços. O nome é inspirado na criação e gestão coletiva e mutável do Wikipédia. O Wikipraça foi realizado como projeto piloto no Largo do Arouche, iniciado em agosto de 2014, durante seis meses. Durante esse período, foram realizadas oficinas, aulas públicas, mapeamento do território, criada uma horta comunitária, entre outras atividades. A namoradeira foi uma dessas criações e logo foi apropriada pelas pessoas do local. Não possui dono. Ou melhor dizendo: todos são donos.

A peça circulou no Largo do Arouche, conquistando corações, sendo utilizada em vários momentos e eventos culturais. Após danos, foi consertada e o projeto ampliou e produziu outros bancos e peças irmãs que potencializaram o uso

do Arouche como lugar de encontros públicos. O projeto dos bancos possui licença aberta, o que significa que seu desenho pode ser reproduzido por todas as pessoas. A namorada do Arouche desapareceu, mas deixou como registro o desejo de um espaço acolhedor e o imaginário de um Largo do Arouche de encontros.

FONTES DE PESQUISA

Conversas com Coletivo Arouchianos

WikiNamorada do Arouche. Disponível em <<https://www.fabian-alonso.com/wikinamoradoira>> Acesso em 8 jul 2022

WikiPraçaSP: #WikiNamorada, mobiliário urbano de código aberto. Disponível em <<https://wikipracablog.wordpress.com/2015/04/15/wikinamoradoira-mobiliario-urbano-de-codigo-aberto-2-2/>> Acesso em 8 jul 2022

WIKIPRAÇASP Arouche: #Wikipraça: reinventando o espaço urbano. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=SYMHIapxE-TU>> Acesso em 8 jul 2022

OUTRAS REFERÊNCIAS CULTURAIS RELACIONADAS

Associativismo Comunitário, Atividades Culturais de Rua, Largo do Arouche

Saberes

Associativismo Comunitário
Conhecimentos Da Montagem Transformista e Drag
Famílias LGBTQIA+

Associativismo Comunitário



Distribuição de cesta na 27ª Ação Humanitária LGBT+ Arouchianos Contra a Covid19. Fonte: Coletivo Arouchianos/ Reprodução Facebook, 2021

O associativismo trata-se da forma como os coletivos e grupos LGBTQIA+ se auto organizam. O associativismo comunitário atua na formação de redes de acolhimento de pessoas da comunidade LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade social. A referência cultural compreende os conhecimentos enraizados no cotidiano dos grupos na prática de reunião de pessoas. Ocorre por meio de medidas que vão desde a distribuição de cestas básicas e kits de higiene a discussões de moradia, assessoria jurídica, assistência social e psicológica. O associativismo é suscitado por cenários de vulnerabilidade, como abrigar pessoas que foram expulsas de casa por causa da orientação sexual e/ou identidade de gênero e promover a saúde pública frente ao cenário de pandemia de Covid-19 às pessoas mais pobres. As ações são fomentadas pelos grupos por meio de campanhas de arrecadação coletiva online. Em geral, caracteriza-

se pelo trabalho voluntário e por pessoas vinculadas às associações não governamentais. A gestão coletiva, seleção de pessoas beneficiadas e arrecadações são elaboradas pelos próprios grupos, a partir da experiência coletiva e vivenciada, já que muitas das pessoas que hoje estão colaborando nas ações já estiveram em situação de vulnerabilidade e foram acolhidas.

O Associativismo Comunitário possui relação direta com o Circuito de Acolhimento e Saúde, referência cultural composta por instituições públicas e organizações sem fins lucrativos que tem como foco a defesa da diversidade, acesso à informação e prevenção de doenças. O histórico de ações do Associativismo Comunitário na região do Arouche contempla desde a Marcha Trans; Marcha por Luiz Gama; Caminhada de Mulheres Lésbicas e bissexuais; Consulado das Famílias LGBT+; Casa da Lapa com o projeto Famílias no Arouche que culminou no livro “Arouche,

uma fotobiografia”; Wikipraça, realizando intervenções com o mobiliário urbano, construção do mapa afetivo; Wikihorta, parceria do Wikipraça com moradores para a construção de horta na praça; unidade móvel da Barong, do CRT/Prefeitura, realizando testagem, distribuindo insumos insumos e orientações sobre prevenção, dentre outras.

A existência dessas ações e grupos atuantes no território mantém e ressaltam suas características históricas de ocupação LGBTQIA+ na região do Largo do Arouche. Dentre esses grupos, o que manteve maior constância de ações foi o Coletivo Arouchianos. O coletivo tem o objetivo de garantir a visibilidade, ocupação sócio-cultural/política e a demarcação como território político, social, artístico, cultural, turístico, econômico e histórico da comunidade LGBTHQIAPD+ no Largo do Arouche. O coletivo foi fundado por Helcio Beuclair, Rodrigo Costa e Lucas Killer em agosto de 2016 e tem como principal público participante pessoas LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade social.

O coletivo produziu debates acerca do patrimônio LGBTQIA+, como a primeira audiência pública na Casa do Professor (APEOESP) em 2018 e, outra audiência pública, realizada no próprio Largo do Arouche, em 2019, tendo a mesma temática, mas com mais profundidade e participação. Ambas audiências foram realizadas pela Comissão Extraordinária de Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal de Vereadores de São Paulo, presidida pelo então Vereador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Outra importante articulação do coletivo foi contra a tentativa de transformação do Largo do Arouche em “Petit Paris” ou “Boulevard Francês”, uma estratégia gentrificante proposta durante a gestão de Bruno Covas e João Dória. Para construir sua luta, o Coletivo Arouchianos realiza duas atividades semanais: 1-assembleias abertas realizadas na praça com objetivo de criar, debater e decidir pautas relacionadas à construção da luta do coletivo e construir os atos-eventos; e 2-os atos-eventos, ocupação dominical da praça com atividades sócio-políticas, desportivas e educativas.

Exemplos de ato-eventos do Coletivo Arouchianos são o projeto humanitário de arrecadação e doação de roupas, calçados e acessórios para pessoas em situação de calçada, conscientização ambiental e da saúde, por meio do projeto Clínica Aberta gratuita com psicólogos e psicoterapeutas. Como forma de organização do Coletivo também são organizadas atividades desportivas, como forma de redução de danos, artísticas/culturais, políticas (suprapartidárias), rodas de conversa e debates com temas pré definidos nas assembleias. Desde 2020, em função da adaptação diante da pandemia e da crise social instalada e, infelizmente, ampliada pelo desgoverno Bolsonaro, foram realizadas 22 ações humanitárias contra a Covid-19, com entrega de cestas de alimentos, produtos de higiene pessoal e de limpeza, livros, máscaras de tecido, álcool em gel, camisinhas, gel lubrificantes e teste de HIV+.

FONTES DE PESQUISA

Helcio Beuclair

Coletivo Arouchianos

OUTRAS REFERÊNCIAS CULTURAIS RELACIONADAS

Atividades Culturais, Atos Eventos Dominais Arouchianos, Circuito de Acolhimento e Saúde, Largo do Arouche, Praça da República

Conhecimentos da Montagem Transformista e Drag



Miss Biá, pioneira transformista brasileira, e a drag queen Sheyla Muller. Fonte: Odilon Alves/ Sesc SP

Os conhecimentos a respeito da montagem transformista e drag englobam os diversos aspectos da caracterização drag ou transformista, como a forma de se maquiar e de se vestir, o uso de perucas e acessórios (enchimentos, modelagem corpo e , movimentos dos lábios e interpretação de uma música (sincronização labial/ lip sync), performar um bate-cabelo (giros de cabeça movimentando cabelos), andar na passarela, criação de identidades, dentre outros. As personagens criadas são potências identitárias que possuem personalidade e nome próprio, como um alter ego ou uma persona. Os conhecimentos envolvendo a montagem transformista e drag foram demarcados como um saber da comunidade LGBTQIA+ por se tratarem de uma prática historicamente associada à expressão do grupo social, envolvendo uma ritualidade em torno da caracterização, bem como na transmissão de conhecimentos e técnicas artísticas.

É preciso ressaltar que a montagem transformista e drag são práticas de caracterização mas carregam diferenças quanto à intencionalidade dessa montagem. Aqueles que se denominam transformistas, como Miss Biá, muitas vezes são de gerações anteriores. As transformistas têm seus saberes de montagem cultivados dentro de um contexto cultural histórico próprio brasileiro, onde a caracterização tinha

a intenção de se aproximar de um estereótipo de feminilidade, aquilo que seria a beleza feminina. O termo *transformista* também é utilizado para demarcar a diferença entre aqueles que realizavam essa montagem como uma forma de se caracterizar, daquelas que de fato carregavam uma identidade travesti. Segundo Samile Cunha, “na travesti, há uma negação de seu sexo biológico, enquanto na arte do transformismo, o que é notável é o desejo de “parecer” uma mulher, e, na drag, há uma brincadeira, de forma irônica e bem humorada, em que se forja uma caracterização feminina estereotipada” (2020, p.125).

Já a montagem drag está associada às gerações mais recentes, que trazem saberes com influências de culturas internacionais, principalmente norte-americanas. Uma das interpretações é que a palavra drag seria um acrônimo para Dressed As a Girl (do inglês vestido como uma garota). Contudo, o termo é amplo e é utilizado atualmente na apresentação de uma maior variedade de formas de caracterização. Existindo, por exemplo, a drag queen (rainha) - aquelas pessoas que se caracterizam seguindo estereótipos femininos, sendo muitas vezes homens cis; ou o drag king (rei) - aquelas que se caracterizam seguindo estereótipos masculinos, sendo muitas vezes mulheres cis.

Ambas montações, transformista e drag, servem como uma forma de se conectar com identidade de gênero ou sexualidade, explorando barreiras entre um ou outro e dentro de si, tencionando pré-concepções heteronormativas da imagem dos corpos e seus parâmetros comportamentais. Trata-se da exploração identitária e/ou sexual dos corpos como territórios de experimentação e expressão. Sheylla Muller comenta em sua entrevista (2016) sobre os cursos de montagem drag, onde se trabalha não apenas a caracterização em si, mas a construção de uma personagem como uma forma de criação e manifestação artística. As semelhanças e diferenças entre essas duas montações não são claras e consensuais. Muito se discute sobre os aspectos artísticos ou não artísticos de cada uma delas, sendo que em alguns momentos é possível ver uma rivalidade ou aproximações entre as interpretações de transformismo e drag.

O relato de Ghe Santos mostra a diferença geracional entre as concepções que se fazia e faz sobre a montagem. Ghe começou a se montar/transformar pois, naquela época, via o ser gay como ser mulher, concepção que mudou ao longo de sua vida. Foram suas amigas de escola que davam dicas de vestuário, de maquiagem, de esmalte, etc. A primeira vez que pintou as unhas foi com “branquinho”, corretivo usado para corrigir anotações à caneta.

Hoje em dia está muito fácil. Antigamente, como pegava roupa da mãe? Não pegava, né? Pegava roupa escondido, pegava roupa da amiga (...) Hoje você entra um menino numa loja, compra um short, um sutiã, compra até calcinha de acuendação. Naquela época não tinha isso. Era... puxava pra trás, metia a fita e acabou. Mas como fazia isso lá no terminal (de ônibus Amaral Gurgel)? Não dava tempo, tinha que ser tudo muito rápido porque o segurança ia na curra mesmo e batia (...) Precisava se montar muito rápido, precisava roubar roupa de varal, levava, trazia depois devolvia. E era um processo mui-

to mais de resistência, um momento muito complexo. E sair de lá de baixo e chegar até o largo do Arouche montado também era um processo. De lá a gente ouvia muita coisa. Era outro momento, outra situação. Hoje está bem mais fácil. (Ghe Santos, 2022)

Atualmente, com a popularização da montagem, é possível encontrar tutoriais de maquiagem nas redes da internet e até mesmo cursos completos. Porém, não muito tempo atrás, as práticas e técnicas eram reservadas, ocorrendo nas casas das pessoas, nos camarins de casas de show ou locais públicos, que eram *points* conhecidos, como o terminal Amaral Gurgel, próximo ao Largo do Arouche. Esse saber é passado pelas pessoas que têm mais experiência para quem está iniciando. Isso ocorre de maneira ativa por meio de ensinamentos e dicas ou de maneira passiva, por meio da observação. As técnicas e materiais de montagem variam e dependem da experiência e do poder de compra de cada pessoa.

A montagem é um processo demorado que exige certa habilidade, adquirida e desenvolvida com a experiência, dividido por etapas e conformada por uma série de conhecimentos. Como exemplo, um dos conhecimentos marcantes da montagem é a maquiagem que, em geral, é feita em camadas que são sobrepostas com características artísticas. As principais ferramentas são próprias da maquiagem: bases, pós de brilho e de sombra, pincéis, lápis, primer, etc. Também podem ser utilizados utensílios caseiros como escova de dente (para escovar pelos) e colher de cozinha (para aplicar massa e modelar a sobancelha). Esta etapa depende do que se quer criar para a personagem, assim como o tom da pele natural, a fim de se adquirir combinações de cores contrastantes e/ou harmoniosas.

As transformistas e drag queens buscam salientar traços femininos pela maquiagem, deixando o rosto mais côncavo e as linhas mais curvas. Porém, a barba tem surgido recentemente como processo de resistência, conjugando a montagem de drag queens não como algo exclusivamente feminino. Esse outro proces-

so de montagem busca também romper com as barreiras heteronormativas, por sua vez, os drag kings buscam rostos mais quadrados e simulam pêlos como barbas, bigodes e sobrancelhas grossas. Resumidamente, o rosto é coberto com base e então coberto com camadas de pós (coloridos ou neutros), sombras e contornos feitos com lápis. Os drag kings podem utilizar sombras, pincéis, lápis e rímel para engrossar as sobrancelhas ou para confeccionar barbas ou pêlos no peito. Além dos materiais listados acima, também podem utilizar tintas e pêlos artificiais. As barbas podem ser bem modeladas, barbas ralas “por fazer”, ou espessas e longas. Depois, se necessário, os pêlos artificiais são modelados também com tesoura. As barbas podem também ser coloridas assim como outras regiões da face, como as dos olhos.

Já as drag queens utilizam-se de mais cores e são caracterizadas por traços exagerados: lábios com contornos mais largos, olhos fortemente marcados com lápis e cílios postiços. É comum o cobrimento das sobrancelhas naturais (com massa de modelar, chamada “doce de leite”, ou cola e pó compacto) e a produção de novas sobrancelhas mais alongadas e mais próximas do couro cabeludo, feitas com sombras e pincéis ou com lápis de contorno. Abaixo da nova sobrancelha são comumente usados pós de várias cores, dando profundidade à região, chamada de “asa de borboleta”.

As perucas também são parte importante da personagem e costumam ser volumosas e coloridas ou em tons de cabelos naturais. Devem ser bem fixadas de modo a não cair durante a execução de movimentos na performance.

Historicamente, os conhecimentos da Montagem Transformista e Drag ocupam espaços similares em apresentações públicas e de estabelecimentos comerciais (bares e baladas LGBTQIA+). Desde seu início, essas apresentações ocorrem em espaços mais próximos do centro de São Paulo, em especial nas casas noturnas do Largo do Arouche, como a Cantho e a Freedom, mas também na Rua Augusta; alguns locais em Pinheiros; na Paulista, na hoje extinta boate Nostro Mundo; e na Barra Funda, especial-

mente na Blue Space, considerada por algumas entrevistadas como uma das maiores casas de performance drag do mundo. Além das boates, também existem eventos culturais específicos, como concursos de beleza, que impulsionam as performances e conhecimentos transformistas e drag. Nas últimas décadas o circuito tem se modificado, pois se nos anos 1970 o epicentro da vida LGBTQIA+ e drag era a Rua Augusta e no “grand tour” da ruas 7 de Abril, Barão de Itapetininga e Galeria Metrôpole, mais recentemente essa centralidade passou a estar na região do Arouche (Miss Biá, 2017). Optamos por demarcar os locais atrelados a Performance Drag e Transformista e ao Circuito dos Bares, Baladas e Restaurantes como forma de demonstrar que estas referências caminham juntas e que estes são espaços privilegiados na transmissão desses saberes.

Os conhecimentos atrelados a Montagem Transformista e Drag também se relacionam a outro circuito, o de lojas e pequenos comércios existentes na região do Arouche. Tratam-se de estabelecimentos comerciais voltados ao público LGBTQIA+, como casas de roupa voltadas ao público gay, lojas de roupa íntima para população travesti e transsexual.

Entre os comércios que se relacionam a montagem, destacamos alguns exemplos:

— Dellii Stilus: roupa interior sob medida para travestis. A dona é Pati Deli, que promove a festa Terça Trans, no Bar Queens: Rua Rego Freitas, 136, Vila Buarque.

— Atelier Robytt Moon (memória): importante atelier de moda drag e trans: Rua Rego Freitas, 420

— Dicesar Collection (memória): loja de maquiagem, R. Bento Freitas, 124

— Adóoogo Make Up (memória): loja de cosméticos diversos e também promove cursos de maquiagem, Galeria do Arouche, Largo do Arouche, 99- loja 20

— DepilMan: casa de depilação masculina: Largo do Arouche, 49/ rua Aurora, 947

FONTES DE PESQUISA

Coletivo Arouchianos

Entrevista com Ghe Santos, realizada em junho de 2022

Entrevista com Miss Biá realizada em 27 de abril de 2017

Entrevista com Sheyla Muller realizada em 10 de outubro de 2016

CUNHA, Samile. Transconexões e Estratégias Identitárias. *In*: ALBERTO, Diana; ANDRADE Rubens de; NINO, Aldones. **Paisagem e Gênero: estratégias identitárias e subjetivação de corpo.** Escola de Belas Artes, UFRJ. Rio de Janeiro: Paisagens Híbridas, 2020.

REPEP. **Dossiê do Inventário Participativo Minhocão contra gentrificação.** São Paulo, 2019. Disponível em: bit.ly/minhocaocontragentrificao

OUTRAS REFERÊNCIAS CULTURAIS RELACIONADAS

Carnaval de Rua, Circuito dos Bares, Baladas e Restaurantes, Performance Drag, Transformista e Montação, Sindicato dos Artistas, Teatro de Grupo.

Famílias LGBTQIA+



Logo do Consulado das Famílias LGBT e aliados com o símbolo das famílias associadas. Fonte: Consulado das Famílias LGBT.

A formação de famílias surge a partir do encontro e acolhimento de pessoas e configuram estruturas de hierarquia familiar, de respeito e segurança. Trata-se de um saber enraizado no associativismo comunitário, mas cujos significados e práticas ganharam historicamente uma maneira específica de organização social. As primeiras formações de famílias ocorreram na década de 1960 no centro de São Paulo, quando durante a ditadura militar travestis abriram suas casas e ofereciam comida e proteção a outras travestis e gays que sofreram com violência policial ou foram expulsas de suas casas. A família pode ser constituída por pessoas que moram numa mesma casa e/ou pessoas que

se encontram frequentemente no mesmo espaço. A família pode ter um sobrenome comum, regras estabelecidas sobre como funciona a família (pai, mãe, tio etc), e formar associações com estatuto e figura jurídica. Atualmente, o Consulado das Famílias é uma articulação política do Movimento das Famílias LGBTQIA+ e Aliados. Algumas famílias são: União das Famílias d' Matthah, Família Valleryntyne Lawinny, Família Jackson, Família Feniquis, Família Hunter, Família Groogs Raviel Continny, Família Hórus Bullinighty, Família Mad Queen, Família Mickeyu e Família Bratchon Stenkopf. O Largo do Arouche é o local onde muitas famílias tiveram origem e se reuniam frequentemente ali.

Formar relações familiares torna-se importante, pois a perda de laços com a família de origem é uma das primeiras perdas de pessoas LGBTQIA+ quando se assumem ou quando “descobrem” sua identidade. A família é uma relação social e é um direito constantemente negado à comunidade LGBTQIA+. De forma que famílias LGBTQIA+ também são a construção de um espaço de aceitação e reconhecimento.

O conceito de famílias LGBTQIA+ brasileiro tem origem no acolhimento realizado por Brenda Lee. O modelo popularizou-se entre outras travestis que também começaram a formar suas famílias e eram tratadas como mães e mãezinhas por aqueles que eram acolhidos. Brenda Lee montou uma casa que alugava para travestis que viviam de prostituição, a Casa das Princesas. Todas as pessoas que eram recebidas em sua casa chamavam Brenda Lee de mãe, que assumia papel de educar e disciplinar suas “filhas”.

No período do aumento dos diagnósticos de HIV/aids, Brenda Lee acolheu inúmeras travestis e homens gays em situação de vulnerabilidade social. Naquele momento, muitas pessoas foram expulsas de casa após diagnóstico soropositivo, eram rejeitadas pelo sistema de saúde pública e sofriam preconceito dentro da própria comunidade LGBTQIA+. A Casa das Princesas, transformou-se em Casa de Apoio Brenda Lee. Segundo Thais Azevedo, travesti que trabalhou com Brenda, eram 46 leitos que recebiam cuidados, como banho no leito (Azevedo, 2022). Thais Azevedo, Neon Cunha, Paula Beatriz e Ghe Santos relatam o pioneirismo de Brenda Lee na criação das famílias. Sendo a principal referência das famílias LGBTQIA+ atuais.

Depois outras mães surgem, como Andréia de Maio que oferecia proteção e defendia travestis na vida noturna. Andreia foi empresária e estava à frente do Val-Improviso e o Val-Show, casas de shows de travestis do circuito de bares, baladas e restaurantes na década de 1970. Naquela época de repressões, que eram fruto da ditadura militar, as mães tinham um papel central de organização da presença de transexuais, michês, clientes, policiais, traficantes e entre outras pessoas que transitavam e ocupavam a região. Assim, foram as travestis e transexuais que fundaram as famílias LGBTQIA+ brasileiras.

Embora sejam estruturas de apoio, é fundamental não romantizar todas as relações familiares. As

mães de muitas famílias também eram cafetinas, despertando relações de amor e ódio. Entre as mães conhecida na região estão Marcela, na área da República, e Cris Negão, na área da Rego Freitas e Arouche. Cris Negão substituiu Andreia de Maio, após sua morte em 2000, passando a comandar o movimento da prostituição de travestis naquela região do centro de São Paulo. As travestis se auto identificavam como “filhas de Marcela” ou “filhas de Cris”, como exemplo, para deixar claro suas relações familiares.

Existem também relatos de que dentro da estrutura familiar criada pelas travestis, por vezes, ocorriam casos de violência e abusos de poder como forma de disciplinar as “filhas”. Cortar os cabelos como tentativa de masculinizar aquelas que tinham feito algo, como roubar; aplicar “multas”. Esses fatores, contudo, eram as ferramentas que essas mães, assumindo uma força de liderança, tinham para lidar com problemas do cotidiano de uma coletividade que estava em formação. Eram pessoas que vinham de diferentes situações sociais e culturais. Muitas vieram, e ainda vem, a São Paulo com o objetivo de juntar dinheiro e fazer o corpo, do cabelo ao peito e roupas. As relações criadas, muitas vezes, são reflexos dos recursos e estratégias existentes para lidar com as adversidades.

A constituição das famílias atuais é inspirada na atuação e na estrutura de família de Brenda Lee. As famílias LGBTQIA+ existem tanto na cidade de São Paulo, quanto em outras cidades do Estado. Em geral, possuem em comum seu local de origem, o Largo do Arouche “lugar para ser quem somos”. Foram criadas como forma de ocupação gay da região. Segundo Ghe Santos em relato sobre a formação de famílias na década de 1990: “vir sozinho para o Arouche e se montar era apanhar das travestis, porque aqui é ainda o território delas”. Formava-se então grupos de identificação e apoio nesse momento de ser e estar no centro de São Paulo, seja no espaço público ou no circuito de bares, baladas e restaurantes e circuito de cinema e saunas.

É, então, que os grupos passam a se reconhecer enquanto família, assumindo identidades e características distintas. Cada família formou uma rede de relações, compostas de pai, mãe, madrinha, padrinho, tios que, em sua grande maioria era formada por jovens das periferias de São Paulo. Geralmente,

os fundadores que “elaboram as regras ou orientações que regem a convivência de seus “filhos”. Há distintas “famílias”, algumas com dezenas, outras com centenas de integrantes, sendo também diversas as modalidades de organização e gestão das mesmas” (PERILO, 2014, p. 3). As regras criadas, podem ser encaradas como também como acordos de convivência entre os membros que poderia ir da proibição do consumo de drogas ao acompanhamento da trajetória escolar de seus membros. Alguns exemplos de famílias mais antigas são a Cobra, Uzumaki e Moon que surgiram no Largo do Arouche em 1990.

As famílias surgiam no Arouche, pois era o único lugar na cidade possível de expressão identitária e apenas posteriormente eram expandidas para os locais onde as mães e pais moravam. A aglomeração de pessoas em grupos era bastante perceptível no Largo do Arouche, cada um no seu canto e sem diálogo entre eles. Havia disputas entre as famílias, brigas verbais, batidas de leque como último aviso e atos de violência. A existência de conflitos frequentes resultou até no fim de famílias ou a perda de importância no local (GUIMARÃES; CALIXTO, 2012). Por isso eram criados tratados de paz, possibilitando que uma pessoa pudesse fazer parte de mais de uma família. Cada família tinha um aspecto/característica e por isso as pessoas se interessavam por mais de uma. Como exemplo, a família Cobra tinha relação de poder no território, consideradas “as pessoas mais perigosas”. Outro exemplo é a família Moon, onde os filhos de Robytt Moon se identificam pela montagem para fazer DRAG.

O Largo do Arouche era, portanto, lugar de guerra e paz. Foi nessa situação conflituosa que surgiu o Consulado das Famílias LGBT. As famílias Valentini, d’ Matthah, Vallentyne, Stronger e Mad Queen se reúnem para fundar o consulado que tinha como proposta unir as famílias a partir de princípios e propósitos comuns, principalmente na defesa dos direitos LGBTQIA+ (Consulado, s.d). A reunião das famílias tomou força com o ato de violência na avenida paulista, a conhecida “lâmpadada”, após reflexão de que um ato como aquele também poderia ocorrer no Arouche. Formado em 2014, o Consulado das Famílias LGBTs respeita a organização independente e filiação política de todas as famílias. A formação do consu-

lado foi fundamental na articulação com o poder público, na reivindicação de direitos e formulação de políticas públicas e eventos culturais.

Existem outras famílias que não estão associadas ao consulado, mas que também conformam o movimento político. Atualmente, poucas famílias se reúnem no Largo do Arouche, tendo migrado para Praça Roosevelt e outros espaços na cidade de São Paulo. Isso ocorreu por inúmeros motivos, entre eles a presença repressiva da polícia no Largo e as reformas que mudam seu espaço sem consultar a população que ocupava a região. As famílias seguem existindo e resistindo, como importantes redes de suporte, acolhimento e auto organizando-se na luta pelos direitos LGBTQIA+.

FONTES DE PESQUISA

Entrevistas de Ghe Santos e Thais Azevedo em junho de 2022.

Coletivo Arouchianos

AZEVEDO, Thais. Entrevista. **História de Terapia**. Disponível em: <https://youtu.be/aeDoB-Qpx-CE>. Acesso em 1 julho de 2022.

CONSULADO das Famílias LGBT. <http://consuladolgbt.blogspot.com/p/o-consulado.html>

GUIMARÃES, Eros Sester Prado; CALIXTO, Maria Eugênia Perez. O que compra alguém no largo: identidades e homossociabilidades no Largo do Arouche domingo à noite. VI Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura, **Anais...**, Salvador, 2012.

PALOMINO, Erika. Histórias de um underground brasileiro. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, sexta-feira, 19 de maio de 2000.

PERILO, Marcelo. Em trânsito com as “famílias LGBT”: sobre redes de suporte e proteção de adolescentes e jovens na cidade de São Paulo. 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, **Anais...** 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN. Disponível em: http://www.29r-ba.abant.org.br/resources/anais/1/1402000728_ARQUIVO_Artigo-MarceloPerilo.pdf

OUTRAS REFERÊNCIAS CULTURAIS RELACIONADAS

Associativismo Comunitário, Largo do Arouche

Mapa Ilustrado

Acesse o Mapa Ilustrado das Referências Culturais em:

https://arouchianos.com.br/private/mapaIlustrado/MONA_mapa_ilustrado.pdf



A fonte usada no miolo é Minion Pro 12.